

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

A AUTONOMIA APARENTE:
*Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação
popular em Criciúma (CEDIP)1983-1998.*

Rafael Pereira da Silva

Florianópolis
2006

RAFAEL PEREIRA DA SILVA

A AUTONOMIA APARENTE:
Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

FLORIANÓPOLIS
2006

“Ama-se uma cidade quando ali se foi feliz e se sofreu. Quando se amou e se odiou. Quando se ficou sem um centavo no bolso, batalhando pelas ruas, para depois se recuperar e agradecer a Deus por tudo não ser uma merda. Se não se tem história onde se viver, a gente é como um grão de pó voando no vento”.

(Pedro Juan Gutierrez)

AGRADECIMENTOS

Talvez essa seja a parte mais difícil do trabalho, porque ao longo desses últimos anos tive o privilégio de conviver com pessoas maravilhosas, e esquecer do nome de alguém seria constrangedor. Se esqueci, peço, de antemão, desculpas. Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, “seu Iuca” e “dona Graça”, conhecidos assim pelos meus amigos. Eles me deram toda a estrutura necessária para que esta dissertação fosse concluída. Agradeço também às minhas irmãs, Fernanda e Beatriz, por terem que me aturar muitas vezes de mau humor, brigando e não deixando ninguém chegar perto do computador quando estava trabalhando.

Agradeço ao meu tio Bezego e à Isabel, que durante dois anos me receberam em sua casa para que pudesse realizar as pesquisas em Criciúma. Ainda em Criciúma, sou grato ao meu amigo Valmir, também pela hospedagem de alguns dias, mas, principalmente pelas noitadas de conversas intensas sobre “os problemas do mundo”.

Na podia deixar de agradecer ao pessoal do CEDOC (Centro de Documentação), em especial o Luciano e o professor Paulo Sérgio Osório, por toda a atenção e profissionalismo que me foram dedicados. Agradeço aos meus entrevistados, Dorval do Nascimento, Giani Rabelo, Nilzo Felisberto, Alcides Goularti e João Paulo Teixeira, que contribuíram de maneira direta para a realização deste trabalho. Agradeço também ao meu tio Içuriti por toda a ajuda que me deu sempre que precisei ir a algum evento fora de Florianópolis.

Voltando a Florianópolis, sou grato pela amizade sincera dos meus amigos de longa data: Juliano (Bronca), que considero um irmão, Fábio, Cícero, Júnior, Thiago, Murilão (embora um pouco afastado nos últimos anos), Silvinho, “Velha”, Pablo. Desse meio que convivo desde a infância, a rede de relações aumenta, então, não poderia deixar passar os nomes da Thaís, que faz um bolo de chocolate maravilhoso, e do Caê, que conheci há pouco tempo, mas que considero um amigo. Agradeço ainda ao Marcos Vise pela ajuda no inglês e por conversas divertidíssimas.

Na UFSC, agradeço primeiramente ao professor Dr. Valmir Francisco Muraro, com quem aprendi muito – ao longo dos anos que participei como bolsista do PET –, durante as conversas fora de sala e, principalmente quando foi meu orientador no TCC. Agradeço ao professor Dr. Paulo Pinheiro Machado, que também participou da banca do meu TCC, foi tutor do PET e acompanhou como um verdadeiro amigo e profissional exemplar toda essa caminhada. Não podia deixar passar meu orientador nesta dissertação, o professor Dr. Adriano Luiz Duarte, que acreditou no meu potencial e foi fundamental para os caminhos e o resultado desta pesquisa. Na secretaria da Pós-Graduação, um agradecimento especial à

Nazaré, que foi responsável por “quebrar-galhos”, constantemente, ao longo desses dois anos e meio.

A lista de agradecimentos é extensa, pois estive, ao todo, 8 anos como estudante na Universidade, e nesse meio fiz verdadeiros amigos. Começo agradecendo a amizade sincera do Rodrigo (Cabeção) que, mesmo morando em Brasília, é como se estivesse diariamente aqui na cidade; ao Filhote (Rafael da Cunha), figura exemplar e parceiro de bar a toda a hora; ao Camilo, parceiro de frustrados jogos do Avaí, e agora morando em Joinville; ao Marx (Gustavo) por noites de leitura, arrumações de texto e críticas construtivas ao meu trabalho; ao Dismael Sagás, um dos que ainda estão em Floripa; ao Marcão, pessoa maravilhosa; ao Gafanhoto (Gustavo), de volta a Criciúma; à Juliana Vamerlati, por anos de convívio, algumas decepções, mas agora, muitas alegrias; à Liz, pessoa importante na minha história recente; à Juliana Sartori (DEOPS), pela parceria nesses anos de mestrado; à Martha, também morando longe; à Maíra, minha fotografa predileta; ao Yan, o agora bem sucedido arqueólogo; à Jana, pela alegria que transmite; à Clarice e ao Herbeta, que me “ensinaram” inglês para a prova de proficiência; ao Coreano, constante objeto de piadas maliciosas por conta da sua “origem asiática”; ao Miguelito, que está de volta à UFSC, agora que estou saindo; ao Cleyton, grande professor; ao Manoel, pelas conversas e conselhos; à Karla, por sua amizade sincera e ajuda nas transcrições das entrevistas; ao Juanito; e à Marília, pela revisão final dos capítulos; às inseparáveis Carol, Tina e Fabi por vários momentos alegres e divertidos. Aos amigos que agradeço, vale o mesmo a suas respectivas namoradas e esposas. Agradeço também a todas as pessoas com quem convivi no PET (a lista é extensa) desde 2000 até hoje, entre os quais o Giovanni, Vic, Rafaela, Maurício, Aninha e a todos com quem convivi durante o tempo de mestrado.

A todas essas pessoas, e muitas outras que conheci nessa caminhada, agradeço sinceramente a amizade, a troca de experiências, as constantes festas e bebedeiras, as conversas formais e informais, as viagens de estudo e turismo por todo o Brasil, os empréstimos de dinheiro, as contas pagas nos bares e noitadas. Sem vocês, a Universidade não faria o menor sentido.

Não poderia deixar de agradecer a CAPES pela bolsa concedida, fundamental para a realização dessa pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História. E aos demais professores do Departamento de História, em especial aos da Linha de Pesquisa Sociedade, Trabalho e Cultura, que apoiaram o meu projeto. Obrigado mesmo, a todos vocês!!!!

RESUMO

Da segunda metade da década de 70 em diante, diversos movimentos populares começaram a se organizar no Brasil. Em Criciúma, localizada ao sul do estado de Santa Catarina, essa realidade se fez presente. Grupos de Jovens ligados à Igreja Católica, oposições sindicais, a reorganização do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a formação do Diretório Municipal do PT (Partido dos Trabalhadores), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) regional sul e movimentos de bairro tiveram um papel significativo nas lutas sociais da cidade. Em meio a tudo isso, acontecia o processo de diversificação econômica e o desmonte parcial do complexo carbonífero, consolidado durante os anos do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). Nesse cenário de recessão, desemprego, incertezas, greves e lutas políticas, teve destaque uma entidade que passou a centralizar as demandas dos diversos movimentos sociais que atuavam na cidade. O CEDIP (Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma) surgiu em 1983 e foi formado por um grupo de jovens que já faziam parte de outros movimentos sociais. Em seus discursos, o Centro se colocava como autônomo em relação aos partidos políticos, sindicatos e Igreja. Entretanto, as fontes levantadas indicam uma atuação conjunta do CEDIP com os movimentos de bairro, as Pastorais da Igreja, as oposições sindicais e o Partido dos Trabalhadores, funcionando como um órgão articulador desses movimentos, atendendo suas demandas, principalmente as de formação política e educação popular. Na década de 80, o Centro atuou de maneira direta com as oposições sindicais dos mineiros e vestuaristas, oferecendo palestras, seminários e diversos cursos de formação político-sindical. Atuou também junto aos movimentos de bairro e foi responsável por um vasto registro documental de diversos movimentos desse período. Por conta da forte ligação com o Partido dos Trabalhadores, as disputas internas do partido se manifestavam com mais intensidade nos períodos eleitorais, e foram decisivas para a mudança de postura do Centro nos anos 90. Os projetos do Centro foram redirecionados, deixando “de lado” o movimento sindical, se engajando mais nas atividades acadêmicas. A segunda metade da década de 90 foi um período marcado pelos embates em torno do fechamento do CEDIP. Dificuldades financeiras para manter a estrutura material e pessoal, definição de prioridades de vida dos integrantes e refluxo nos movimentos sociais da cidade foram alguns fatores que interferiram profundamente nos rumos do Centro, que encerrou definitivamente suas atividades em 1998.

ABSTRACT

From the mid-seventies onward many popular movements start to be organized in Brazil. In Criciúma, situated in the south of Santa Catarina State, this also took place. Groups of youths associated with the Catholic Church, the oppositional labor unions, the reorganization of MDB (*Movimento Democrático Brasileiro/ Brazilian Democratic Movement*), the formation of the municipal office of PT (*Partido dos Trabalhadores/ Workers Party*), the southern regional CUT (*Central Única dos Trabalhadores/ Workers Central Union*) and local community movements played a significant role in the social struggles of the city. Amid all this, the economic diversification process and the partial disassembling of the coal mine complex, consolidated during the government of Fernando Collor de Mello (1990/1992), occurred. In this scenario of economic recession, unemployment, uncertainties, strikes and political struggles, an entity which centralized the demands from the various social movements in Criciúma started to gain attention. CEDIP (*Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/ Popular Center of Studies, Documentation and Information of Criciúma*) appeared in 1983 and it was formed by a group of youths which were part of other social movements. The Center claimed autonomy in relation to political parties, labor unions and the Church. However, primary research sources indicate that CEDIP acted together with community movements, socialist-pastoral church groups, oppositional labor unions and the Workers Party, functioning as an organ of articulation for these movements, attending their demands, mainly those of political training and popular education. In the 1980s, the Center acted directly with the oppositional labor unions of coal miners and clothing factory workers, offering lectures, seminars and courses for political-unionist training. It also acted in community movements and was responsible for a vast documental record of many movements which were active during this period. CEDIP had a strong connection with the Workers Party. In this respect, the disputes in PT were manifested with greater intensity during the election periods and were decisive for the change of political position of the Center in the 1990s. The Center's projects were redirected, leaving 'aside' the labor union movement as it engaged more in academic activities. The second half of the nineties was a period marked by discussions around the closing of CEDIP. Financial difficulties in maintaining the physical structure and personnel, defining the life priorities of the members and opposition in the social movements of the city were some of the factors which interfered profoundly in the future of the Center, which closed down in 1998.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 1 – Resultado final das eleições para o governo do estado de SC – nov/1982.....	30
Tabela 2 – Fábricas e número de participantes do Programa de Formação de 1987.....	76

Figuras

Fig. 1 – Fonte: <i>De olho na urna</i> ; textos de apoio, n. 2. 13 de Maio/NEP.....	61
Fig. 2 – Fonte: <i>De olho na urna</i> ; textos de apoio, n. 2. 13 de Maio/NEP.....	62
Fig. 3 – Fonte: <i>De olho na urna</i> ; textos de apoio. n. 2, 13 de Maio. NEP.....	63
Fig. 4 – Fonte: <i>O Carretel</i> , n. 1, 1985 Arquivo do CEDIP – CEDOC.....	79
Fig. 5 – Fonte: <i>O Carretel</i> , n. 7, 1987 Arquivo do CEDIP – CEDOC.....	80
Fig. 6 – Fonte: <i>O Carretel</i> , n. 8, 1987 Arquivo do CEDIP – CEDOC.....	80
Fig. 7 – Fonte: <i>O Carretel</i> , n. 7, 1987 Arquivo do CEDIP – CEDOC.....	82
Fig. 8 – Fonte: <i>O Carretel</i> , n. 7, 1987 Arquivo do CEDIP – CEDOC.....	83
Fig. 9 – Capa do dossiê <i>Quem Tem Medo da Teologia da Libertação?</i>	97
Fig. 10 – Capa do dossiê <i>Quem Tem Medo da Teologia da Libertação?</i>	98

SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	v
INTRODUÇÃO	09
1 UM PASSEIO PELA <i>CIDADE DO CARVÃO</i>: DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA (1979-1996)	15
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INDÚSTRIA DO CARVÃO EM SANTA CATARINA NO SÉCULO XX.....	16
1.2 O DECLÍNIO DO <i>OURO PRETO</i>	19
1.3 A DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO CARBONÍFERA.....	20
1.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A FESTA DO CENTENÁRIO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS EM CRICIÚMA.....	23
1.5 “ <i>NEM O PADRE ESCAPOU</i> ” ...: A GREVE GERAL DE 1986.....	36
1.6 EXPLOSÕES, PEDRAS E TRILHOS: O CASO DA CBCA.....	40
1.7 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO CSN: ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES	43
2 A FASE MILITANTE DO CEDIP: SINDICATOS, MOVIMENTOS DE BAIRRO E A IGREJA NA ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA	48
2.1 ALGUNS PERSONAGENS E SUAS HISTÓRIAS.....	49
2.2 A FORMAÇÃO DO CEDIP	54
2.3 O CEDIP E AS OPOSIÇÕES SINDICAIS EM CRICIÚMA.....	56
2.4 A ESCOLA SINDICAL MINEIRA.....	64
2.5 OS CURSOS.....	68
2.6 O CEDIP E O SINDICATO DOS VESTUARISTAS E CALÇADISTAS.....	75

2.7	<i>O CARRETEL: UM ÓRGÃO INFORMATIVO DOS TRABALHADORES</i>	79
2.8	<i>O CEDIP E A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS AUDIOVISUAIS</i>	84
2.8.1	Alguns esclarecimentos.....	84
2.8.2	A criação da ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular.....	85
2.8.3	Audiovisuais para a educação e o VHS nos registros da história local: uma prática do CEDIP.....	87
2.9	<i>O CEDIP E OS MOVIMENTOS DE BAIRRO EM CRICIÚMA</i>	91
2.10	<i>O CEDIP, A IGREJA E OS RECURSOS FINANCEIROS</i>	97
3	A “FASE ACADÊMICA” DO CEDIP: CONFLITOS INTERNOS E A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MILITÂNCIA NA DÉCADA DE 1990	105
3.1	<i>AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: O “SENSO COMUM” DOS CONFLITOS</i>	105
3.2	<i>O NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADE E A REVISTA RETRATOS DA CIDADE</i>	111
3.2.1	Uma revista e a nova face do CEDIP.....	113
3.2.2	Os artigos: uma síntese dos debates contemporâneos da cidade.....	114
3.3	<i>OS ARTIGOS DO JORNAL DA MANHÃ: UM ESPAÇO DE PENSAMENTOS DO CEDIP</i>	116
3.4	<i>A “FASE AGÔNICA DO CENTRO”: O ENCERRAMENTO DE UMA TRAJETÓRIA</i>	120
3.5	<i>QUAL AUTONOMIA?</i>	122
6.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	127
	ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

A cidade de Criciúma, localizada ao sul de Santa Catarina, foi durante muito tempo considerada a “capital brasileira do carvão”. Além de sua principal atividade econômica, o município também foi reconhecido pela forte organização sindical dos mineiros. Na década de 1980, diversos movimentos sociais começaram a se articular na cidade – reorganização do MDB, oposições sindicais, Pastorais, associações de bairro, o diretório municipal do PT e a regional sul da CUT foram algumas organizações que tiveram um destacado papel nesse contexto, possibilitando certa divisão de forças no embate político local.

Entre estas organizações, uma teve um papel de destaque: o CEDIP – Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma. Criado em 1983, o Centro serviria como um eixo para a articulação de demandas dos diversos movimentos que atuavam na região sul do estado. A entidade foi formada por pessoas ligadas às Pastorais Operária e da Juventude, aos movimentos de bairro e ao Partido dos Trabalhadores. O CEDIP tinha as funções de documentar tudo o que fosse relacionado aos movimentos populares, o desenvolvimento de pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores, a recuperação da memória histórica dos movimentos populares e a realização de cursos de formação político-sindical, palestras, seminários e debates sobre a realidade social, econômica e política da classe trabalhadora.

O objetivo desta dissertação é acompanhar a trajetória histórica do CEDIP, perceber quem eram as pessoas que ali atuavam, quem foram seus interlocutores e quais as suas principais atividades. Além disso, procura investigar como as mudanças conjunturais ocorridas em Criciúma fizeram com que o CEDIP mais tarde redirecionasse seu campo de atuação, afastando-se do movimento sindical e procurando espaço em outros segmentos da sociedade civil.

A pesquisa também busca observar como o CEDIP se articulou, por trás de um forte discurso de autonomia, com o Partido dos Trabalhadores, os movimentos da Pastoral e de bairros. Nesse contexto, a análise dos conflitos existentes entre o Centro e seus interlocutores se torna essencial para a compreensão de um pequeno fragmento da história social de Criciúma, entre as décadas de 1980 e 90.

O que me levou à escolha de um estudo sobre a cidade de Criciúma foi uma visita que realizei, no ano de 2000¹, a uma mina de carvão em atividade. Na oportunidade, lembro que a

¹ A visita foi organizada pela professora do Departamento de História da UFSC, Dra. Cristina S. Wolff, e fazia parte de uma saída de campo da disciplina Movimentos Sociais e História.

gaiola desceu a 200 m de profundidade, e pude acompanhar as atividades de diversos trabalhadores da Empresa Cooperminas. Em cerca de duas horas de caminhada nas galerias subterrâneas, observei o quão degradante pode se tornar o trabalho humano. Poeira, umidade, explosões com dinamite, maquinário pesado e fios elétricos desencapados formavam um ambiente insalubre e de perigo constante no cotidiano daqueles trabalhadores.

Alguns anos depois, em um levantamento de fontes que fiz em parceria com Gustavo Perez, em 2003, descobri um riquíssimo acervo que revelava em parte as condições de vida, trabalho e luta dos mineiros a partir da década de 1980. Tudo isso documentado em recortes de jornal, dossiês, vídeo, fotos e livretos sindicais. O material tinha acabado de ser doado ao recém criado CEDOC (Centro de Documentação), ligado ao Departamento de História da UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. A partir daquele momento, resolvi montar um projeto de mestrado utilizando como fontes aqueles materiais disponíveis e inéditos, agora devidamente sistematizados nesta dissertação.

A história da indústria carbonífera em Santa Catarina, principalmente em Criciúma, já foi objeto de muitos trabalhos no campo historiográfico. Entretanto, muitos desses textos são sínteses gerais sobre a história de Criciúma ou de cidades da região. E os estudos mais recentes e específicos deixam uma lacuna na história de Criciúma, sobretudo nas décadas de 1980 e 90, período em que ocorreu o declínio do complexo carbonífero e, ao mesmo tempo, o surgimento de diversos movimentos sociais na cidade.² Nesse contexto, a pesquisa que realizei se justifica na medida em que contribui para o debate sobre um período ainda pouco estudado na história de Criciúma.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa pretende se inserir no campo de discussão da história social. E. P. Thompson e Eric Hobsbawm orientam a pensar nessa perspectiva. Seus trabalhos dão margem para a reflexão acerca das experiências não apenas de trabalhadores, mas também de grupos que se articulam em torno dessas experiências. Para Thompson, há um *fazer-se* da classe, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), quando alguns homens sentem e articulam a identidade de seus interesses, num dado contexto, contra outros homens cujos interesses opõem-se aos seus.³ Esse campo de interesses antagônicos ficou bem claro em Criciúma nas décadas de 1980 e 90. De um lado, os movimentos sociais,

² Os estudos mais específicos sobre a conjuntura dos anos 80 e 90 em Criciúma são TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996; *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o governo popular em Criciúma (1983-1988)*. Florianópolis: Cidade Futura, 1999 e FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. Florianópolis. 1992. 200f Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. .

³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*; vol. I: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.

o próprio CEDIP e os sindicatos; de outro, os empresários e o poder político local. Entretanto, os conflitos puderam ser observados também dentro dos próprios movimentos sociais. No caso do PT, por exemplo, pude perceber as constantes brigas por poder, gerando vários e contínuos problemas internos que acabavam “respingando” nos projetos que o CEDIP tinha em parceria com o movimento sindical.

Para a realização dessa dissertação, busquei a maior quantidade possível de fontes. Na Biblioteca Pública do Estado, em Florianópolis, jornais como *O Estado*, *Diário Catarinense* e *A Notícia* serviram para a obtenção de dados sobre o panorama estadual nos campos político e econômico, além de fatos relativos às greves e ao movimento sindical em Criciúma. No Arquivo Histórico Municipal de Criciúma, pesquisei os periódicos locais *Jornal da Manhã* e a *Tribuna Criciumense*, entre os anos de 1983 e 1996, procurando acompanhar os principais acontecimentos locais no que se referiu a política, economia e greves que ocorreram na região, além das colunas publicadas por membros do CEDIP entre 1995 e 1996, no *Jornal da Manhã*.

Outro importante material de pesquisa foram os próprios arquivos do CEDIP, localizados no CEDOC da UNESCO, em Criciúma. Procurei realizar um levantamento de todo o material referente à documentação oficial do Centro. Nas pesquisas, identifiquei documentos como recibos de aluguéis das salas onde o CEDIP se localizava, ofícios enviados e recebidos para/de diversas entidades – governo, Igreja, instituições até mesmo internacionais, solicitando financiamento para seus projetos –, estatuto da organização, balanços financeiros, currículos de seus filiados, entre outros.

Toda essa documentação me propiciou uma série de informações sobre o funcionamento burocrático, projeções que o Centro tinham em termos de financiamento para seus projetos, entidades com que mantinham diálogo, seus gastos mensais, nível de formação de seus membros, além das diretrizes gerais que permeavam as suas práticas.

O CEDIP possuía uma biblioteca e uma videoteca⁴, ambos com uma listagem de títulos. Muito desse material se perdeu com a dissolução da entidade, mas alguns exemplares foram encontrados. Observando previamente a listagem, principalmente a bibliográfica, pude perceber que tipo de formação tinham seus integrantes e como essa formação espalhava-se de maneira muito clara para os seus projetos e formas de articulação.

⁴ A videoteca do CEDIP era ligada à ABVP-Associação Brasileira de Vídeos Populares, com sede em São Paulo. Um estudo recente sobre a ABVP é a tese de doutorado do professor do Departamento de História da UFSC, Henrique Luis Pereira Oliveira, *Tecnologias audiovisuais e transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984-1995)*. São Paulo, 2001. 487 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Os projetos desenvolvidos pelo CEDIP também foram observados com muito cuidado. Neles busquei informações acerca das temáticas desenvolvidas, do público alvo, dos objetivos, das formas de financiamento, dos custos estipulados. Alguns projetos a que tive acesso diziam respeito a áreas ambiental e de saúde dos trabalhadores, idealização de uma gráfica popular, elaboração de jornais sindicais, criação da Escola Sindical Mineira, cursos de preparação para eleições sindicais, entre outros.

Dentre os itens que procurei analisar, as diversas gravações em VHS feitas pelo CEDIP nos anos 80 têm um destaque especial. Tentei compreender não o conteúdo específico das fitas, mas o contexto e sob quais condições esse material foi produzido. São gravações de assembleias de sindicatos, greves, idas de trabalhadores à Brasília reivindicando seus direitos, a visita de Lula à cidade, etc. Parte dessas fitas pode ser observada como um fragmento importante da memória do movimento sindical da cidade.

A metodologia da história oral⁵ foi um recurso muito utilizado nesta pesquisa. Consegui realizar seis entrevistas com ex-integrantes do CEDIP de épocas diferentes. Dorval do Nascimento, Giani Rabelo, Nilzo Felisberto e João Paulo Teixeira me forneceram importantes informações sobre a trajetória inicial do Centro e os movimentos sociais da cidade na década de 1980. Alcides Goularti Filho participou do CEDIP na década de 90 até seu fechamento e, juntamente com Giani, contribuiu com valiosas histórias sobre a “fase agônica” do Centro, revelando os motivos do fechamento da entidade.

Vale ressaltar que a minha tentativa de entrevistar dois dos principais personagens dessa história, José Paulo Teixeira, idealizador do CEDIP e José Paulo Serafim, ex-presidente do Sindicato dos Mineiros na década de 80, acabou frustrada. O primeiro, procurado por telefone em várias ocasiões, não demonstrou interesse em conversar comigo, apenas indicou alguns de seus textos que fazem referência a Criciúma no período. O segundo, hoje deputado estadual pelo PT, me recebeu em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Estado para uma conversa inicial. Na oportunidade, o deputado falou tudo o que eu queria ouvir, mas, devido a um imprevisto (estava sem o gravador) não consegui registrar a conversa. Uma segunda tentativa foi feita. Fui novamente recebido em seu gabinete, desta vez com todo o material em mãos (gravador, pilhas, duas fitas, roteiro de perguntas), entretanto, ao iniciar a conversa, seu telefone não parou de tocar; o deputado teve que sair para participar de audiências e comissões das quais fazia parte, o que mais uma vez inviabilizou uma chance de registro.

⁵ Uma discussão sobre memória e história encontra-se no capítulo 2, quando aparecem pela primeira vez no trabalho as entrevistas. Optei por fazer essas reflexões no meio do texto para não correr o risco de apenas apresentá-las na introdução e não retomá-las ao longo da dissertação. Desse modo, as análises encontram-se dissolvidas nas “falas” dos personagens.

Todavia, os apontamentos feitos por José Paulo Serafim em *off*, foram importantes para que pudesse estabelecer algumas conexões relativas ao contexto específico desse estudo. Todas as fitas que transcrevi encontram-se depositadas no Centro de Documentação-CEDOC, vinculado a UNESCO, Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Uma vez feita a transcrição das fitas, toda a análise e o cruzamento das fontes, estruturei a dissertação em 3 capítulos. No primeiro, “Um passeio pela cidade do carvão”, procuro demonstrar como se estruturou o complexo carbonífero em Criciúma para, em seguida, apontar as principais causas de seu desmonte e o processo de diversificação econômica que se seguiu. Nesse contexto, tentei observar como se articularam os movimentos sociais na cidade a partir do final da década de 1970, e como esses movimentos se relacionaram com o processo de abertura política e com as forças políticas que atuavam na cidade naquele momento. Destaquei a participação dos movimentos sociais e do CEDIP em alguns episódios ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, como a Greve Geral de 1986, o caso da CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), em 1987, e o processo de privatização da CSN, iniciado em 1990.

No segundo, “A fase militante do CEDIP”, apresento a formação do Centro e de que maneira ele se articulou e atuou na cidade na década de 1980, período de fortes “agitações” por conta das greves e vitórias de diversas oposições sindicais na cidade. Tentei observar quem eram as pessoas que articularam o CEDIP, de onde elas vieram e por que resolveram montar um Centro de assessoria popular-sindical. Também busquei saber quais eram as instituições com as quais o CEDIP mantinha contatos, bem como as atividades e projetos que desenvolveram e o alcance deles para o conjunto dos movimentos sociais em Criciúma e região. Nesse contexto, ficou claro que a idéia de autonomia proposta pelo Centro não se consolidava na prática, por causa da estreita ligação que tinha com setores da Igreja, do PT e do movimento sindical.

No último capítulo, “A fase acadêmica do CEDIP”, busquei perceber como os conflitos que se desenrolaram no PT de Criciúma, a partir das eleições municipais de 1988, estiveram diretamente ligados com a mudança de postura do Centro na década seguinte. Procurei observar a mudança de discurso do CEDIP, que incorporou o conceito de *cidadania* em suas atividades, além de ter buscado uma nova identidade a partir de uma auto-representação como ONG. Nesse sentido, verifiquei evidências desse novo discurso no próprio material que o Centro produziu na década de 90: a revista *Retratos da Cidade* e os artigos publicados pela equipe do CEDIP, entre 1995 e 96, no *Jornal da Manhã*. Busquei

apontar os motivos que levaram ao fechamento definitivo da entidade em 1998 e o que aconteceu com grande parte do material produzido ao longo desses anos de atuação.

De maneira geral, o que o leitor encontrará nas páginas que se seguem é um pequeno fragmento da história social recente do município de Criciúma. Procurei analisar, através da história do CEDIP, as modificações ocorridas em Criciúma em cerca de duas décadas. Nos anos 1980 percebe-se um período de constantes greves e de movimentos sociais participando ativamente na política da cidade. Na década seguinte, o que se vê é um refluxo dessa participação, por conta do desmonte do complexo carbonífero e da redução significativa do número de trabalhadores das minas de carvão, enfraquecendo as próprias lutas sociais que, na maioria das vezes, começara pelos mineiros.

O CEDIP criou um paradoxo: profissionalizou suas práticas de atuação, se transformou em ONG e incorporou um discurso de diversificação econômica aliado à consciência ambiental, indo, dessa maneira, contra a principal categoria com quem atuou nos anos 80, que lutando pela manutenção de seus empregos apoiava de maneira consciente a manutenção das práticas de exploração de carvão na cidade. É essa a história que apresento agora.

CAPÍTULO 1

UM PASSEIO PELA *CIDADE DO CARVÃO*: DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA (1979-1996)

O município de Criciúma, localizado no sul de Santa Catarina, a 170 km da capital Florianópolis, ficou conhecido a partir do final da década de 1940 como a “capital nacional do carvão”⁶. Entretanto, na segunda metade da década de 1980, o setor carbonífero passou por uma grande crise, que resultou em uma série de conseqüências para os trabalhadores: arrocho salarial, demissões e perda de estabilidade no emprego foram algumas delas. Mas, os mineiros, em conjunto com outras categorias de trabalhadores urbanos, formadas no processo de diversificação econômica, foram às ruas, reivindicaram e lutaram pela manutenção de seus empregos.

Com um movimento sindical forte e combativo na década de 1980, a cidade de Criciúma assistiu a diversas greves, manifestações e formas de resistência contra uma nova situação econômica baseada nas perdas salariais, no fim do subsídio estatal para as indústrias carboníferas da região e em políticas de privatizações que se intensificaram no início do governo Collor, em 1990.

O sindicato dos mineiros, até então um dos mais importantes da região sul do país, perdeu força na década de 1990. Em parte, pelo fechamento de diversas empresas, mas principalmente, pela brusca redução do número de trabalhadores no setor. O último grande conflito envolvendo o sindicato dos mineiros foi em 1996, quando foi votada na Câmara Municipal a Lei Ambiental que impedia a exploração de carvão pela companhia Carbonífera Nova Próspera S.A. na área de proteção de Morro Albino e Morro Estevão⁷, o que provocou diversas demissões.

Foi nesse contexto que surgiu e atuou o CEDIP – Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma. Entre 1983 e 1998, o Centro promoveu cursos de formação política e palestras, desenvolveu projetos e atuou em parceria com os diversos movimentos

⁶ Em um livreto editado pela prefeitura de Criciúma em 1986, José Hülse escreveu que, em 1948, o então prefeito Addo Faraco se referia à cidade com a expressão que se tornou o “título” da cidade.. Apud: CAMPOS, E. C. de. *Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea-Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis, 2003. 214 f. Tese (Doutorado em História) – UFSC. p. 47.

⁷ Sobre esse conflito, ver: SILVA, Francisco Jose Barretto da. *Conflitos de uso em área de proteção ambiental água, mineração e agricultura*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Há um resumo dessa tese em um artigo do mesmo autor intitulado: Conflitos territoriais entre agricultura e mineração em áreas de proteção ambiental. In: GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASMANN, S. J. (orgs). *Desenvolvimento e conflitos no meio rural*. Florianópolis: Insular, 2005.

sociais da cidade. Parte dessa história foi registrada em fotos, livretos, recortes de jornais, boletins, dossiês, vídeos e em documentos do próprio CEDIP. Nesse sentido, compreender a cidade nas décadas de 1980 e 1990, sua diversificação econômica, suas relações políticas e alguns de seus conflitos⁸ são os principais objetivos deste capítulo.

1.1 – Breve histórico da indústria do carvão em Santa Catarina no século XX

A indústria carbonífera catarinense⁹ pode ser descrita por cinco fases. A primeira, que compreende os anos de 1880 a 1930, foi marcada pelo surgimento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que ligava a região das minas ao mar e pelas principais companhias de mineração: Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá S.A. (1917); Carbonífera Urussanga S.A. (1918); Carbonífera Próspera S.A. (1921); Cia. Carbonífera Ítalo-Brasileira Ltda. (1922) e Cia. Nacional de Mineração Barro Branco S.A.¹⁰. A historiografia local aponta a Primeira Guerra Mundial e a política de substituição de importações como os principais fatores que impulsionaram a criação de um mercado para o carvão nacional.

A segunda fase pode ser estabelecida entre 1931 e 1953. Foi nesse período que Getúlio Vargas aprovou uma série de leis protecionistas, valorizando o carvão produzido no Brasil. Em 1931, por um decreto federal, pelo menos 10% do carvão consumido pelas empresas deveria ser nacional. Em 1937, a quota obrigatória passou de 10 para 20%.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria carbonífera teve um grande impulso novamente, passando a fazer parte do cenário das políticas econômicas. Em 1942, o governo federal reservou para si toda a produção de carvão de Santa Catarina e instituiu, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional.¹¹ A intervenção estatal na produção do carvão se tornou definitiva quando, em 1946, foi inaugurada a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). No sul de Santa Catarina, na segunda metade da década de 1940, a empresa implantou um complexo industrial, constituído por minas de carvão em Siderópolis e Criciúma, usina de beneficiamento em Capivari (Tubarão) e

⁸ O texto que segue não pretende ser um inventário dos movimentos sociais de Criciúma nas décadas de 1980 e 1990. Os conflitos e manifestações presentes neste capítulo são apenas alguns exemplos de lutas que ocorreram na cidade e regiões próximas. Desse modo, escolhi situações em que o CEDIP participou de maneira direta, documentando e atuando, ao lado dos movimentos populares.

⁹ A região carbonífera compreende os municípios de Criciúma, Içara, Araranguá, Urussanga, Lauro Müller, Nova Veneza, Morro da Fumaça, Orleans, Siderópolis, Tubarão e Imbituba. Além das minas, há um complexo com usinas termoeletricas, de processamento, portos e indústria química.

¹⁰ HEIDEMANN, E.E. *O carvão em Santa Catarina*. Apud: CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas e carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, p. 16.

¹¹ CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas e carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, p. 17.

usina termoeleétrica no município de Tubarão. Além disso, o governo investiu em construção de vilas operárias, estradas, instalações do Porto de Imbituba e desenvolveu um amplo serviço de assistência social às famílias mineiras¹². Em 1946, Santa Catarina assumiu a liderança na produção nacional do carvão, e Criciúma recebeu o título de *Capital Brasileira do Carvão*.¹³

Foi nessa época que surgiu na cidade, em maio de 1945, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão de Criciúma. Segundo a periodização mais freqüente da historiografia local, entre 1944 e 1957 houve a fase do “peleguismo”, em que predominavam o assistencialismo e a colaboração com os patrões. De 1957 a 1964, houve a presença dos “combativos”. Nessa fase, as greves eram radicais, o aumento dos salários efetivos e os donos de minas eram desafiados em sua autoridade. Segundo Gustavo Perez Lemos, essa periodização não deve ser tomada à letra, pois, em ambos os períodos existiram tanto práticas que podem ser consideradas como “combativas”, quanto outras que se enquadrariam na descrição do “peleguismo”.¹⁴

A terceira fase compreendeu 1953 a 1973. Em 1953, foi aprovado, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, o *Plano do Carvão Nacional* e, ao mesmo tempo, criada a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), órgão ligado diretamente à presidência da República. O Plano tinha o objetivo de conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão, a fim de ampliar a produção, regular o seu fornecimento, reduzir os preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima. Caberia à CEPCAN, de maneira geral, controlar a produção e a distribuição do carvão no país, estimular e orientar a racionalização, modernização e mecanização de toda a extração e o beneficiamento do carvão nacional e, ainda, promover uma política de assistência social às famílias mineiras.

De acordo com o decreto de criação do Plano, a CEPCAN deveria ser extinta ao término de 1957, entretanto, a vigência do mesmo foi prorrogada e, em 1960, foi editada a Lei nº 3.860, dando continuidade ao Plano e prevendo a extinção da CEPCAN para dezembro de 1970 – após essa data, a política do carvão ficou sob responsabilidade do Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

¹² Sobre o Serviço de Assistência Social destinado às famílias de trabalhadores mineiros ver: COSTA, Marli de Oliveira. *Artes de viver: recriando e reinventando espaços - memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera Criciúma (1945/1961)*. Florianópolis, 1999. 206 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

¹³ CAROLA, op.cit., p. 18.

¹⁴ LEMOS, G. P. *Mineiros e sindicalistas em Criciúma: a greve de 1952*. Florianópolis, 2004. Trabalho de conclusão de curso (História). UFSC. p. 6-7.

No período entre 1953 e 1973 foi iniciado um processo de concentração das companhias carboníferas. Elas se constituíram em dois grupos: um, de empresas controladas pelo governo federal, Grupo A, e outro de companhias privadas, Grupo B, que estavam nas mãos de quatro grupos econômicos: Grupo João Zanette e Jorge Cechinel; Grupo Sebastião Netto Campos e Álvaro Catão; Grupo Diomício Freitas e Grupo Guglielmi.¹⁵

A quarta fase da indústria carbonífera catarinense teve início em 1973, com a crise mundial do petróleo. Nesse período, os militares, no poder desde 1964, lançaram o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como principais objetivos a conclusão da instalação da indústria pesada, o estímulo ao desenvolvimento da indústria de bens de capital e a ampliação dos serviços de infra-estrutura nos setores de energia, transporte e telecomunicações.

Na área energética, o objetivo era substituir os 17 mil barris de petróleo/dia por cinco milhões de toneladas de carvão nacional. Nesse sentido, os militares estimularam a produção do carvão e, como consequência, ocorreu um amplo processo de mecanização das minas. Com o Plano, o governo criou um mercado integral, pois fixou o preço e a cota de carvão a serem consumidos, tornando-se o único comprador de toda a produção nacional e assumindo, ainda, a responsabilidade pelo transporte e beneficiamento do mineral¹⁶.

Em 1979, com mais uma crise do petróleo¹⁷, a indústria carbonífera recebeu mais estímulos e subsídios estatais. Após o término da crise, o governo reviu a política energética e anunciou o fim da política de subsídios. Além disso, em 1980, pelo Decreto 85.206/1980, a Região Carbonífera foi considerada como a 14ª área crítica para efeitos de controle da poluição e conservação da qualidade ambiental¹⁸ no país.

A quinta fase iniciou em 1985, com a redução dos subsídios e a abertura para a importação de carvão. A partir daí, a indústria carbonífera catarinense teve que sobreviver sem a intervenção do estado, competir com o carvão importado, de melhor qualidade, e resistir à consciência ecológica da população e à atuação das organizações ambientalistas.¹⁹ Foi nesse período que a chamada “época combativa” do sindicato consolidou de vez a sua presença na memória da cidade, principalmente quando uma corrente política ligada ao

¹⁵ HEIDEMANN, op.cit.

¹⁶ GOULART FILHO, A; JENOVEVA NETO, R. *A Indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. apud: CAROLA, op.cit., p. 22.

¹⁷ Em 1979, a paralisação da produção iraniana, consequência da revolução islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini, provocou o segundo grande choque do petróleo, elevando o preço médio do barril ao equivalente a US\$ 80 atuais. Os preços permaneceram altos até 1986, quando voltaram a cair.

¹⁸ GOULART FILHO, A; JENOVEVA NETO, R. op.cit., p. 23.

¹⁹ CAROLA, op. cit., p. 23.

Partido dos Trabalhadores buscou indentificar-se com a “radicalidade” do mesmo, contrastando com os sindicalistas do período militar.²⁰

1.2 – O declínio do *ouro preto*

A crise do carvão se agravou de maneira mais explícita a partir de 1986. Isso pode ser observado através dos dados referentes à oferta de empregos no setor: em 1989, foram extraídos 13,9 milhões de toneladas de carvão ROM²¹, volume que, em 1991, caiu para 6,7 milhões e a oferta de emprego caiu de 7,9 mil vagas para 4,4 mil, respectivamente. Por outro lado, embora a crise do complexo carbonífero tenha sido iniciada nos anos 80, entre 82 e 85 a região teve uma grande produção, fazendo com que a taxa de empregos se mantivesse. Nesses quatro anos, a produção total de carvão ROM superou toda a produção da década de 1970. De 1982 a 1985, foram produzidas 69.516.730 toneladas contra 67.820.127 de 1970 a 1979. A produção anual do carvão superou os 15 milhões de toneladas e a oferta de emprego se manteve acima de 10 mil empregos diretos.²²

Outro fator que contribuiu para a crise foi o aumento populacional em um período de queda na oferta de empregos. Ou seja, entre 1980 e 2000, a população de Criciúma passou de 110.604 para 170.274 habitantes.²³ A produção decresceu, em média, entre 1985 e 1990, cerca de 18% ao ano, caindo de mais de 19 milhões de toneladas para 7.484.098 toneladas e reduzindo a oferta de emprego para 4.530 trabalhadores, menos do que em 1950 (5.500 trabalhadores)²⁴.

Mas o golpe definitivo foi dado durante o governo Collor: as privatizações colocaram à venda várias empresas até então estatais, entre elas a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Segundo Alcides Goularti Filho:

O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais de comprar o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari. As unidades da ICC em Imbituba e Criciúma foram fechadas em 1994. Associado a essas medidas iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram um ano e oito meses num movimento de resistência à privatização da

²⁰ LEMOS, op. cit., p. 7.

²¹ Carvão ROM é aquele que sai do subsolo em seu estado bruto. Após essa etapa, ele serve diversas indústrias de processamento como a indústria química, a metalúrgicas e termoelétricas.

²² MORAES, Fábio Farias. O carvão catarinense e o planejamento estatal. In: FILHO, A. G. *Ensaio sobre a economia sul-catarinense*. Criciúma: UNESC, 2003. p. 101.

²³ GOULART FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 440. Anexo 8.

²⁴ MORAES, op. cit., p. 102.

empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução veio com a venda da estatal para a Metropolitana, criando a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada, que fechou definitivamente em 1995.²⁵

Já para Maurício Santos, é também importante perceber que os grupos econômicos ligados à mineração não foram tão afetados pela crise do governo Collor como parece, ou seja, tais grupos atuavam também em outros setores da economia local. Exemplo disso é o grupo CECRISA, que atua no ramo cerâmico, na comunicação, mineração, turismo, transporte e construção civil. O Grupo Freitas atuava na construção civil e na extração do carvão. E o Grupo Guglielmi, além da atividade de extração do carvão, possuía negócios na áreas médica, de hotelaria, loteamentos, agropastoril e construção civil.²⁶

Se por um lado os trabalhadores foram os mais prejudicados durante a crise da indústria carbonífera, por outro, grande parte dos mineiros desempregados acabou entrando novamente no mercado de trabalho, absorvidos em parte pelas outras indústrias que já estavam consolidadas na região sul do estado.

1.3 – A diversificação econômica na região carbonífera

Além dos mineiros, outras categorias de trabalhadores, até então sem tradição de luta na cidade, também começavam a se articular, como os vestuaristas, ceramistas, metalúrgicos, professores e bancários.²⁷ Isso demonstra que a indústria local já havia se consolidado em sua diversificação.²⁸

Em seu estudo *Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina*, Maurício Aurélio dos Santos demonstra de que maneira os diversos setores industriais se consolidaram em Criciúma, fazendo com que o carvão, mediante a crise dos anos 1980, perdesse a sua exclusividade. Segundo Santos, a diversificação econômica da região sul do estado iniciou-se ao final da década de 1940, com o setor cerâmico, através da criação das CESACA (Cerâmica Santa Catarina), Cerâmica Eliane, CEUSA (Cerâmica Urussanga S.A.), entre outras. Um dos fatores de crescimento desse setor foi a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH

²⁵ FILHO, op. cit., p. 343.

²⁶ SANTOS, M. A. *Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997. p. 119-120.

²⁷ TEIXEIRA, J. P. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.p. 150.

²⁸ Em relação à diversificação econômica na região sul de Santa Catarina, o que me interessou mais para a pesquisa foram as indústrias do vestuário, calçadista e carbonífera, ramos em que o CEDIP atuou mais diretamente.

durante o regime militar, que facilitou o financiamento para a compra da casa própria, com uma política habitacional.²⁹

No início dos anos 1980, o valor das exportações de pisos e azulejos de Santa Catarina era de aproximadamente 5 milhões de dólares, representando 9% das exportações nacionais, chegando, no final da década, próximo dos 50 milhões – 28,7% das exportações nacionais. No final dos anos 90, as exportações já ultrapassavam os 100 milhões de dólares, representando 43,8% das exportações nacionais em pisos e azulejos.³⁰

O setor de descartáveis plásticos surgiu na segunda metade da década de 1960, desenvolveu-se na década seguinte, fortaleceu-se nos anos 80 e entrou a década de 1990 em ampla expansão.³¹ Indústrias como as Embalagens Canguru, criada em 1970 em Criciúma e a INZA, de 1974, ambas do Grupo Zanatta, foram responsáveis por quase 30% da mão-de-obra empregada nesse setor no sul do estado.³² Nos primeiros quatro anos da década de 1990, constatava-se mais de dez novas iniciativas e diversas expansões de parques industriais, sendo que em 1995, a região sul de Santa Catarina já contava com aproximadamente 43 empresas, fabricando desde embalagens plásticas até tubos e conexões.³³

A metalurgia na região sul teve início no final da década de 1950. Dezenas de pequenas e médias empresas surgiram nas décadas de 70 e 80, a partir de Criciúma, para atender a demanda de peças, componentes e equipamentos utilizados na mineração e na indústria cerâmica que, em 1988, já absorvia mais de 4 mil empregos. A indústria metalúrgica da região carbonífera, além de produzir fábricas inteiras para o setor cerâmico, bem como os equipamentos utilizados na mineração, exportava pacotes inteiros para países da América Latina e da África. Quantitativamente, as fatias de mercado do setor metalúrgico do sul catarinense se distribuem na década de 80 da seguinte forma: 50% da sua produção são absorvidos por cidades catarinenses; 40% por outros estados da federação; o restante, 10%, é exportado³⁴.

O setor calçadista teve seu início na década de 1960, ocupando o mercado internacional na década seguinte. Rapidamente, o sul de Santa Catarina tornou-se um grande pólo calçadista, perdendo apenas para o Vale dos Sinos, no rio Grande do Sul, e para a região de Franca, São Paulo. Embora estabelecida, a indústria calçadista também sofreu impactos da crise na década de 1980. A retomada do crescimento no setor só ocorreu em 1993, com um

²⁹ SANTOS, M. A. op. cit., p. 71.

³⁰ GOULARTI FILHO, A. *Formação...*, p. 338.

³¹ SANTOS, M. A. op. cit., p. 94.

³² GOULARTI FILHO, A. *Formação...*, p. 297-298.

³³ SANTOS, M. A. op. cit., p. 94.

³⁴ Idem, p. 101-102.

crescimento de cerca de 60% das exportações. Parte da retomada se deu pela adaptação da indústria à nova ordem capitalista do mercado, que previa uma baixa no custo de produção do par de US\$ 6 para US\$ 3,3, podendo, assim, competir com os asiáticos no mercado norte-americano.³⁵

Nesse contexto, os empresários do sul catarinense reclamavam que os salários pagos no estado superavam os salários recebidos pelos chineses, por exemplo, o que acarretava o alto custo da produção no estado. Uma das saídas encontradas pelos donos de fábrica para baratear o custo da produção foi a terceirização dos serviços. Outra estratégia era a de demitir e retirar as empresas que tinham como território sindical Criciúma – porque lá os sindicatos eram muito combativos –, montando fábricas em cidades vizinhas, sem tradição de luta sindical e pagando salários mais baixos.³⁶

A indústria têxtil iniciou suas atividades no município na década de 1960, com a Camisaria Águia, a fábrica de calças Calcutá e a Camisaria Vidal. Na década seguinte, o setor possuía cerca de 20 empresas e gerava cerca de 900 empregos diretos. De 1978 a 1984, por exemplo, houve um significativo crescimento no setor. Em 1984, já havia 230 empresas com 5 mil empregos na região. Em 1986, mais de 56 novas empresas foram criadas, elevando seu número para mais de 150 só em Criciúma. Essa expansão representou um crescimento de 30% na sua produção global, só em 1986. Ainda nesse período, começaram a surgir as *facções*, ou seja, as fábricas passaram a produzir para grandes etiquetas nacionais como a Renner, de Porto Alegre, e a Ellus, de São Paulo e Rio de Janeiro.

O processo de terceirização se intensificou na década seguinte, na medida em que muitas operadoras de máquinas (costureiras) saíram de seus empregos e com o dinheiro da indenização e do seguro-desemprego compraram máquinas para trabalharem em casa, produzindo para as *facções* e confecções. O setor do vestuário cresceu cerca de 30% ao ano entre 1990 e 1992; em 1993 100 novas empresas surgiram. Tal crescimento se deu ao final do governo Collor, justamente quando ocorria a crise dos setores carbonífero e cerâmico – daí a importância da referida recuperação do setor têxtil, que representou o aproveitamento de numerosa mão-de-obra desempregada.³⁷

Foi nesse cenário de desmonte da principal atividade econômica da região sul do estado, durante as décadas de 1980 e 1990, que uma série de personagens atuou, cada um deles inserido em movimentações diferentes, fosse no palco das ruas, das associações de

³⁵ Idem, p. 103.

³⁶ Idem, p. 104.

³⁷ Idem, p. 86-92.

bairro, dos sindicatos ou da Igreja. Criciúma, nesse contexto de crise, foi o “nome do espetáculo”, em que os próprios atores decidiam o roteiro de suas atuações, feito de incertezas e insegurança e, muitas vezes, marcado pela violência e pelos conflitos.

1.4 – Os movimentos sociais, a festa do Centenário e as relações políticas em Criciúma

O debate em torno do conceito de movimentos sociais é complexo e amplo para ser desdobrado em poucas páginas. Entretanto, algumas considerações são importantes. Foi característica marcante no Brasil, até os anos 1970, conceber os movimentos sociais como a classe trabalhadora organizada, em seus sindicatos e partidos de orientação socialista ou comunista. Era uma forma reducionista de perceber uma realidade social tão complexa e heterogênea. O marxismo ortodoxo não dava devida importância aos protestos populares que não tinham ligação com partidos ou sindicatos, vendo neles uma disposição de luta do proletariado, porém, de forma desorganizada, com ausência de um projeto político claro. Era como se fizessem parte da “pré-história” do movimento operário, ou como se fossem ações do lumpemproletariado, podendo ser, em alguns casos, facilmente manipulados por forças reacionárias em momentos de crise.³⁸

Esse foco de análise começou a mudar a partir dos anos 70, em grande parte devido aos estudos realizados por sociólogos que, juntamente com a emergência dos “novos atores sociais”, produziram uma série de pesquisas voltadas ao cotidiano e à organização das classes trabalhadoras fora do ambiente de trabalho.

A literatura produzida no período de abertura política criou a idéia da autonomia dos movimentos que, nascidos nas áreas de periferia dos grandes centros urbanos, ou dentro das fábricas, reivindicavam melhores condições de vida e trabalho, além de verem o estado como um “inimigo comum”. Lançou, também, a idéia de *espontaneísmo*³⁹, dando a impressão de que os movimentos “brotavam” de maneira natural na arena política em disputa.⁴⁰ Muitos autores que escreveram nesse período, geralmente militantes de esquerda que vinham de outras lutas, via nesses “novos movimentos sociais” uma esperança de mudança rumo a um estado democrático de direito, baseado numa democracia participativa e popular.

³⁸ MUNHOZ, S. Thompson, o marxismo e o estudo dos protestos populares. In: *Esboços*.n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2004. p. 108.

³⁹ Rosa Luxemburgo foi talvez a primeira teórica a perceber o espontaneísmo das massas no contexto da luta de classes. Em seu livro de 1906, *Greve de massas, partido e sindicatos*, Luxemburgo via o espontaneísmo como um importante elemento na luta contra a tendência ao vanguardismo e à burocracia partidária. Porém, não negava a existência de uma vanguarda. Apud: MUNHOZ, S. op. cit., p. 109.

⁴⁰ DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/ANPOCS, c1995. Sobre esse tema, ver capítulo 1.

Ruth Cardoso faz uma análise dessa mudança de atuação dos movimentos sociais, dividindo-a em duas fases: a da “emergência heróica dos movimentos” e a da institucionalização, ocorrida já num outro contexto político. Uma nova relação foi criada entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e os movimentos e as agências públicas em geral, por outro. A autora fala em cooptação das lideranças dos movimentos sociais por partidos, como o PT, que surgia naquele momento, ou mesmo nos canais abertos pelo estado, como os Conselhos.⁴¹

Evitando entrar no campo de estudo dos movimentos sociais por essa discussão conceitual⁴², a chave teórica utilizada para a compreensão dos movimentos populares que ocorreram em Criciúma em meados dos anos 1980 e 1990, parte da idéia de uma *história vista de baixo*. Sob esse ponto de vista é que Georges Rudé, ao estudar as multidões na história da França e da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, acabou com a idéia dos movimentos populares como sendo “coisas da turba”, de ralé, populacho, desordeiros e perturbadores. A principal contribuição de Rudé foi demonstrar que as manifestações populares eram extremamente racionais e premeditadas e não simplesmente espasmos psíquicos causados pela fome.⁴³

Nesse sentido, falar em movimentos sociais requer uma série de cuidados, como perceber a heterogeneidade dos atores, seus conflitos, seus campos de disputa, suas maneiras de pensar, suas maneiras de perceber e de significar o mundo, suas relações com o Estado e com a política. Ao perceber essas características no campo da história social, Maria Clementina Pereira Cunha afirma o seguinte:

Nosso interesse pelos “de baixo” concretiza-se pelo estudo de relações que incluem as classes, mas também os gêneros, etnias e múltiplas formas de identidade que transpassam os seus limites, sendo relações, compreendem também os “de cima”, além de buscar diferenças entre os atores de todas as alturas aos quais não se pode – a não ser arbitrariamente – atribuir homogeneidade. Neste sentido é, sobretudo, uma história do conflito, em suas diversas possibilidades práticas ou semânticas, que se busca hoje.⁴⁴

⁴¹ CARDOSO, R. C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 81-83.

⁴² Para mais informações sobre este debate no campo da sociologia, ver : CARDOSO, R. C. L. op. cit.; DOIMO, A. M. op. cit.; LEE, Kyu Yeon. *Tesouro brasileiro - Democracia: uma construção popular (1974-1984)*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). UFSC; PAOLI, M. C. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In: SILVA, F. T; NAXARA, M. R. C; CAMIOTTI, V. C. (orgs) *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.; SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴³ RUDÉ, G. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

⁴⁴ CUNHA, M. C. P. (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 13.

Os movimentos populares em Criciúma, ao final dos anos 1970 e no início da década de 1980, começaram a se articular em grupos como as pastorais da Igreja Católica, os movimentos comunitários, o Partido dos Trabalhadores (PT), as oposições sindicais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Regional Sul, de Santa Catarina.

A Pastoral da Juventude, por exemplo, se organizou em 1979. em seu livro–ata, no segundo semestre de 1979, foi registrado: “Em 8 de agosto de 1979 às 20 horas na Paróquia de São José, a convite do coordenador Dourival Giassi, a pastoral se reuniu para: estruturar e organizar a Pastoral da Juventude da Comarca de Criciúma”.⁴⁵

A organização da Pastoral da Juventude também teve destaque na voz do vereador Lírio Rosso, do PMDB, afirmando o seguinte na sessão ordinária da Câmara Municipal de 22/09/80:

...não poderia passar sem registro nesta casa, a realização da Caminhada da Libertação pela Pastoral da Juventude, em colaboração com os grupos de jovens das paróquias das Comarcas. As pesadas chuvas e o forte frio foram incapazes de impedir que cerca de 2 mil jovens percorressem, em caminhada, mais de 20 km por nossas ruas e nossos bairros (...). O sentido da caminhada foi religioso (...) Ao sentido religioso os jovens deram também um sentido social à caminhada. Foi feita uma correlação entre o povo hebreu, preso ao cativo, com suas misérias, suas fraquezas, suas descrenças, com os povos atuais, principalmente com o povo brasileiro: pobre, doente, sem instrução, sem terra em muitas vezes sem fé.⁴⁶

O que mais chama a atenção na descrição acima é o número estimado de participantes, cerca de 2 mil, e o de quilômetros percorridos, cerca de 20, embaixo de chuva. O interessante de se notar, também, foi a passagem pelos bairros, chamando a atenção dos moradores para as mazelas sociais e, provavelmente, buscando novos integrantes.

Pode-se perceber a atuação da Pastoral da Juventude também nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Os depoimentos apontam uma articulação de grupos de jovens com a Pastoral, como é o caso do NIJC (Nosso Ideal é Jesus Cristo), grupo que mais tarde veio a fundar a UCES (União Criciumense dos Estudantes Secundaristas). Segundo o professor Dorval do Nascimento, “o pessoal se reunia nos finais de semana para conversarem e articularem atividades”.⁴⁷

A Pastoral Operária também teve papel muito importante na articulação e consolidação dos movimentos populares na cidade, na medida em que organizava eventos

⁴⁵ Ata da Pastoral da Juventude, 1979. CEDOC, Criciúma.

⁴⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro Ata da 68ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de setembro de 1980.

⁴⁷ Todos esses dados foram tirados da entrevista realizada com Dorval do Nascimento, em 27/10/04, na cidade de Criciúma, onde reside.

como manifestações de rua, criação do “fundo de greve” ou a manifestação da “panela vazia”.⁴⁸

Em uma carta de 17 de fevereiro de 1982, direcionada aos vestuaristas, pode-se perceber que Pastoral Operária apoiava a luta por salários mais justos, a estabilidade no emprego, era contrária às horas extras e reivindicava melhores condições de trabalho. Segundo o documento, ela se via como um movimento da Igreja que percebia a necessidade de maior organização e conscientização, através de grupos de fábrica e de bairros, e pretendia ser também mais um instrumento para que o trabalhador refletisse sobre a sua condição de explorado e decidisse como modificá-la.⁴⁹

É interessante perceber que a P.O. não se via como a única alternativa pela qual os trabalhadores deveriam se organizar, mas, antes, como uma alternativa de apoio. Ainda na carta, a Pastoral mostra uma postura muito definida quanto aos sindicatos: deveriam ser livres, de classe, fortes e autônomos em relação aos partidos e aos patrões.⁵⁰ E, essa autonomia, penso, era também em relação à própria Pastoral, embora o diálogo entre sindicato e Igreja naquele momento fosse constante.

Márcia Fantin destaca que no início da década de 1980 se articulava na cidade o movimento Pastoral Popular, de orientação progressista, em defesa dos direitos humanos e da justiça social. Os grupos organizados nas Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e comunidades eclesiais de base incentivavam a organização direta nos bairros para a luta e conquista de direitos como educação, saúde e saneamento básico. “Foi o tempo das manifestações com passeatas como a da “panela vazia”, que reuniu cerca de 2 mil participantes”.⁵¹

Ao mesmo tempo em que as pastorais organizavam atividades na cidade, nos bairros já se percebiam articulações em busca de melhores condições de vida para seus moradores. Um exemplo disso está na fala do vereador Valdenir Zanette; seu discurso na Câmara fazia referência ao bairro Vila Naspolini e a certa organização já articulada em anos anteriores.

Senhor Presidente e senhores vereadores, estivemos presentes, antes da abertura deste encontro, a uma festa popular, que foi na minha terra natal, na Mina Naspolini. Fui convidado pelos diretores da Sociedade esportiva e recreativa da Mina Naspolini, presidente da Capela e da sociedade. Lá naquele bairro, a liderança espontânea, simples e singela, da comunidade,

⁴⁸ TEIXEIRA, J. P. *Os donos...*p. 150.

⁴⁹ Nota de Apoio da Pastoral Operária. 17 de fevereiro de 1982. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. Florianópolis, 1992. 200 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. p. 25.

resolveu a achou por bem fazer uma festa. (...) E como nos dizia alguns líderes daquela comunidade, hoje nós fazemos uma festa para nos parabenizarmos, porque nós lutamos, corremos e quase morremos, mas hoje, senão tudo, há um pouco daquilo que sonhávamos ter como realidade. Eu quero cumprimentar todos os moradores do bairro Vila Napolini, pela festa ontem organizada, e acima de tudo pela luta de tantos anos, em busca das conquistas e que a elas chegaram.⁵²

Para os moradores do bairro, que se organizavam há algum tempo, a festa representava algumas conquistas. E, o fato de a comunidade convidar um vereador indica que havia lideranças locais organizadas em torno da Sociedade Recreativa, de um lado, e de outro, um diálogo com o poder público municipal. Não é claro, entretanto, é o caráter dessa relação.

No ano seguinte, em 29 de março de 1981, foi criada a SAB (Sociedade Amigos de Bairro), da Vila Manaus. A sociedade articulou-se com a participação de moradores ligados a outros movimentos como, a Pastoral Operária, militantes do PMDB e do movimento operário mineiro ligado ao PCB.⁵³ Destacavam-se na consolidação da SAB as figuras do Padre Valdemir Miotello e do líder comunitário João Paulo Teixeira.⁵⁴ Segundo ele:

Bom, então eu atuava aqui na Vila Manaus, tinha um trabalho de motivação da comunidade, de organização da comunidade, organizamos um grupo de jovens aqui, do grupo de jovens nós organizamos os grupos de reflexão que eles chamavam na época, hoje são grupos de família, nos grupos de família à luz do evangelho também a gente refletia a problemática dirigida pela comunidade. Com isso a comunidade foi despertando pra necessidade de se organizar, surgiu ai a necessidade de a comunidade ter uma entidade que pudesse representar toda a comunidade independente de religião...⁵⁵

No início da década de 1980, o pluripartidarismo voltou à cena. O PMDB governou Criciúma entre 1983 e 1988⁵⁶, e, na mesma época, o PT organizava-se no município. Uma consideração importante deve ser levada em conta: toda essa efervescência acontecia em meio às comemorações do centenário do município.

Como é comum em muitas cidades, a Festa do Centenário foi criada pela elite em parceria com o poder público municipal, com uma comissão designada para o planejamento e a realização da mesma. Obras e monumentos foram inaugurados e foi também um momento em que as pessoas a reinterpretaram a cidade.

⁵² Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro ata 68ª Sessão Ordinária realizada em 22 de setembro de 1980.

⁵³ TEIXEIRA, J. P. *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o governo popular em Criciúma (1983-1988)*. Florianópolis: Cidade Futura, 1999, op.cit, p. 75.

⁵⁴ TEIXEIRA, *Os donos...*, p. 150.

⁵⁵ João Paulo Teixeira, em entrevista concedida em 17 de setembro de 2005.

⁵⁶ A administração do PMDB em Criciúma será discutida com mais detalhes ao longo deste capítulo.

A festa pretendeu legitimar a idéia de uma cidade que cresceu e se consolidou graças ao esforço dos antepassados pertencentes às cinco etnias fundadoras do município: italianos, alemães, poloneses, portugueses e negros. A formação de um discurso de cunho étnico, legitimado pela festa, ficou claro na fala do então prefeito, Altair Guidi:

Nós estávamos reunidos na prefeitura, toda a comissão. Começamos a pensar nas pessoas que precisavam ser lembradas e homenageadas. Nós queríamos uma festa para a cidade inteira, de todos. Aí começaram a **listar** grupos. Alguém falou dos poloneses, outros dos italianos, outros dos alemães. Eu disse: a gente tem que **botar aí** os negros. E tem que **colocar também** os portugueses, que eu nem acho que seja português, é mais açoriano, **sei lá**. Os primeiros que chegaram aqui não foram os italianos. É só ver os barracões que tinham por aí.⁵⁷

Queria-se, também, mascarar o estigma de uma cidade industrial mineira; tanto é assim, que os mineradores não participaram efetivamente das comemorações, ficando mais envolvidos com a *Expo 100*, feira industrial e comercial que ocorreu em outubro de 1980. Para completar os discursos produzidos nos gabinetes, a “toque de caixa” projetaram-se obras e monumentos para imortalizar os primeiros imigrantes. Para tanto, profissionais foram contratados. Otília Arns, nascida em Criciúma, professora da UFPR foi a responsável por gerenciar os dados e as entrevistas que estavam sendo feitas, que resultaram num livro, em 1985.⁵⁸

Para cuidar das obras, foi chamado o engenheiro Manoel Coelho, também de Curitiba. Ele projetou a Avenida Centenário, o novo Paço Municipal, o Parque Centenário e o Memorial Dino Gorini. Foi no novo Paço Municipal que se ergueu um monumento em homenagem aos imigrantes. O mesmo contendo cinco pontas que, além de representarem as cinco etnias, representavam uma mão: a “mão dos antepassados que lutaram contra as adversidades, as intempéries e fizeram a cidade progredir”.⁵⁹

Verifica-se então que, por trás de uma comemoração, nos bastidores existiu um campo de disputa política, no qual se discutia o formato da festa e a quem ela poderia interessar naquele momento. As autoridades procuravam um reconhecimento, um aval da comunidade, através das comemorações do Centenário. É justamente essa disputa por espaço, seus conflitos e tensões, que a história social da cultura procura enxergar, também, por trás das festas:

⁵⁷ CAMPOS, E. C. *Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea-Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis, 2003. 214 f. Tese (Doutorado em História). UFSC. p. 166. A entrevista foi concedida ao autor da tese. Os grifos são meus.

⁵⁸ Trata-se do livro *A semente deu bons frutos: Criciúma 1880-1980*, resultado das comemorações do Centenário.

⁵⁹ CAMPOS, op. cit., p. 167.

Através delas se poderá espiar uma rica miríade de práticas, linguagens e costumes, desvendar disputas em torno de seus limites e legitimidade, ou na atribuição de significados, e sentir as tensões latentes sobre as formas lúdicas. Apurando o ouvido, se poderá captar manifestações de dor, revolta, alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns, e testemunhar reconciliações ou desentendimentos que, para o historiador, têm sempre um gosto único e inconfundível.⁶⁰

Mesmo ficando conhecido como o “prefeito do Centenário”, Altair Guidi saiu derrotado das eleições municipais de 1982 porque, em linhas gerais, o período de abertura provocou uma perda de espaço aos grupos político-econômicos ligados à ditadura e a ascensão do MDB/PMDB como principal partido de oposição, juntamente com articulação dos demais movimentos sociais. Em Santa Catarina, apesar do pluripartidarismo que estava se consolidando, fragmentando o campo da esquerda, a disputa pelo governo estadual se daria por segmentos do antigo binômio ARENA X MDB, que tinham maiores chances de vitória no pleito.

Os demais partidos que disputaram as eleições no estado em 1982 foram o PT, com Eurides Mescolotto na cabeça de chapa, o PDT, com Lígia Doutel de Andrade, e o PTB, com Osmar Cunha. Juntos, obtiveram nem 1% do total de votos no resultado final. Segundo Itamar Aguiar, esses partidos foram “vítimas” do chamado voto útil e de vinculação em favor do PMDB.⁶¹

As demais chapas foram formadas por Esperidião Amin e Victor Fontana do PDS (antiga ARENA), que contavam com o apoio do governador à época, Jorge Bornhausen. A chapa do PMDB fora definida em convenção, entretanto, as articulações já estavam montadas. No resultado final da convenção, a chapa encabeçada pelo ex-senador Jaison Barreto venceu por 120 votos a 94 a chapa de Pedro Ivo. O vice de Jaison foi João Linhares, do PP (Partido Popular).⁶² Na tabela abaixo, o resultado final das eleições para o governo do estado, realizada em 15 de novembro de 1982.:

⁶⁰ CUNHA, M. C. P. (org.). op. cit., p. 12.

⁶¹ AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Florianópolis, 1991. 312 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. p. 52.

⁶² Idem, p. 59.

Tabela 1 – Resultado final das eleições para o governo do estado de SC – nov/1982

Partido	Nome	Votos	% Estado
PDS	Esperidião Amin	838.150	45,75
PMDB	Jaison Barreto	825.500	45,06
PT	Eurides Mescolotto	6.803	0,37
PDT	Lígia Doutel de Andrade	4.572	0,24
PTB	Osmar Cunha	2.281	0,12

Fonte: AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

Nos maiores colégios eleitorais do estado, Jaison Barreto só não obteve a maioria dos votos em cinco, incluindo a região da grande Florianópolis. Em Criciúma, as mobilizações e articulações de base que aconteciam desde antes das eleições puderam ser vistas nos números finais. Jaison conseguiu na cidade 26.805 votos, contra 23.976 de Amin⁶³, além de o PMDB ter conquistado a prefeitura, com a eleição de José Hülse. Antes de observar essa vitória, volto um pouco no tempo para ver como ela se construiu.

Nas eleições municipais de 1976, a chapa do MDB, formada por Murilo Canto e José Hülse (vice-prefeito) foi derrotada pela ARENA, que elegeu Altair Guidi. Segundo José Paulo Teixeira, isso se deu porque as elites locais ainda eram subsidiadas pelo governo federal.⁶⁴ Mas, há um equívoco na afirmação, já que o próprio candidato a vice-prefeito da oposição, José Hülse, pertencia a uma família das chamadas elites locais. Para o autor, a expressão se refere principalmente aos donos de minas que, durante anos, controlaram a política na cidade e receberam apoio do governo federal. Porém, durante a gestão de Altair Guidi, o MDB/PMDB se constituiu num forte partido de oposição. O MDB articulava a partir de um amplo trabalho de militância e formação de quadros que investia na juventude e nas lideranças populares.

⁶³ Idem, p. 104.

⁶⁴ TEIXEIRA, J. P. *Nos tempos...* p. 35. Em 1973 ocorreu a chamada crise do petróleo, nesse sentido, o governo Geisel propôs que os mineradores de Criciúma e região quintuplicassem a produção de carvão mineral para abastecer o mercado interno. Foi o período em que a indústria carbonífera mais se mecanizou, recebendo muitos subsídios. O resultado final não foi o esperado, pelo fato de não alcançarem a meta. Os mineiros não estavam preparados para o processo mecânico, ocorrendo, assim, muitos acidentes de trabalho, o aumento dos casos de pneumoconiose; as máquinas não alcançaram ao máximo a sua capacidade de produção, gerando prejuízo do ponto de vista econômico para os donos de mina, que não conseguiam cobrir os altos investimentos. Sobre este assunto ver: VOLPATO, T. G. *Vidas marcadas: trabalhadores do carvão*. Tubarão: Editora da UNISUL, 2001.

Em outubro de 1981, ocorreu o I Seminário Nacional de Prefeitos do PMDB, em que se debateram as experiências populares de administração municipal, visando a preparação para as eleições no ano seguinte.⁶⁵ Os nomes também começaram a ser decididos e optou-se por fazer uma aliança com o PP, a fim de conseguir votos de setores mais conservadores da cidade. Decidiu-se pelos nomes do engenheiro José Augusto Hülse (PMDB) para prefeito e de Roseval Alves (PP) para vice. Neste sentido, a chapa conseguiu aglutinar setores do empresariado local como Realdo Guglielmi, além de ex-membros da ARENA que não se viam representados pelo candidato do PDS. Em um contexto de desgaste nacional da ditadura, esse foi o quadro que resultou na vitória do PMDB nas eleições de 1982.⁶⁶

Entre 1983 e 1988 estabeleceu-se uma relação mais próxima entre os movimentos sociais organizados e a prefeitura. Ao que tudo indica, isso se explica, em parte, porque o PMDB foi eleito na cidade com grande apoio popular. Uma vez no poder, o partido precisaria de “carta branca” para governar, motivo que talvez o tenha levado a um grande diálogo com os movimentos populares, evitando a pressão social. Por outro lado, ter recebido o apoio de setores mais conservadores fez surgir certo mal estar no secretariado que se formou, pois os cargos tinham que ser distribuídos. Mesmo assim, alguns avanços foram conquistados, como a realização de seminários de organização e mobilização comunitária. O primeiro ocorreu em 3 de julho de 1983, logo no início da gestão, e eram desenvolvidos pelo Departamento de Promoção Social da Secretaria de Saúde e Bem-Estar. Participavam associações de moradores, SABs (Sociedades Amigos de Bairro), APPs (associações de pais e professores), grupos de jovens, clubes de mães, centros comunitários, entre outros. O objetivo dos seminários era debater as demandas sociais e avaliar o governo, além de discutirem a conjuntura nacional. A rigor, esses eventos serviam mais para esclarecimentos e debates do que para a definição de estratégias ou políticas governamentais.⁶⁷

Mas, de certa forma, existia certo espaço democrático para participação, em que se podia perceber uma série de organizações populares que, se não decidiam as políticas públicas, ao menos se faziam ouvir.

Para José Paulo Teixeira, de 1982 a 1992, as esquerdas em Criciúma teriam abandonado o movimento popular, passando a priorizar o movimento sindical. O PMDB, por sua vez, acabaria ocupando os espaços de poder local, criando diretórios, associações de

⁶⁵ TEIXEIRA, *Nos tempos...*, p. 45.

⁶⁶ *Idem*, p. 47.

⁶⁷ TEIXEIRA, *Nos tempos...*, p. 89-90.

bairro, e “com base no clientelismo e no apadrinhamento, cooptou e controlou inúmeras lideranças”.⁶⁸

A afirmação de Teixeira é contestável. Primeiramente, não se deve generalizar “as esquerdas”, mas especificar a que grupo político se está referindo, para compreender suas características num contexto mais amplo. Em segundo lugar, a idéia de “cooptação de lideranças” pode ser entendida como uma via de mão dupla, na medida em que a “liderança cooptada” também poderia conseguir vantagens para o grupo ao qual representava.

Ainda no mesmo período, o Partido dos Trabalhadores foi fundado em Criciúma, em 1981, a partir de bases sindicalistas e militantes dos meios popular e pastoral. O processo de fundação do PT catarinense, como nos demais estados, foi resultado de muito esforço por parte de seus fundadores. O Movimento-Pró PT, iniciado em 1979 e que coincidiu com o processo de abertura política, teve em Santa Catarina um impulso significativo. Mas, ainda sob as regras impostas pelo regime militar, o partido precisava cumprir várias exigências da legislação partidária e eleitoral para legalizar-se, “fosse através da filiação do percentual mínimo exigido por lei, fosse realizando encontros e convenções e constituindo diretórios municipais e regionais”.⁶⁹ Sendo um partido legal, organizado pelas regras definidas pela democracia representativa e formal, o PT participou de todos os processos eleitorais desde 1982. Entretanto, nos primeiros anos de organização partidária “não havia preocupações eleitorais no PT”, que buscava inserção política e representatividade nos movimentos sociais, tanto que foi somente em 1986 que o partido elegeu sua primeira parlamentar em Santa Catarina, a agricultora de Descanso, Luci Choinacki, militante do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Campanhas pela anistia, contra a Lei de Segurança Nacional, por eleições diretas para presidente, por salários, terra e liberdade, tinham no ideário petista uma motivação de fundo para a construção de uma “nova sociedade”.⁷⁰

A CUT, Regional Sul, também começava a se articular nesse contexto, quando foram realizados o I e o II Encontro da Classe Trabalhadora de Santa Catarina. O primeiro ocorreu em Joinville, entre os dias 10 e 12 de julho de 1981; ao final do encontro, foi redigida uma carta contendo os principais pontos de discussão e de reivindicações do encontro. Nela, os trabalhadores se viam como agentes responsáveis pela produção das riquezas no país, portanto, deveriam participar das decisões políticas e econômicas, pois entendiam que as mesmas os afetavam primeiramente. Defendiam a democracia, eram contrários às leis

⁶⁸ TEIXEIRA, *Os donos...*, p.150.

⁶⁹ TEIXEIRA, J. P. *Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico*. Ed. do Autor, 1996. p. 24-25

⁷⁰ *Ibidem*.

repressivas e à ação das multinacionais. Essa dupla frente de resistência, pela democracia e contra a exploração, deveria unir os sindicatos ao povo, como uma forma de libertação política. O documento chamava a atenção para aspectos do cotidiano como salário, emprego, custo de vida, inflação, saúde, transporte, habitação, educação e lazer, além de mencionar os trabalhadores rurais esquecidos e marginalizados pelo conjunto da sociedade. Ainda segundo a Carta de Joinville, o encontro estadual era apenas um fragmento do encontro nacional que ocorreria em São Paulo, em agosto do mesmo ano.⁷¹

O segundo Encontro aconteceu em Florianópolis, em julho de 1982, e também fazia parte da organização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT. Os trabalhadores reunidos na capital ratificaram todas as proposições contidas na Carta de Joinville, “no sentido do estabelecimento de um sistema social justo e humano, fraterno, sem exploração e opressão”.⁷²

Segundo a Carta de Florianópolis, “o II Enclat avançou para a abertura de uma ampla campanha de esclarecimento político do trabalhador diante das eleições de novembro, destacando seu papel fundamental, mesmo decisivo, para o conjunto do povo”.⁷³

No encontro, a principal preocupação foi com a aprovação uma proposta de organização para o movimento integrado de federações, sindicatos, associações pré-sindicais, associações profissionais, associações de servidores públicos, unificando todos esses setores. Percebe-se que os dois eventos, juntamente com os encontros nacionais, foram uma prévia do que mais tarde veio a se tornar a CUT, haja vista a menção à Comissão Estadual Pró-CUT ao final do documento.

A CUT regional Santa Catarina se consolidou em agosto de 1984, período em que os sindicatos locais em Criciúma ainda eram controlados por “dirigentes tradicionais”. Logo após o estabelecimento da CUT, aconteceram as primeiras vitórias das oposições nos sindicatos, como a dos vestuaristas em 1985, dos mineiros no ano seguinte e da oposição sindical mineira do Rio Maina, em 1988. Nesse sentido, o movimento sindical se tornou mais combativo e as greves passaram a ser um valioso instrumento de pressão. Entretanto, como afirma Teixeira, embora estabelecesse um vínculo muito forte com a CUT, o Sindicato dos mineiros nunca foi filado à Central e jamais seguia de maneira dogmática as suas orientações.⁷⁴

⁷¹ Carta de Joinville. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

⁷² II ENCLAT: Resoluções finais. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

⁷³ *Ibidem*. As eleições municipais de 1982 em Criciúma serão analisadas mais adiante neste capítulo.

⁷⁴ Teixeira, *Os donos...*, p. 154-155.

No sindicalismo de Criciúma, segundo Teixeira, existiam disputas políticas internas muito bem definidas entre os chamados “pelegos” e os “cutistas”, que se intensificavam nos momentos eleitorais. Desse modo, o movimento sindical na cidade se dividia em duas vertentes: a primeira, identificada com a CUT e o Partido dos Trabalhadores; a outra, com a chamada “intersindical”, que reunia a maioria dos sindicatos. É importante perceber que o PT também se relacionava com a intersindical desde 1984, já que o advogado trabalhista Milton Mendes de Oliveira, filiado ao PT, foi por muitos anos assessor jurídico dos sindicatos anticutistas da cidade, estabelecendo, desse modo, uma cisão no interior do próprio PT, além daquela já existente no sindicalismo.⁷⁵

Entre as eleições de 1988 e 1992 ocorreram alterações no sindicalismo local. Sindicalistas organizados na intersindical se distanciaram do PT e da CUT, indo em direção ao PMDB e ao PSDB. Além de dividir o movimento sindical, isso contribuiu para a divisão das esquerdas e o fortalecimento do PMDB, influenciando no resultado da eleição municipal de 1992, com a vitória do partido na figura de Eduardo Pinho Moreira.⁷⁶

Uma vez consolidado o cenário político, os movimentos populares, partidos de oposição e sindicatos deveriam atuar. Foi o que ocorreu durante o segundo mandato de Altair Guidi (PDS), entre 1989 e 1992. A manifestação contra o aumento das passagens e pela melhoria dos transportes coletivos teve destaque na imprensa: os jornais noticiaram que cerca de 1.000 pessoas participaram, no dia 26 de janeiro de 1989, da paralisação no terminal central de transporte coletivo da cidade por trinta minutos. Os manifestantes distribuíram panfletos explicativos, comunicando que a Comissão de Defesa dos Interesses Populares providenciaria um mandado de segurança requerendo a cassação do decreto municipal que aumentou em 25% as tarifas. O mandado contava com o apoio de sindicatos, associações de moradores e partidos políticos, que já haviam dado procurações aos advogados responsáveis.

Ao final do dia, os manifestantes formaram uma corrente humana em torno do terminal. Cerca de 20 policiais militares acompanharam o protesto, que ocorreu de maneira pacífica. Antes que os ônibus voltassem a circular de maneira normal, os usuários do transporte coletivo foram incitados a pagarem tarifas antigas.⁷⁷ Houve a tentativa de se criar o Conselho Popular de Transportes, que não passou de dois encontros. Ficou claro que o protesto não tinha o intuito de tumultuar a rotina da cidade, mas, antes informar população,

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Idem, p. 218-219.

⁷⁷ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). *Jornal de Santa Catarina*, 27/01/1989 e *A Notícia*, 27/01/1989, p.07.

através da distribuição dos panfletos, que o aumento das tarifas era uma medida arbitrária e que, naquele momento, significava um desrespeito aos usuários.

Ocorreram também lutas contra o aumento considerado abusivo do IPTU e da taxa de lixo, iniciativa de vereadores de oposição. O movimento saiu vitorioso com a diminuição da taxa do lixo e revisão da cobrança do IPTU.⁷⁸ Entretanto, as principais lutas e conflitos não se deram entre movimentos e poder público; antes, elas foram travadas na relação capital/trabalho e na política do confronto direto, muitas vezes transformando a cidade de Criciúma em campo de batalha entre a polícia e os trabalhadores.

⁷⁸ TEIXEIRA, *Os donos...*, p. 152.

1.5 – “Nem o padre escapou”... : a Greve Geral de 1986

A greve geral de maio de 1986, comandada pela CUT, estourou logo após a greve dos 10 mil mineiros, fazendo parar a cidade. Cerca de 30 mil trabalhadores de sete categorias pararam suas atividades, apontando como principal reivindicação o reajuste salarial. Na quinta-feira, dia 15 de maio, oito categorias já haviam aderido à greve, entre elas, vestuaristas e calçadistas. Apenas bancos, comércio e transporte coletivo funcionaram, transformando a rotina da cidade. Segundo Amilton Borges, na época presidente da Regional Sul da CUT, “a paralisação geral é um repúdio de todos os trabalhadores ao pacote econômico, conhecido como Plano Cruzado”⁷⁹ que, segundo ele, “congelou o preço dos alimentos por cima, enquanto os salários, se não foram reduzidos, foram congelados por baixo.”⁸⁰

Um dos pontos que possibilitou a greve dos vestuaristas e calçadistas de Criciúma foi a vitória da oposição nas eleições sindicais de 1985. Conforme o informativo do sindicato, *O Carretel*, confeccionado pelo CEDIP – Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma, “a batalha foi dura, mas valeu a pena. Desde 1984 que os companheiros vinham se organizando, reunindo-se em segredo para evitar que os dedos-duros fizessem o seu serviço”. A chapa da oposição venceu as eleições por 761 votos contra 225 da situação⁸¹.

No dia 15 de maio em Criciúma, foi noticiado que Suzana Nascimento Amândio, funcionária da Fábrica Damiller, fora vítima, na manhã do dia 14, de tentativa de atropelamento.⁸² A greve geral que se iniciou no município, a partir do sindicato dos mineiros, se expandiu por todo o sul do estado. Em uma fábrica de calçados de Araranguá, também ocorreram diversos casos de agressão no primeiro dia de greve dos vestuaristas⁸³ na cidade. De acordo com Dorotéia, do sindicato dos vestuaristas, os conflitos começaram pela manhã. Por volta das 7 horas, 7 ou 8 “jaguços” tentaram retirar as barricadas que os grevistas armaram na frente da empresa. Em seguida um desses homens, identificado como Claudião, deu um golpe de facão no grevista Lourival Martins, quebrando-lhe a clavícula.

⁷⁹ O Plano Cruzado entrou em vigor em 28 de fevereiro de 1986, durante o governo de José Sarney. O cruzeiro foi substituído por uma nova moeda, o cruzado, na proporção de 1000 por 1. A indexação foi abolida, os preços e as taxas de câmbio foram congelados por tempo indeterminado e os aluguéis, por um ano. Os reajustes seriam automáticos, sempre que a inflação chegasse aos 20%. O “disparo do gatilho” era uma boa alegoria para evidenciar o mecanismo automático do reajuste. Como os preços estavam congelados, houve uma verdadeira corrida ao consumo, em consequência, começou a surgir o ágio, uma quantia cobrada “por fora”, acima dos preços de tabela. In: FAUSTO, B. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da USP, 2000. p. 522-523.

⁸⁰ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). *Diário Catarinense*, 15/05/1986.

⁸¹ CEDOC, Arquivo do CEDIP. *O Carretel*, n.1, dezembro de 1985.

⁸² *Diário Catarinense*, 15/05/1986.

⁸³ As categorias dos calçadistas e vestuaristas se organizavam num único sindicato unificado.

No período da noite, por volta das 21h30, membros do sindicato dos vestuaristas denunciaram que “jagunços armados de revólver, facão e correntes estariam nas proximidades dos piquetes ameaçando os grevistas”. Estariam no primeiro andar do Hotel Becker, num grupo de cerca de seis homens, observando o acampamento dos paredistas através de uma luneta. No quarto 165 do hotel, Ranieri Barradin, que se identificou como filho do proprietário da Fábrica Guante informou que ele e dois companheiros observavam o movimento para “preservar o patrimônio da empresa”.⁸⁴

Durante o andamento da greve, calçadistas e vestuaristas reclamavam constantemente da violência contra o movimento dos trabalhadores. Valdeci da Silva declarou que o sindicato das categorias continuava registrando queixas na polícia contra as agressões e solicitando a abertura de inquéritos para averiguar os casos.⁸⁵ O papel de denunciar casos de agressão e documentar o andamento da greve também foi feito pelo CEDIP, que era responsável pela confecção de boletins do movimento paredista e pelas denúncias que eram publicadas n’ *O Carretel*, também produzido pelo Centro.

Na manhã do dia 22 de maio, décimo dia de paralisação dos vestuaristas e calçadistas de Criciúma, a advogada do sindicato, Rosângela Souza, foi agredida por três proprietários da indústria de confecções Nuermberg. Segundo Rosângela, ela pretendia convocar as funcionárias da fábrica para a assembléia geral das categorias que ocorreria no dia seguinte. Os diretores não a deixaram dar o aviso e entraram na garagem da indústria, seguidos por ela. Em seguida, conforme relatou a advogada, os diretores Nélio Dilton e Sergio Nuermberg a jogaram no chão. Minutos depois, uma multidão se aglomerou na frente da fábrica e Rosângela foi liberada. Os diretores da fábrica negaram a acusação. Eles acusaram a advogada de ter invadido a garagem, mas não a espancaram. Sobre a outra denúncia, de que uma das rodas do carro havia passado sobre os pés de Rosângela, declararam que, “um policial testemunhou que ela colocou o pé embaixo da roda”.⁸⁶

E, por fim, até o padre apanhou. No início da tarde do dia 23, na indústria de calçados Stampa, os grevistas informaram que o encarregado geral da empresa, José Klauf Gutierrez, jogou um pedaço de tábua contra os piqueteiros, atingindo o operário Edson Campos. Numa outra fábrica de calçados, a Cecril, houve agressões generalizadas. Os grevistas disseram que o tumulto começou por culpa dos funcionários da empresa, que agrediram João Medeiros e o

⁸⁴ *Diário Catarinense* (DC), 16/05/1986.

⁸⁵ DC, 21/05/86.

⁸⁶ DC, 23/05/86.

Padre Pedro Damásio da Pastoral Operária. O religioso foi empurrado por encarregados da empresa quando tentava serenar os ânimos.⁸⁷

Observando um informativo do próprio sindicato dos vestuaristas e calçadistas de Criciúma percebe-se que as agressões foram constantes durante a greve. Entre elas, o boletim do sindicato menciona os o atropelamento de Suzana Nascimento, ao agressão à Rosângela Souza e ao padre Pedro Damásio. Segundo o informativo:

A companheira Suzana foi atropelada na frente da Polar Way. (...) Também quando Rosangela Souza foi agredida pelos diretores da Nuernberg a polícia mostrou de que lado estava. O policial que estava na frente da empresa apenas afirmou: Não estou vendo nada. (...) Nem o Padre Pedro escapou da violência dos patrões. Na Crisul ele foi empurrado quando tentava evitar mais agressões.⁸⁸

Ainda segundo o boletim, o resultado da greve foi positivo, mas os trabalhadores ainda se encontravam indignados com as agressões: “Foram 15 dias de luta, guerra e sofrimento. Foi então que conhecemos alguns patrões que, despreparados e sem saber o que fazer, sem ver suas máquinas trabalhando, foram à loucura e partiram para a ignorância, começaram a agredir os companheiros (as)”.⁸⁹

Não havendo diálogo entre vestuaristas e proprietários, os impasses foram decididos através do Dissídio Coletivo, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Cerca de 160 operários acompanharam o resultado. Os funcionários obtiveram os dias parados, um ano de estabilidade no emprego, 100% de hora extra, atestado médico do INPS e do sindicato, itens que os empregadores se negavam a conceder. Terminada a audiência, “os companheiros (as) iniciaram lá mesmo na frente do TRT a festa da vitória, festa que terminou com passeata no centro da cidade, recebendo o apoio da classe criciumense”.⁹⁰

Durante a greve, as diversas agressões cometidas por “jagunços” e capatazes contratados – ou mesmo pelos próprios diretores das empresas – contra os funcionários foram constantes. Atropelamentos, golpes de facão, tábuas arremessadas nos piqueteiros, chutes, xingamentos e pontapés fizeram parte do dia-a-dia da greve que envolveu, além de outros setores, as indústrias têxteis e calçadistas do sul do estado. Arrisco alguns argumentos que talvez expliquem as agressões. Primeiro, a legislação trabalhista desprivatizou o espaço fabril, sendo a greve um direito dos trabalhadores, e o Estado o principal mediador dos conflitos,

⁸⁷ DC, 24/0586.

⁸⁸ *O Carretel*: Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário de Criciúma/SC. n. 3, junho de 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

através da Justiça do Trabalho. Quando os operários exigiam que uma lei fosse cumprida, no caso o reajuste salarial, a relação original de dependência que tinham em relação ao patrão desaparecia. Por outro lado, os proprietários achavam que seu patrimônio estava sendo violado ou invadido, por isso, defendiam-no contratando jagunços e capatazes.

Durante toda a paralisação dos vestuaristas e calçadistas, ficou claro que uma das maneiras mais eficientes de garantir a permanência da greve foi mediante a organização por piquetes. Contrariando o que diziam seus patrões, que as mobilizações eram feitas por “ingenuidade”, os trabalhadores se mantiveram firmes e organizados até o último instante, quando da decisão do TRT.

Alguns estudos sobre o movimento operário nos anos 1950 entenderam os piquetes grevistas de maneira negativa. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, afirmou que os piquetes seriam a única forma de organização possível de um movimento sindical estruturalmente frágil, por conta do baixo nível de integração sindical do proletariado e da origem agrária da maior parte dos trabalhadores. Além dos mais, a falta de organização sindical nos locais de trabalho deixava ainda mais necessária a presença de piquetes, tornando, definitivamente, as greves em movimentos desencadeados e realizados de fora para dentro das empresas.⁹¹

Já em seu estudo sobre a greve dos 400 mil em São Paulo no ano de 1957, Paulo Fontes destaca a eficiência dos piquetes para a organização dos trabalhadores. Segundo Fontes, além de estimular a solidariedade de classe, grande número de operários em um piquete garantia a segurança dos trabalhadores contra a repressão. No piquete, o trabalhador isolado sentia-se mais forte, adquiria o senso de coletividade e identidade com seus companheiros.⁹² No caso da advogada Rosângela, agredida na garagem da confecção Nuernberg pelos diretores da empresa, a “multidão” que estava na entrada da empresa reagiu imediatamente, e ela foi em seguida liberada.

Os piquetes também podiam ser usados como estratégia dos funcionários para faltar ao trabalho, ou para participar do movimento sem correr o risco de represálias. Segundo Juarez Brandão Lopes, “a alegação dos operários de não virem trabalhar para evitar “encrenca” era, em parte, uma desculpa que davam a seus chefes para participarem do movimento grevista”.⁹³

⁹¹ FONTES, P. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo. In: *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 163-164.

⁹² Idem, p. 169.

⁹³ LOPES, J.B. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, B. *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. p. 407. Apud: FONTES, P. “Centenas de estopins...”, p. 169.

Os piquetes eram a garantia para o trabalhador de que ele poderia aderir à greve sem correr o risco de ficar sozinho, sujeito às represálias patronais. Por exemplo, na greve dos vestuaristas de janeiro de 1986, as frases trocadas em tom amigável entre os operários revelavam o bom andamento da paralisação: “Há quanto tempo a gente não se via num piquete, parceiro?”⁹⁴Cumpriam, ainda, o papel de meio de comunicação rápido e eficiente entre os trabalhadores na resposta às contra-informações patronais e da maioria dos meios de comunicação. Assim, a par das agressões que ocorriam, o movimento dos vestuaristas e calçadistas rapidamente tomou uma decisão. “Valdeci da Silva declarou que o Sindicato das categorias continua registrando queixas na polícia contra as agressões e solicitando a abertura de inquéritos para averiguar os casos”.⁹⁵

A greve e os piquetes também tinham uma dinâmica mais ampla. Uniam diferentes categorias profissionais e angariavam a simpatia de grande parte da população da cidade.⁹⁶ Esses aspectos ficaram bastante visíveis em Criciúma durante a greve de 1986. Foi uma greve geral organizada pela CUT, iniciada pelos mineiros, mas que tomou conta da cidade e de parte da região sul do estado. Cerca de 30 mil trabalhadores de sete categorias se mobilizaram, reivindicando reajustes salariais e denunciando a carestia. No caso dos vestuaristas e calçadistas, após a decisão final do TRT, “a festa da vitória terminou com passeata no centro da cidade, recebendo o apoio da classe criciumense”.

1.6 – Explosões, pedras e trilhos: o caso da CBCA

Em janeiro de 1987, a crise na CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá) se agravou mediante denúncias de irregularidades. As três empresas do grupo Catão (CBCA, Barro Branco e IBRAMIL) haviam deixado de recolher, há cerca de doze anos, o Imposto Único sobre Minerais, o FGTS de seus funcionários, as contribuições do IAPAS (Instituto de Arrecadação da Previdência e Assistência Social) além do Imposto de Renda de seus diretores. A Justiça Federal alegou que as irregularidades não caracterizavam crime, uma vez que não havia provas de que o dinheiro não recolhido tivesse sido desviado para outras finalidades senão para o pagamento de funcionários e fornecedores.⁹⁷

⁹⁴ Jornal *O Estado*, 14/01/1986. p. 8.

⁹⁵ DC, 21/05/1986.

⁹⁶ FONTES, P. op.cit., p. 172.

⁹⁷ FANTIN, M. op. cit., p. 23.

Em abril, foi pedida uma concordata, que não conseguiu sanar os problemas da empresa, resultando mais tarde em pedido de autofalência. Esse processo gerou atraso nos pagamentos dos funcionários, possibilidade da perda de empregos e direitos trabalhistas, desencadeando um movimento bastante forte na cidade. No mês seguinte, esgotadas as possibilidades de acordo com a empresa, os mineiros viajaram à Brasília em caravana. Voltaram para casa com a promessa de que em poucos dias tudo se resolveria.⁹⁸

Com a demora da situação e cansados de esperar, os mineiros em assembléia decidiram-se por uma atitude mais enérgica, a fim de pressionar o governo a cumprir o prometido quando estiveram na capital federal. Montaram acampamento na estrada de ferro a fim de paralisar todo o transporte do carvão caso o problema não fosse resolvido. Uma vez montadas as barracas e o acampamento estabelecido, o comando dos mineiros foi convocado para uma reunião com autoridades municipais, estaduais e o comando da PM. Os mineiros afirmaram que somente uma assembléia geral da categoria poderia por fim ao movimento.⁹⁹

A reunião terminou sem nenhuma decisão, mas com a autorização do governo do estado para que a polícia desmontasse o acampamento, o que transformou o bairro Pinheirinho – onde se localizava o campo de manobras da estrada de ferro Tereza Cristina – numa praça de guerra. A essa altura, os mineiros já haviam retirado, com pás e picaretas, os trilhos da ferrovia.

A primeira investida da PM aconteceu no início da noite de 3 de julho. Havia poucas pessoas no acampamento e a polícia causou pânico no local, utilizando bombas de efeito moral. Os mineiros resistiram sob os trilhos que foram arrancados e o confronto acabou no corpo-a-corpo, com socos, pauladas e pontapés. A PM recuou e ordenou a retirada dos mineiros do local. Em seguida, negociaram com o presidente do sindicato dos mineiros, se comprometendo a não mais atacar o local até a realização da assembléia geral, no dia seguinte.

Na madrugada, entretanto, a polícia invadiu o acampamento, destruindo barracas, derrubando os fogões em que as mulheres dos mineiros preparavam as refeições, dando início a um incêndio nas barracas que abrigavam crianças, expulsando os trabalhadores do local e tomando conta do acampamento.

Pela manhã, houve uma verdadeira batalha campal na avenida principal do bairro Pinheirinho: de um lado, os mineiros; de outro, a polícia militar. A situação era caótica e os mineiros montavam barricadas improvisadas com latões e pedaços de madeira para se

⁹⁸ Idem, p. 24.

⁹⁹ Idem, p. 25

defenderem da polícia. A correria era generalizada, com explosões de bombas de gás lacrimogêneo e pedras sendo atiradas de um lado para o outro. Durante os confrontos, outras partes dos trilhos da estrada de ferro foram arrancadas. Aos poucos, as pessoas se aglutinavam mais e mais— mineiros de outras empresas, curiosos e moradores próximos ao local do confronto, que “abriam suas portas” para abrigar trabalhadores em meio ao corre-corre.¹⁰⁰

A situação só foi controlada quando o prefeito José Hülse e mais algumas autoridades chegaram ao local dos conflitos, tentando negociar uma trégua entre o comando da PM e os mineiros. Ficou então acertada a retirada das tropas e a desocupação do local de acampamento pelos mineiros. As autoridades prometeram também um envio imediato de outra caravana de trabalhadores à Brasília, a fim de negociarem de vez uma saída para a situação.

A falência da CBCA era uma realidade e a luta, naquele momento, visava a garantia dos direitos dos trabalhadores envolvidos, a manutenção dos empregos e o pagamento dos valores atrasados dos FGTS. Uma das possíveis soluções para a situação era a estatização da empresa, porém, isso era incompatível com a política do governo Sarney. A outra hipótese era a do fechamento da empresa. Entretanto, o movimento que foi criado era a garantia para que essa opção não estivesse na pauta de negociações. Só restava ao governo uma solução: autorizar os trabalhadores a assumirem o controle da empresa.

Em Brasília, 120 mineiros acamparam diante do Ministério da Indústria e do Comércio, a fim de apressarem a decisão do ministro Hugo Castelo Branco. O governo, então, liberou a fundo perdido uma verba de 120 milhões de cruzados, destinada à reabertura das falidas Barro Branco e CBCA e ao pagamento de um dos três meses de salários atrasados.

Nesse processo, surgiu a proposta do sindicato dos mineiros de Criciúma, para que se tornasse o síndico da massa falida, criando um paradoxo. Segundo depoimentos utilizados por Márcia Fantin, surgiram argumentos que diziam que o sindicato não poderia defender os interesses de uma empresa e os dos trabalhadores ao mesmo tempo.¹⁰¹ , usando do bom senso, o Mas o sindicato assumiu o controle da empresa, tendo em vista que 2400 mineiros estavam próximos da perda de seus empregos.¹⁰²

A primeira medida tomada foi a formação de um corpo técnico com membros da estatal Próspera e da própria CBCA, juntamente com representantes do sindicato dos mineiros, para averiguar a real situação das empresas e sua viabilidade econômica. A formação da equipe de assessores fazia parte do acordo estabelecido entre os mineiros e o

¹⁰⁰ Idem, p. 26.

¹⁰¹ Vídeo do CEDIP, In: FANTIN, op. cit, p. 34.

¹⁰² Idem, p. 35.

governo. O passo seguinte era a reativação das minas; para isso, foram contratados 850 funcionários. Os trabalhos iniciaram em setembro de 1987.

Em dezembro, foi constituído o Conselho de Representantes (Comissão de Mina), eleito diretamente pelos trabalhadores da empresa, que tinha como função administrar a empresa juntamente com o gerente. Durante esse processo, foi construída a idéia de transformar a massa falida em uma cooperativa. No ano seguinte, na assembléia de 1º de outubro de 1988, foi criada a COOPERMINAS, dando início a uma experiência de gestão de empresa pelos próprios trabalhadores.¹⁰³

Vale ressaltar que grande parte do processo descrito contou com a participação direta do CEDIP que, durante todo o desenrolar da história, foi responsável pela documentação de tudo o que acontecia. As clipagens diárias em diversos jornais e o envolvimento nos momentos mais tensos para registrar os quebra-quebras entre mineiros e policiais resultaram em dois dossiês e diversas fitas gravadas, que a equipe de pesquisa do Centro organizou com o material recolhido.

Na apresentação dos dossiês, fica evidente a intenção e a preocupação com o registro de parte da história dos trabalhadores da cidade de Criciúma.

Estes fatos e a resolução do problema, inclusive a indicação do Sindicato dos Mineiros como síndico da massa falida, são encontrados nesse dossiê que estamos apresentando. O CEDIP (Centro de Educação, Informação e Pesquisa), através de sua equipe de pesquisa, que trabalha atualmente no levantamento da história do movimento operário mineiro de Criciúma, elaborou o material que segue.

Criciúma, 12 de dezembro de 1989.

EQUIPE DE PESQUISA.¹⁰⁴

1.7 – O processo de privatização CSN: organização e luta dos trabalhadores

A luta contra o processo de privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) foi, segundo Giani Rabelo, ex-integrante do CEDIP, o mais longo movimento operário da história do Brasil.¹⁰⁵ Ele durou de maio de 1990, quando foi anunciado o fechamento da CSN, até dezembro de 1991, quando a empresa já estava nas mãos do empresário Realdo Guglielmi.

A desativação da empresa significou a demissão de 1900 trabalhadores, incluindo os mineiros da Companhia Carbonífera Próspera S.A. e funcionários do Lavador de Capivari

¹⁰³ FANTIN, op.cit, p. 35-37.

¹⁰⁴ Dossiê CBCA 1ª Parte, 1987. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁰⁵ RABELO, G. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (org.) *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 293.

(Tubarão). Em 1988, a CSN iniciou o processo de dissolução da Carbonífera Próspera, transformando seu patrimônio em Superintendência Geral de Mineração de Santa Catarina, subordinada à CSN com sede em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. A Carbonífera Próspera foi liquidada, e seu patrimônio ficou sob controle da CSN. Entre 1988 e 1989, a Superintendência desativou minas em Içara e Siderópolis, municípios vizinhos de Criciúma, o que resultou na demissão de cerca de 680 mineiros.¹⁰⁶

Em maio de 1990, foi oficializada a desativação da estatal. Cerca de 1500 mineiros receberam aviso prévio, que foi transformado em licença remunerada por mais três meses, tempo suficiente para que os trabalhadores da Próspera se organizassem a fim de evitar as demissões em massa. Então, no dia 8 de maio de 1990, se iniciou o movimento de resistência.

Na assembléia realizada na sede do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, os trabalhadores decidiram pela ocupação do pátio onde se localizava o escritório central da superintendência e pela eleição de um comando de mobilização, que seria formado por diretores sindicais de Criciúma e Siderópolis e trabalhadores da base.

Após a Assembléia, mineiros e funcionários fizeram uma passeata pela Avenida Centenário. Percorreram cerca de 4 km, da sede do sindicato até a estatal, provocando engarrafamento na cidade. Cerca de 200 pessoas ocuparam o pátio da empresa. Durante esse processo de ocupação, o comando de mobilização montou comissões de finanças, alimentação, imprensa, fiscalização e limpeza. Essas comissões, além de desafogar o trabalho do comando – político, em constante negociação com o poder público – serviam para dar suporte logístico ao movimento e principalmente àqueles que acampavam no pátio da empresa.¹⁰⁷

Consolidado o movimento, uma das primeiras medidas concretas para a resolução do impasse foi a reunião envolvendo o comando dos mineiros, o secretário estadual do Trabalho, vereadores locais integrantes da Comissão do Carvão, lideranças sindicais da região e o superintendente da CSN, Jacy Fretta. Na reunião, nada foi decidido. Passados dez dias de ocupação do pátio da CSN, a direção da estatal convocou os mineiros para uma reunião no Rio de Janeiro.

O comando dos mineiros apresentou durante a reunião as seguintes propostas: readmissão imediata dos trabalhadores; suspensão da privatização da Superintendência Geral de Mineração de Santa Catarina, ligada à CSN; transferência da empresa para os trabalhadores; liberação de informações sobre a real situação da empresa. Na volta da reunião,

¹⁰⁶ Idem, p. 294-298.

¹⁰⁷ Idem, p. 300-301.

o superintendente local informou que os mineiros não poderiam ter preferência no processo de licitação pública, pois seria ilegal do ponto de vista jurídico. A reunião não apresentou novidade alguma.

Dias depois, diretores do sindicato dos mineiros de Criciúma e Siderópolis, juntamente com seu assessor jurídico, se reuniram para mais uma tentativa de negociação, dessa vez com deputados federais e estaduais e o superintendente local. Na pauta, a elaboração de um documento que a bancada catarinense apresentaria no Congresso Nacional e ao Presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Na audiência em Brasília, o ministro do Trabalho, Rogério Magri, descartou a possibilidade de a empresa continuar sendo estatal. A proposta elaborada pela equipe técnica, ou seja, o documento elaborado na reunião anterior, foi deixado nas mãos do ministro, que teria um prazo para prestar esclarecimentos. Passado o prazo, o como o governo não se manifestasse, os mineiros ameaçaram parar a BR-101 e cortar o fornecimento de energia aos três estados do sul através da paralisação da termelétrica Jorge Lacerda – medidas de pressão que demonstravam o alcance de mobilização do movimento.

Em agosto, técnicos do governo federal ligados aos ministérios da Infra-Estrutura e do Trabalho reuniram-se com o comando dos mineiros nas dependências da CSN, em Criciúma. O resultado da reunião, que durou cerca de quatro horas, foi o pior possível. A única saída para a empresa, segundo os técnicos do governo, era a privatização. Imediatamente, os trabalhadores em assembléia decidiram organizar uma caravana à Brasília, a fim de solucionar definitivamente o impasse. Ao mesmo tempo também, os empregados receberam aviso prévio. O tempo se esgotava.

A caravana contou com cerca de seis ônibus, e mais ou menos 200 pessoas saíram de Criciúma em direção à capital federal. Após 22 dias os trabalhadores voltaram para casa sem que uma solução fosse conseguida; e o pior ainda estava por vir. Em agosto de 1991, o empresário Realdo Guglielmi tornou-se proprietário de fato das minas de carvão da CSN, que passou a se chamar Nova Próspera Mineração S.A.

A intolerância do empresário, negando-se a dialogar com o comando dos mineiros, só foi quebrada pela intervenção de políticos locais e membros da imprensa. Ao final do mês de setembro, Realdo Guglielmi se comprometeu a contratar 200 funcionários, num prazo de 90 dias, para trabalhar na manutenção. Em consequência, o comando dos mineiros desocuparia o pátio do escritório central.

Passados os noventa dias, e sem a contratação dos 200 operários, o comando dos mineiros tomou atitudes mais enérgicas. Os mineiros voltaram a ocupar o pátio central da empresa e ameaçaram explodir as instalações do escritório.

Em dezembro, sem progresso nas negociações, o comando convocou a imprensa e anunciou um prazo de três dias para a resolução dos problemas. A cada dia que passasse sem soluções, um ato seria realizado pelos trabalhadores. No primeiro dia, foram queimados dois caminhões da empresa.

O passo seguinte seria o incêndio do escritório. Caso o prazo não fosse cumprido, as minas seriam explodidas. Essas atitudes causaram um pânico generalizado na cidade, principalmente nos moradores do bairro Próspera. Talvez fosse esse o objetivo após diversas promessas vazias: solucionar os impasses através do medo, deixando a cidade em constante tensão.

Os problemas só se resolveriam após duas audiências com o governador do estado, Wilson Kleinubing. Na segunda reunião realizada em Florianópolis, com a presença de Realdo Guglielmi, decidiu-se que o governo assumiria a folha de pagamento de 200 funcionários durante seis meses, tempo necessário para a realização dos trabalhos de manutenção nas minas, há mais de um ano inoperantes. No final de dezembro de 1991, duzentos mineiros foram recontratados, entre eles apenas quatro do comando.

Durante o tempo em que permaneceram pacíficos, os diálogos entre funcionários e o poder público não passaram de falácias. Depois de mais de um ano de lutas sem soluções concretas, os mineiros partiram para a violência, depredando parte do patrimônio da empresa. Apenas assim foram ouvidos e conseguiram, naquele momento, a manutenção do emprego de pelo menos duzentos trabalhadores, atingindo diretamente suas famílias e, fundamental, mantendo viva a sua dignidade.

Em 1996, a exploração de carvão nas reservas da empresa cessaram por conta de uma emenda à Lei Ambiental do Município de Criciúma, que impedia a mineração na área de preservação do Morro Albino e do Morro Estevão. A empresa fechou suas portas e centenas de trabalhadores foram demitidos. O subsolo das minas da Nova Próspera foi alagado e a empresa desativada.¹⁰⁸

O capítulo a seguir mostrará a trajetória do CEDIP na década de 1980, período em que atuou de maneira militante, juntamente com os diversos movimentos sociais da cidade.

¹⁰⁸ Idem, p. 311-312.

Muitos de seus integrantes já possuíam alguma experiência na atuação política de movimentos de juventude ligados à Igreja.

Nesse contexto, a história do Centro se confunde com a história do PT e da CUT na cidade de Criciúma, pois em diversos momentos os nomes dos mesmos personagens se encontram em diversas instituições. Entender quem eram essas pessoas, com quem dialogavam e que atividades realizavam é um dos objetivos do segundo capítulo.

CAPÍTULO 2

A FASE MILITANTE DO CEDIP: SINDICATOS, MOVIMENTOS DE BAIRRO E A IGREJA NA ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA

Em reunião realizada no dia 3 de setembro de 1983, na rua Henrique Lage, no município de Criciúma, às 18h30, fundava-se o CEDIP – Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma. Conforme a pauta do dia, a reunião se destinava ao estudo e à aprovação do estatuto do Centro. Coordenando a reunião estava João Paulo Teixeira, auxiliado por Maria Isabel de Moura Brito. O estatuto foi votado e aprovado por unanimidade. Era finalidade do Centro:

Coletar e documentar toda e qualquer publicação elaborada por entidades populares, tais como folhetins, panfletos, jornais, livretos, manifestos, etc; promover e apoiar todas as formas de organização, documentação e informação da cultura popular; desenvolver e publicar pesquisas e estudos voltados aos interesses dos movimentos populares; recuperar a memória histórica dos movimentos populares através de estudos e pesquisas; realizar cursos, seminários, palestras e debates sobre a realidade social econômica e política, cultural e religiosa; avaliar e sistematizar resultados de experiências de educação, organização e articulação do movimento popular; Incentivar a participação, organização e solidariedade, estimulando para esse fim, atividade, movimentos, entidades e associações populares e por fim estar a serviço do movimento popular.

A primeira diretoria do CEDIP foi formada pelos seguintes nomes: José Paulo Teixeira, presidente; Norberto Zamboni, vice; Dorval do Nascimento, primeiro secretário; Maria Isabel de Moura Brito, segunda secretária; Valmor, primeiro tesoureiro; Mário, coordenador de pesquisa e documentação; e Lino, coordenador de publicação e informação.¹⁰⁹ Também assinaram a ata de fundação: Ivo Riguetto Filho, Marli de Oliveira Costa, Fábio Zarbato, Regina Teixeira Felisberto, Nilzo Felisberto, Maria B. Teixeira, João Paulo Teixeira, Maria Rosângela Marcelino, José Clair Nietto, Marco Antonio Fraga, Antonio Luiz Miranda¹¹⁰, Márcia Fantin, Ilma Salete de Moraes, Nivaldo A. Goulart e Odelondes de Souza.¹¹¹

¹⁰⁹ Ata de fundação do CEDIP. CEDOC, Arquivo do CEDIP. Alguns nomes que constam na ata estão ilegíveis, por esse motivo não consegui identificar os sobrenomes de algumas pessoas.

¹¹⁰ Em conversa informal com Antônio Miranda, o mesmo afirmou que seu nome apenas consta na ata de fundação do Centro. Na verdade, sua atividade política dava-se junto ao movimento estudantil secundarista no ano de 1983.

¹¹¹ Ata de fundação do CEDIP.

O estatuto aprovado à época de fundação foi substituído e registrado no Cartório de Registro Civil de Criciúma, em 17 de janeiro de 1985.¹¹² Quanto aos associados, o estatuto do CEDIP previa um número ilimitado de pessoas, entre sócios-fundadores, os que assinaram a ata de fundação e sócios efetivos, as pessoas que eram apresentadas por outros sócios e que fossem admitidas pela coordenação.

Pelo documento, não existia diferença quanto a direitos e obrigações entre as duas categorias de sócios. Entretanto, havia critérios para se tornar um membro do Centro: o respeito quanto a consciência, participação, organização e mobilização das classes trabalhadoras e, sob hipótese alguma, atrelar os movimentos sociais e suas entidades ao Estado, partidos políticos ou religiões. Ainda segundo o estatuto, os movimentos sociais deveriam ser autônomos e independentes, e o novo sócio deveria estar de acordo com os objetivos, metodologia, plano de atividades e linha político-educacional do Centro.¹¹³

Mas, de fato, o que se observa ao longo da trajetória do CEDIP é justamente a contradição entre o que está proposto no seu estatuto de fundação e as suas práticas de atuação. Como ser autônomos e independentes se os novos sócios tinham que seguir à risca os objetivos, metodologias, planos de atividades e linha político-educacional do Centro? Os novos sócios e os movimentos a eles ligados não tinham o direito, sendo independentes, de discordar das propostas do CEDIP? Será que os movimentos sociais e o próprio Centro eram isentos de relações partidárias e religiosas? Afinal, quem eram essas pessoas que passaram grande parte da década de 1980 militando junto aos movimentos sociais da cidade? Por que resolveram montar um Centro de assessoria popular-sindical? Que ligações esse Centro mantinha com outras instituições? Que atividades realizavam? São indagações que este capítulo procura responder.

2.1 – Alguns personagens e suas histórias

Grande parte dos integrantes do CEDIP já participara em atividades de atuação política, como grupos de jovens ligados à Pastoral da Juventude, movimento estudantil secundarista de Criciúma e Partido dos Trabalhadores (PT). Em relatos de alguns ex-integrantes do Centro, pode-se perceber esse “passado comum” aos integrantes dos grupos de jovens e da política partidária no PT.

¹¹² Estatutos do Centro de Educação, Informação e Pesquisa. CEDOC, Arquivo do CEDIP, pasta 7(204).

¹¹³ *Ibidem*.

Neste ponto, é importante ressaltar que a fonte produzida pela metodologia da história oral, assim como todas as demais fontes, são passíveis de críticas. No caso da oralidade, há o agravante de se lidar com a memória das pessoas. Assim, penso que a memória não é individual, mas coletiva, pois o entrevistado está inserido numa rede de relações familiares, sociais, políticas. Como afirma Henry Rousso:

A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva” (...) Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui (...) um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros ¹¹⁴.

No caso do CEDIP, quando entrevistei diferentes pessoas que fizeram parte do grupo, ouvi experiências distintas, pontos de vista diferentes e cada qual querendo apontar a sua versão como “verdade”, expondo fatos mais significantes para si e encobrendo outros. Muitas dessas versões ainda foram reelaboradas por experiências de vida posteriores.

Mas há autores que percebem na memória coletiva alguns aspectos individuais. Para Antônio Torres Montenegro, há que se reconhecer que a memória coletiva tem uma dimensão individual, ou mesmo singular, como resultante da elaboração subjetiva que a distingue, de forma bastante específica, da história. A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. ¹¹⁵

É importante deixar claro que história e memória são coisas distintas. José Carlos Sebe aponta que as clássicas distinções entre memória e história revelam que a primeira constitui-se de narrativas não assumidas como discurso sistematizado pela criação dos historiadores. História, por sua vez, não é memória, posto que se constitui em uma forma de saber, com critério de elaboração. ¹¹⁶

É por isso que aspectos importantes devem ser observados nas entrevistas de história oral, como as reações subjetivas dos entrevistados, a linguagem corporal, os gestos, o

¹¹⁴ ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (org.) *Usos & abusos da história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 94-95.

¹¹⁵ MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 19.

¹¹⁶ MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 75.

sotaque, a entonação de voz, detalhes que desaparecem nas transcrições de entrevistas gravadas.¹¹⁷

Numa das entrevistas, Dorval do Nascimento, ex-integrante do CEDIP, relembrou a trajetória de sua militância:

...na verdade, o meu contato com uma militância mais popular começou em grupos de jovens, no final dos anos 70. Eu conheci algumas pessoas, a Regina Teixeira, a irmã dela a Bárbara, e a partir daí eu comecei a participar de um grupo de jovens que chamava NIJC (Nosso Ideal é Jesus Cristo). Nós nos reuníamos nos fins de semana e conversávamos. Tinha um movimento de juventude da Igreja Católica muito forte aqui na cidade... Era da Pastoral da Juventude, o Padre Miotello, tinha um pessoal que mobilizava muito os jovens aqui da cidade, e na época eu estudava no Colégio, o Sebastião Toledo dos Santos. Elas também estudavam e outras pessoas do grupo. Nós acabamos participando da eleição do Centro Cívico, formamos uma chapa que se chamava Outras Palavras, e nesse processo nós acabamos fundando aqui na cidade a UCES, União Criciumense de Estudantes Secundaristas. Então... Nós tomamos contato com o Partido dos Trabalhadores, e esse pessoal da NIJC, da PJ depois da UCES, a grande maioria com uma ou outra exceção acaba entrando no Partido dos Trabalhadores, e aí a gente passa a ter uma militância tanto estudantil quanto partidária.¹¹⁸

Giani Rabelo, outra ex-integrante do CEDIP, recordou sua passagem pelos grupos de jovens dos quais participava, no Bairro Próspera:

Eu fiz parte de movimentos, de Grupos de Jovens ligados à Igreja, então era bem naquela época ainda, meu grupo não era tão ligado ao pessoal do Centro, porque no Centro existia um movimento mais progressista. Vamos usar este termo, mas eu já participava de um Grupo de Jovens, isto na Próspera, então a gente tinha as reuniões todos os sábados, a partir deste grupo eu comecei a ter contato com outras pessoas, com outros jovens... Aí a gente começou a ter contatos com pessoas do bairro Ceará, com jovens do bairro Ceará que tinham outro grupo de jovens e também com pessoas aqui do Centro, e a partir disto, a gente começou a se relacionar... Tinha Grupos de Jovens, tinha o Abertura aqui do centro, tinha aqueles mais ligados também à Igreja, mais carismáticos, mas tinha uns grupos mais da esquerda e esses grupos tinham um vínculo muito forte com o Padre Miotello, então tinham aquelas **caminhadas da libertação** que a gente fazia todo o ano, então a minha formação na militância começou ligada à Igreja.¹¹⁹

As Caminhadas da Libertação foram atividades externas que a Pastoral da Juventude desenvolveu. O evento reunia milhares centenas de participantes e tinha como principal objetivo a tomada de consciência quanto ao papel político dos jovens, que passava pela intervenção e transformação da sociedade e da comunidade em que viviam.

¹¹⁷ HALL, M. M. História oral: os riscos da inocência. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 160.

¹¹⁸ NASCIMENTO, Dorval. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2004. Atualmente, Dorval é professor do curso de História da UNESC, em Criciúma.

¹¹⁹ RABELO, Giani. Entrevista concedida em 16 de março de 2005. Giani Rabelo é professora na UNESC, em Criciúma.

Durante o trajeto das Caminhadas eram escolhidos pontos de parada, a fim de que fossem feitas reflexões, que geralmente tratavam de temas de interesse nacional como desemprego, salário mínimo, ocupação urbana e o próprio papel da igreja.¹²⁰

Para Nilzo Felisberto, “... a nossa atuação no movimento começou em época anterior à existência do CEDIP, já nos movimentos de juventude na cidade e movimento de juventude para o movimento estudantil secundarista e dali para o Partido dos Trabalhadores, quando nós começamos o CEDIP eu já fazia parte da direção municipal do partido dos trabalhadores”.¹²¹

Percebe-se um movimento de juventude bem articulado na virada da década de 1970, em que os grupos ligados à Igreja foram de grande importância na formação política daquelas pessoas. A atuação no movimento secundarista, e dali para o PT, também foi um caminho comum seguido por eles.

O relato de Dorval do Nascimento é rico em detalhes, indicando o contexto de formação da UCES (União Criciumense de Estudantes Secundaristas), além de revelar o nome de diversas pessoas que, juntamente com ele, participaram daquele contexto. As irmãs Bárbara e Regina Teixeira, juntamente com Nilzo Felisberto, também fizeram parte da UCES desde o início. Documentos da época encontrados no arquivo do CEDIP esclarecem melhor essas ligações.

O Boletim Informativo número zero da UCES, datado de 1982, revela de que maneira os estudantes se organizavam. Em 28 de agosto de 1982, ocorreu o I Encontro Criciumense de Estudantes Secundaristas. Ali, foram debatidas questões de interesse dos estudantes e foi eleita a diretoria provisória da entidade. Segundo o informativo, a direção era composta pelos seguintes nomes: Luiz Gonzaga Gonçalves, presidente; Regina de Fátima Teixeira, vice; Dorval do Nascimento, secretário geral; Nilzo Felisberto e Ricardo Serafim, direção de imprensa; Bárbara Teixeira, diretoria social.¹²²

Há indícios de um movimento estudantil bem organizado a partir da UCES. Um exemplo, foi a expulsão (“transferência”) da aluna Regina de Fátima Teixeira, do Colégio Sebastião Toledo dos Santos (Colegião): ao término da greve dos professores da rede estadual, em 11 de maio de 1983 – em que os grevistas receberam o apoio do movimento

¹²⁰ Dados retirados das entrevistas com Giani Rabelo, em 16 de março de 2005, e João Paulo Teixeira, em 17 de setembro de 2005.

¹²¹ FELISBERTO, Nilzo. Entrevista concedida em 17 de março de 2005. Nilzo Felisberto é assessor administrativo e de projetos do Instituto Cidade Futura.

¹²² Boletim Informativo UCES, n. 0, 1982. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

estudantil – ocorreu a represália por parte da direção da escola. Conforme a nota de esclarecimento da UCES:

Acontece que em Criciúma, e somente em Criciúma, cuja coordenadoria, sob direção da Senhora ODETTE SACHETTE GHISLAND, estamos vivendo um clima tenso e de repressão nas escolas, principalmente no Colégio, cujo diretor é o Sr. ARLINDO JUNKES. E foi justamente neste colégio, onde a adesão foi grande, tanto por parte dos professores como dos alunos, que aconteceu um fato inaceitável, irracional e injusto, ou seja, a EXPULSÃO (dita transferência) da aluna REGINA DE FÁTIMA TEIXEIRA, uma entre centenas de outros que apoiaram os professores, não comparecendo as aulas.¹²³(grifos no original)

Tudo indica que Regina Teixeira foi afastada da escola por uma perseguição política, já que era vice-presidente da UCES. Mediante o ocorrido, os estudantes se mobilizaram a fim de evitar a expulsão da colega. Foram feitos abaixo-assinados e diversos panfletos eram distribuídos pela cidade, para mobilizar ao máximo os estudantes e a população em geral. Um desses panfletos dizia:

A aluna REGINA DE FÁTIMA TEIXEIRA, regularmente matriculada neste colégio (comprovante de matrícula nº 1204; taxa de matrícula de Cr\$ 6.000,00) está sendo expulsa sob a alegação de “ter desrespeitado a direção da escola”, isto é, por ter sido solidária com o movimento dos professores. Esta medida da direção da escola é inaceitável, ilegal, absurda, extremamente autoritária e não é justo que uma pessoa seja atingida, pois foram muitos os alunos que se solidarizaram com os professores, não comparecendo as aulas.

A mobilização em relação a esse episódio não envolvia somente a UCES, mas também a PROASC (Professores Associados do Sul Catarinense) e o Centro de Defesa dos direitos Humanos, que se demonstraram solidários a Regina Teixeira¹²⁴, repudiando o ato autoritário cometido pela direção da escola. Os resultados da mobilização logo foram vistos. Os estudantes solicitaram um mandado de segurança, alegando o direito a estudar, “culminando com a volta da aluna às aulas dia 08/06/83, juntamente com o oficial de justiça”.¹²⁵

Outro ex-participante do CEDIP, João Paulo Teixeira, também lembrou de sua trajetória nos grupos de jovens, das disputas internas e da reorganização que fizeram na Pastoral da Juventude:

¹²³ Nota de esclarecimento. UCES, CEDOC, arquivo do CEDIP.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ *Aluna expulsa volta às aulas*. Panfleto assinado pela UCES. CEDOC, arquivo do CEDIP.

Eu comecei a participar no final da segunda metade da década de 1970. Com 19 anos, participei de um encontro de juventude, eles chamavam de retiro, aí naquele encontro eu achei que poderia cumprir um papel um pouco diferente daquele que eu vinha tendo até então. A partir daquele encontro, eu passei a me engajar no grupo de jovens, participei uns dois anos mais ou menos no grupo de jovens como ouvinte, observando, acompanhando, e a partir dos dois anos eu e outras pessoas, a gente percebeu que a Pastoral da Juventude, precisava ter um comportamento diferente daquele que a gente tava vivenciando. Aí começamos a produzir nos grupos de jovens esse debate, porque até então os grupos estavam restritos a quatro paredes(...) Enquanto em volta da sala as dificuldades eram vividas pela maioria das pessoas, a gente começou a analisar a necessidade de se ter um grupo de jovens à luz da fé, a partir da reflexão do evangelho e tal, com um compromisso maior, e... Aí começamos com essa discussão no grupo de jovens e, claro, houve disputas políticas dos grupos, uns querendo manter aquela situação intirnista, a igreja voltada pra dentro dela mesma, e nós, que era um grupo pequeno na época, querendo que isso fosse aberto pra sociedade, que o trabalho pastoral fosse um serviço pra sociedade, e não a sociedade ser mera espectadora da atividade pastoral.¹²⁶

A lembrança de João Paulo indica que naquele período a igreja local possuía uma atividade voltada à ela mesma, não se preocupando com os problemas sociais. Seus dois anos de observação e contato com outros militantes em atividades como os retiros, debates e as disputas políticas internas foram relevantes para uma mudança de comportamento na Pastoral. Deixando de ficar restrita às quatro paredes, ela abriu as portas ao conjunto da sociedade, contribuindo para as discussões em torno das injustiças e da realidade social.

2.2 – A formação do CEDIP

As entrevistas que realizei também revelam como o CEDIP se organizou. Na lembrança de Dorval:

... na verdade, também fui um dos fundadores do Centro. Eu tomei contato com o CEDIP ou com a idéia do CEDIP através do José Paulo Teixeira, que é irmão dessas moças, da Regina e da Bárbara. O Zé Paulo estudava na Universidade Federal de Santa Catarina, fazia Sociologia e pra nós que estávamos começando uma militância ele tinha uma experiência extremamente importante. A partir dele, nós começamos a fazer as primeiras leituras de marxismo, dos clássicos da sociologia, leituras de conjuntura nacional, da questão da ditadura mesmo na época. Quando eu o conheci, ele ainda estudava lá, mas vinha aqui. Ele tinha uma biblioteca que deixava a disposição e a gente emprestava livros, depois acabamos tendo um contato mais íntimo com ele, e foi nesse processo que eu tomei contato com a idéia do Centro. Na verdade, ele foi o grande animador do Centro, tanto do início da proposta de fundar um Centro, quanto depois, ele teve um papel muito importante.¹²⁷

¹²⁶ TEIXEIRA, João Paulo. Entrevista concedida em 17 de setembro de 2005. O entrevistado ainda hoje é operário da construção civil.

¹²⁷ NASCIMENTO, Dorval. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2004.

Percebe-se no depoimento que José Paulo Teixeira foi uma figura muito importante no contexto de organização do CEDIP. Sua experiência na universidade deu um suporte à formação teórica daqueles jovens que iniciavam sua militância. As leituras sobre marxismo, conjuntura nacional, América Latina e ditadura podem ser vistas como uma formação complementar à prática de atuação nos grupos de jovens e movimento estudantil. José Paulo, Regina, Bárbara e João Paulo eram irmãos, o que demonstra que quando o CEDIP foi formado já existia integração política e pessoal por parte de seus integrantes.

Giani Rabelo não lembra exatamente do momento em que começou a participar do CEDIP, mas ressalta seu contato com José Paulo Teixeira e revela que teve contato com o Centro quando de sua participação no grupo de jovens e na Pastoral Universitária.

...então, a minha formação na militância começou ligada à Igreja Católica e a partir daí é que eu comecei também, aí conheci o Zé Paulo Teixeira, ele foi meu professor (...) Eu era aluna no curso de Serviço Social, entrei em 1982, e já nesta etapa comecei a ter contato, e também a partir do momento que a gente começou a participar mais, eu ia muito naquele retiro de carnaval(...) aí a gente começou a conhecer várias pessoas, tinha em Araranguá um grupo muito bom de Teologia da Libertação. Não sei explicar exatamente em que momento eu entrei no CEDIP, mas é uma rede que foi se estabelecendo e a gente foi se encontrando muitas vezes, até que eu entrei no CEDIP (...) A gente tinha um grupo bom aqui e se relacionava muito com o pessoal da Pastoral Universitária de Florianópolis(...) Então acabei me afastando do Grupo de Jovens, mas me aproximando da Pastoral Universitária. Aí o CEDIP já estava nesse meio (...) Eu fui convidada, como eles conseguiam juntar? Eles iam convidando as pessoas, e a gente ia às reuniões, começava a participar, começava gostando e ia ficando.¹²⁸

É provável que Giani tomou conhecimento do CEDIP a partir das aulas que tinha com José Paulo Teixeira e das relações que criou no grupo de jovens do qual fazia parte. Fica evidente que nessa altura o Centro já estava constituído e em funcionamento. A rede de contatos que foi se estabelecendo propiciou o convite a diversas pessoas para que participassem das reuniões, e, como ressaltou Giani, “iam, participavam, gostavam e acabavam ficando”.

Nilzo Felisberto, um dos fundadores do CEDIP, quando relembrou o momento em que pensara sobre a organização de um centro de assessoria, utilizou a expressão “nós”, incluindo, entre outros, José Paulo e João Paulo Teixeira:

Nós começamos a pensar o CEDIP no início da década de 80, por uma necessidade de um organismo, de alguma coisa que criasse condições de assessoria aos movimentos de pastoral e sindical na época do novo sindicalismo. Eu comecei criando o CEDIP, foi uma idéia que começou a fermentar dentro dos movimentos, junto com o pessoal da pastoral da juventude

¹²⁸ RABELO, Giani. Entrevista concedida em 16 de março de 2005.

e pastoral operária, da necessidade de um centro de documentação e informação popular a moldes de outros já existentes no país, modelo do CPV, do Instituto Vianey, de Lages (...) Era um grupo bastante extenso, na oportunidade para nomear pode faltar pessoas, mas tinha o pessoal da pastoral operária, tinha o João Paulo Teixeira, Mário Montagnoli, Clair Nietto. Já mais na pastoral de juventude tinha a Giani, a Lili, tinha o Ricardo Brás, tinha a minha companheira a Regina, o Prof. José Paulo Teixeira e a sua companheira Márcia Fantin, ainda tinha a Inês Rocha, tinha uma série de pessoas, vamos dizer assim...¹²⁹

Partindo do que afirmou Nilzo, percebe-se que a idéia de um centro de documentação e assessoria aos movimentos sindical e popular era resultado de um amplo diálogo já existente entre os diversos setores dos movimentos sociais, acrescentando-se no debate a Pastoral Operária, coordenada por João Paulo Teixeira. A idéia era a de um centro nos moldes de outros já existentes, como o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), de São Paulo, e o Instituto Vianey, de Lages Nesse sentido, era apenas questão de tempo até o CEDIP se organizar, pois já existiam “modelos” em outros lugares, nos quais se espelhar, e uma militância que poderia fazê-lo dar certo. Há também a referência à época do *novo sindicalismo*, ou seja, período em que as oposições sindicais e a Pastoral Operária começaram a se organizar em Criciúma.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, criado em Criciúma em 1982, nota-se que o quadro de filiados da cidade continha a maioria dos nomes que atuavam no CEDIP, indicando o que foi exposto nos depoimentos dos ex-integrantes do Centro, ou seja, iniciaram sua militância nos movimentos católicos de juventude e atuaram no movimento estudantil até chegarem ao partido.¹³⁰

2.3 – O CEDIP e as oposições sindicais em Criciúma

A história de atuação do CEDIP, a partir de sua criação em 1983, confunde-se com as articulações e a vitória de várias oposições sindicais na cidade – situadas no que se convencionou chamar *novo sindicalismo*. Ricardo Antunes definiu-o como um movimento originado em meados da década de 70 que, “atuando por dentro da estrutura sindical, pouco

¹²⁹ FELISBERTO, Nilzo. Entrevista concedida em 17 de março de 2005.

¹³⁰ Num cruzamento das atas do Diretório Municipal do PT nos anos 1980 e o material produzido pelo Centro, percebe-se que os nomes eram praticamente os mesmos. Tive acesso às atas de reuniões internas do diretório municipal do PT de Criciúma, nos anos de 1983, 84, 86 e 87. Na ata de 21 de novembro de 1983, dois meses após a fundação do CEDIP, encontram-se os nomes de João Paulo Teixeira, Dorval do Nascimento e José Paulo Teixeira. No quadro de filiados de 1984, o número de pessoas do CEDIP aumentava no PT. Na ata do dia 30 de novembro de 1984, constam, além dos já citados os nomes de Márcia Fantin, Joaquim Teixeira Neto (da família Teixeira), Maria Bárbara Teixeira e Mário Luiz Montagnoli. Em 1986, encontram-se os nomes de Ricardo Braz, Marli de Oliveira Costa, Odelondes de Souza e Nilzo Felisberto. O nome de Giani Rabelo só apareceu nas atas de 1987

a pouco, foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada”.¹³¹

Armando Boito Jr. faz uma crítica à idéia de “novo” ao se referir à tutela em relação ao Estado. Por não combater de fato a ordem capitalista vigente, projetando uma mudança nas relações de produção, partindo para a negociação trabalhador/patrão, sem intervenção estatal, a partir da organização pela base, afirma o autor: “Assim, a tutela não é imposta à força pelo Estado sobre os sindicatos, mas é aspirada por sindicalistas que visam um modelo democrático de tutela”.¹³²

Contudo, para Marcelo Badaró Mattos, esse conceito foi criado em meados da década de 1970, pelos estudiosos e militantes do movimento sindical operário. Tal termo se opunha a um suposto “velho sindicalismo”, tanto aquele do regime militar, silenciado pelos “anos de chumbo”, quanto ao do período anterior ao golpe, denominado “sindicalismo populista”.¹³³

Em relação às oposições sindicais, Badaró Mattos vai observar que as mesmas só conseguiram espaço após o efeito dominó das greves do ABC. Justamente por isso, anos depois, os que defendiam uma nova ação paralela à estrutura sindical tendiam a constituir-se em minoria, enquanto a maior parte das oposições buscava alcançar, pela via eleitoral, a direção dos sindicatos.¹³⁴ A retomada de um novo sindicalismo via processo eleitoral pôde ser observada em Criciúma, na década de 1980.¹³⁵

A primeira oposição sindical vitoriosa na cidade foi a dos vestuaristas, na eleição de 1985. O CEDIP participou de maneira direta na campanha, primeiramente com a tentativa de organizar a oposição através dos trabalhos de reflexão que eram desenvolvidos nas

¹³¹ ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

¹³² BOITO JR, A. (org). *Reforma e persistência da estrutura sindical brasileira*. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

¹³³ MATTOS, M.B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro 1955-1988. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 11.

¹³⁴ MATTOS, op. cit., p. 79.

¹³⁵ A sociologia anterior à década de 1970 ajudou a criar, no pós-guerra, uma imagem de classe trabalhadora passiva, por conta de sua origem rural, portanto, desprovida de uma “consciência de classe”, a que deveria ser negada pelos “novos”, incluída num sistema populista em que seu órgão de representação, o sindicato, era atrelado ao Estado. Por outro lado, quando lutavam por algum direito, esses trabalhadores eram orientados por uma cúpula sindical, portanto alheios à organização política. A terminologia “novos” deve ser observada em seus limites e num contexto específico, o do debate historiográfico da década de 1980. Se por um lado a sociologia e a história trataram de usar durante certo tempo a roupagem do populismo para explicar os movimentos de trabalhadores no período de 1945-1964, não percebendo seus pormenores, ou entendendo-os como passíveis à cooptação por sindicatos atrelados, não podemos cometer o mesmo equívoco. Nesse sentido é que a idéia de “novos” contém em si elementos do passado que se queria negar, mas hoje já devidamente questionado e discutido no campo historiográfico. Um bom exemplo dessa discussão atual é a coletânea de artigos *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

pastorais.¹³⁶ Em seguida, pela assessoria que deram ao sindicato na confecção do jornal informativo *O Carretel*. Logo no primeiro número do informativo, a chapa vitoriosa fez um balanço das eleições:

O ano de 1985 vai ficar na memória de muita gente. O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CRICIÚMA, depois de ficar 6 anos nas mãos de quem pouco se importava com a nossa categoria, foi reconquistado. A batalha foi dura, mas só valeu a pena. Desde 84 que os companheiros vinham se organizando, reunindo-se sempre em segredo para evitar que os “dedos-duros” fizessem o seu serviço.¹³⁷

E, no mesmo informativo, denunciavam:

“FALIRAM” O SINDICATO. Durante a campanha eleitoral, os companheiros da CHAPA 2 sabiam que a situação financeira do nosso SINDICATO não era das melhores. (...) O SINDICATO apresenta um baita rombo de Cr\$ 26 milhões. Médicos, dentistas, gráfica, prestação de máquinas e aluguel, tudo atrasado. Só nisso Cr\$ 10 milhões. (...) DETALHE: no dia da eleição quem esteve na sede viu um monte de pacotes de papel ofício em cima do balcão, SUMIRAM... O rádio do carro do SINDICATO também... neca! A diretoria agora vai fazer uma “auditoria” e apurar direitinho cada coisa. A receita mensal do nosso SINDICATO, neste final de ano, é de Cr\$ 17 milhões.¹³⁸

Além do prejuízo financeiro, a nova diretoria também reclamava de situações cotidianas dentro das empresas, demonstrando claramente a mudança de posição. Na Empresa Mafferson, por exemplo, “o dono da empresa não entendeu ainda que o sindicato mudou de mão. Por esses dias, andou dizendo desaforos para a D. Zelinda, diretora do sindicato e acabou tendo que baixar a bola”. Já em outra empresa: “‘VALENTÃO’. Na Polar Way, tem um tal de Hélio que é encarregado não se sabe como. Qualquer probleminha, o cara ameaça enfiar a mão. Mas só com mulher. Há pouco tempo, ele ameaçou bater numa companheira de 15 anos. Na próxima, o “machão” aí vai dar pulo na delegacia de polícia para se explicar melhor”.¹³⁹

Em 1986, houve a vitória da oposição sindical mineira, liderada pelo petista José Paulo Serafim, da Companhia Carbonífera Próspera. Como as fraudes eram muito comuns nas eleições, o CEDIP foi procurado pela chapa de oposição e realizou um curso de fiscais, a fim de evitar problemas na apuração dos votos. Dorval do Nascimento lembrou:

Eu lembro que nós fizemos cursos de formação de fiscais pra eleição, porque nesse período surgiu uma oposição mineira liderada pelo José Paulo Serafim e pelo Zé Carlos, o

¹³⁶ TEIXEIRA, João Paulo, entrevista citada.

¹³⁷ *O Carretel*. n. 1, dezembro de 1985. CEDOC, arquivo do CEDIP.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

Motoserra. Eles nos procuraram, o Serafim já tinha uma participação no PT, então tinha um contato e nós acabamos participando bastante da campanha deles. Na campanha, nós tivemos algumas tarefas, uma delas era preparar o pessoal pra evitar fraude porque na eleição uma das maneiras dos pelegos permanecerem nos sindicatos era fraudando a eleição. A partir de um pessoal de Porto Alegre, do CAMP, nós tivemos acesso a um material de formação de pessoas pra evitar fraude, pessoas que iam fiscalizar eleição.¹⁴⁰

Nilzo Felisberto recordou que o CEDIP trouxe a Criciúma o que havia de melhor no movimento sindical no Brasil, sendo o curso de fiscais uma des suas inovações:

...acho que nós tivemos uma atuação junto às assessorias dos movimentos sindicais que eu reputo de muita importância. Nós conseguimos trazer a Criciúma o que havia de melhor em referência no movimento sindical no Brasil para que fossem esclarecidas as dificuldades que nós enfrentávamos sempre, porque as eleições aqui, elas eram constantemente roubadas no movimento sindical. Um desses cursos foi o que resultou, resultou eu digo, porque se nós não tivéssemos sido alertados daquela característica, daquele modo de arrombamento, nós teríamos perdido. Nós porque estávamos fortemente vinculados, tanto à oposição sindical mineira, e anterior a ela, que foi em 1985, à oposição sindical dos vestuaristas. Foi uma eleição difícil, mas não tão difícil quanto ao movimento sindical mineiro, porque era uma categoria muito grande, era mais de 10 mil trabalhadores na época, um sindicato muito forte e estratégico para a região.¹⁴¹

Os depoimentos acima possuem alguns elementos em comum. Fica claro que o CEDIP não determinou a vitória da oposição sindical mineira, mas teve um papel fundamental na campanha. É evidente também, que a principal liderança entre os mineiros na época era José Paulo Serafim, ligado ao PT, assim como a maioria dos integrantes do CEDIP.

O curso de capacitação antifraude foi de extrema importância para que não ocorressem irregularidades nas eleições, o que ocorria constantemente. Percebe-se também o intercâmbio entre os Centros de Educação e Formação Popular do país. O CEDIP conseguiu o material para o curso com o CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) de Porto Alegre, para trazer a Criciúma, “o que havia de melhor em referência no movimento sindical no Brasil”.

A Oposição Sindical Mineira de Criciúma tomou posse no dia 23 de dezembro de 1986, após a eleição ocorrida nos dias 5 e 6 de novembro. O CEDIP e a nova diretoria reclamaram de uma série de irregularidades deixadas pela antiga direção. Entre as denúncias estavam a situação da sede do sindicato, parcialmente destruída, as salas do sindicato alugadas abaixo do preço de mercado (cobrava-se outra parte por fora), o desvio de verbas de convênios com a Secretaria do Estado a existência de funcionários e sócios fantasmas, de

¹⁴⁰ NASCIMENTO, Dorval. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2004.

¹⁴¹ FELISBERTO, Nilzo. Entrevista concedida em 17 de março de 2005.

uma diretoria “pelega e safada”, o afastamento das bases, assistencialismo, eleições fraudulentas e reunião de cúpula com mineradores.¹⁴²

Na oposição mineira do Rio Maina¹⁴³, o CEDIP também teve um papel importante. O curso de fiscais pra evitar as temidas fraudes foi realizado com sucesso pela equipe do Centro e noticiado pelo *Jornal dos Mineiros*, em março de 1988: “Também promovido pelo CEDIP, em conjunto com a chapa de oposição do Rio Maina, aconteceu nesse domingo o curso de fiscal. Já tivemos a experiência de Criciúma, quando houve tentativa de fraude. Na eleição passada no sindicato do Rio Maina, a oposição ganhou nos votos, mas foi roubada nas urnas”.¹⁴⁴

Na matéria, percebe-se novamente que a fraude poderia o grande obstáculo para a vitória da oposição. Nesse sentido, a experiência de Criciúma foi usada como modelo de sucesso, no qual a “roubalheira” não mais se fazia presente. Assim como em Criciúma, a oposição do Rio Maina também denunciou, com apoio do CEDIP, a “diretoria pelega”, por cometer práticas indevidas. No *Boletim da Oposição*, de janeiro de 1988, confeccionado pelo Centro, a chapa denunciava a perseguição política da atual diretoria. Entre as reclamações, estavam a demissão de seis trabalhadores e a transferência de um funcionário – todos faziam parte da chapa da oposição. Segundo o *Boletim*, foi uma tentativa de “patrões e pelegos” para acabar com a oposição.¹⁴⁵ Mas a perseguição não surtiu o efeito esperado, e no *Jornal dos Mineiros*, de março de 1988, era estampada a seguinte notícia:

CAI MAIS UMA MÁFIA SINDICAL. A Oposição Sindical Mineira conquista mais um sindicato. Desta vez o sindicato mineiro do Rio Maina. Após nove anos, um dos maiores pelegos da região, o Senhor Dalci (e sua turma) é derrubado. A vitória da oposição foi garantida pelo voto dos aposentados e graças ao trabalho da oposição sindical.

Possivelmente, o material que a equipe do CEDIP utilizava para os cursos de fiscal em eleições foi um livreto confeccionado pelo Grupo 13 de Maio, de São Paulo. Como já foi mencionado pelas entrevistas, o CEDIP havia conseguido o material através “do pessoal do CAMP”, de Porto Alegre. O fato de esses Centros estarem em constante diálogo, possibilitava uma grande circulação de materiais, de publicações de caráter popular.

¹⁴² Projeto Escola Sindical Mineira. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁴³ O Sindicato Mineiro do Rio Maina foi fundado em 1962, em oposição ao Sindicato de Criciúma, tido como combativo.

¹⁴⁴ *Jornal dos Mineiros*. n.º 3, março de 1988. CEDOC, arquivo do CEDIP.

¹⁴⁵ *Boletim da Oposição*. n. 1, janeiro de 1988. CEDOC, arquivo do CEDIP.

O livreto intitulado *De olho na urna* não apresenta data de publicação. Seu conteúdo gira em torno de dicas para que os fiscais da oposição não deixassem as fraudes ocorrerem. São mencionadas, por exemplo, os tipos de urna, cédulas, atas e as formas de protestar em casos de dúvida. Logo no início, o material indica que não basta

...aos trabalhadores se organizarem, formarem uma chapa de oposição com os companheiros (as) mais representativos e combativos da categoria. (...) Junto com esse trabalho, é preciso selecionar os companheiro (as) que irão garantir o resultado da votação. Companheiros de nossa confiança, gente esperta, que tenham iniciativa, dispostos a garantir que os votos depositados nas urnas serão os mesmos votos que estarão na urna na hora da apuração. Companheiros (as) que impeçam “na hora em que ocorrer”, qualquer uma das muitas irregularidades, das fraudes e roubos que tem sido cometidos nas diversas eleições sindicais por esse Brasil afora. Essas instruções são precárias, não são definitivas. (...) Essas instruções, portanto, são apenas um subsídio, para introduzir nas chapas de oposição, a preocupação de que se prepare e se organiza antecipadamente a fiscalização do processo eleitoral. OLHO NA URNA!¹⁴⁶

O livreto, além de sua linguagem popular, de fácil compreensão, é rico também em charges, que serviam como “ilustração” das diversas situações que ocorrem durante eleições. A seguir, dois exemplos:



Figura 1

Fonte: *De olho na urna*: textos de apoio. n. 2. 13 de Maio/NEP (Núcleo de Estudos Populares).

¹⁴⁶ *De Olho Na Urna*, textos de apoio. n. 2, 13 de Maio/NEP (Núcleo de estudos populares) p. 3. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

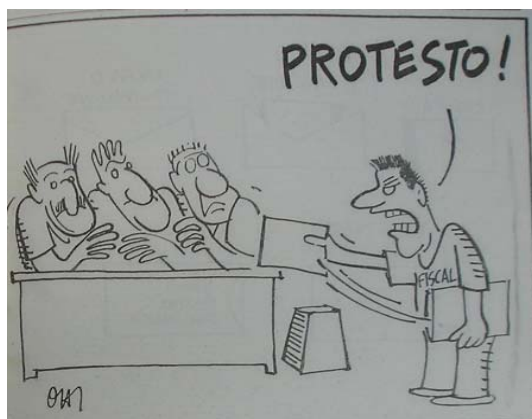


Figura 2

Fonte: *De olho na urna*; textos de apoio, n. 2. 13 de Maio/NEP (Núcleo de Estudos Populares).

As ilustrações dizem respeito a dois procedimentos eleitorais. Na Fig. 1, a ata é o principal foco de atenção do fiscal, pois nela são relatados todos os trabalhos ocorridos nos dias de votação. Por isso, o fiscal, “esperto e de iniciativa”, deveria sempre estar “de olho” nos mesários. Deveria verificar todas as informações contidas na ata, para ver se eram, de fato, verdadeiras. O fiscal só deveria assiná-la na sede do sindicato e mediante a presença dos membros da sua chapa.

Na Fig. 2, o fiscal aparece irritado, com um papel contendo o “protesto” de sua chapa. Nesse caso, o requerente deveria apresentar duas vias contendo as reclamações por escrito. Uma via era anexada à ata e a outra assinada pelo mesário e devolvida ao fiscal, para que fosse entregue a alguém da chapa ou ao advogado da mesma.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Idem, p. 12-17.



Figura 3

Fonte: *De olho na urna*; textos de apoio. n. 2, 13 de Maio. NEP (Núcleo de estudos populares).

Na figura acima, a urna aparece como principal personagem. É ela quem diz para os “pelegos” tomarem cuidado. Percebem-se no desenho as situações mais diversas possíveis. Vemos o quebra-quebra entre a PM e os trabalhadores, um avião em queda, um disco voador, Tarzan em um cipó, uma mulher despida. Tudo isso para demonstrar que, “aconteça o que acontecer”, o foco jamais deveria sair da urna, pois os votos nela depositados garantiriam a vitória da oposição – o que de fato ocorreu em Criciúma e Rio Maina.

As vitórias das oposições sindicais em Criciúma foram fundamentais e estratégicas para a consolidação e atuação do CEDIP. Primeiro, porque assumir os sindicatos naquela conjuntura significava maior aglutinação e organização dos movimentos sociais na cidade. Em segundo, garantiria a atuação prática do Centro, com as atividades de formação política, o material produzido, o registro visual dos movimentos e financiamento externo. Desse modo, destaco a Escola Sindical Mineira (ESM) como uma das principais iniciativas do CEDIP, pois nasceu de um convênio do Centro com a recém-eleita diretoria do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, no final de 1986.

2.4 – A Escola Sindical Mineira

A educação sindical não é novidade no Brasil. Desde o início da organização dos trabalhadores pode-se observar diversas práticas e iniciativas nesse sentido. Sílvia Maria Manfredi aponta de maneira cronológica a história das experiências de formação sindical no Brasil, desde as propostas educativas libertárias, no início da República, à formação das centrais sindicais na década de 1980.¹⁴⁸ A autora entende por educação sindical “aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalho, cursos, seminários, palestras, etc., promovidos por entidades de classe ou outras organizações sócio-culturais, com intuito de veicular projetos e propostas político sindicais e formar quadros organizativos”. Cabem, ainda, as iniciativas de formação político-ideológica, como imprensa sindical, programas de rádio e TV, boletins, teatro e cinema.¹⁴⁹

Ao final da década de 1970 e início dos anos 80, as próprias entidades sindicais passaram a chamar para si a responsabilidade de capacitar e treinar dirigentes e trabalhadores. Influenciadas pelo *novo sindicalismo* advindo das greves do ABC em 1978, as atividades educativas que os sindicatos assumiram eram vinculadas a quatro tipos de centros: 1) organismos ligados à Igreja Católica; 2) centros de educação, não necessariamente articulados institucionalmente com a Igreja, mas com apoio de entidades internacionais (Conselho Mundial de Igrejas) – um exemplo é o CPV (Centro Pastoral Vergueiro); 3) centros novos, criados a partir do retorno de sindicalistas cassados e exilados – um exemplo é o 13 de Maio, de São Paulo; 4) centros que reuniam ex-militantes em educação popular que procuravam sistematizar conhecimentos com o avanço das lutas popular e sindical.¹⁵⁰

A Escola Sindical Mineira, portanto, estava situada nesse contexto e continha várias das características expostas por Sílvia Manfredi: a ligação com um centro de assessoria popular-sindical (CEDIP), o apoio financeiro de entidades internacionais – como a CEBEMO¹⁵¹, da Holanda – e a própria postura de “tomar pra si” a educação de seus associados e dirigentes.

¹⁴⁸ MANFREDI, S.M. *Formação sindical: a história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

¹⁴⁹ Idem, p. 23-24.

¹⁵⁰ Idem, p. 114.

¹⁵¹ Organização Católica para Co-Financiamento de Programas de Desenvolvimento.

Em 23 de dezembro de 1986, a nova diretoria tomou posse do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A oposição sindical mineira, respaldada pela maioria dos aposentados e dos trabalhadores na ativa, assumiu o sindicato numa situação de falência, “bagunçada”, “um verdadeiro caos, uma vergonha”.¹⁵² Os adjetivos atribuídos à antiga diretoria e a situação de falência encontrada pelos novos dirigentes serviram como justificativas para a necessidade de desenvolver, com os mineiros, um trabalho permanente e sistemático de formação política e sindical. Nesse sentido, a nova diretoria propunha

...mudar o caráter e o papel do Sindicato, torná-lo menos um órgão de assistencialismo e mais um instrumento de luta, para conquistar melhores condições de vida para os mineiros e suas famílias. (...) Eis as razões que, acreditamos, justificam esse projeto de fundação e funcionamento da Escola Sindical Mineira (ESM), ora apresentado e firmado pela equipe do CEDIP e pela Diretoria do Sindicato dos Mineiros.¹⁵³

A mudança de rumo do novo sindicato era o principal fator para a transformação da consciência dos trabalhadores. Propunha-se que o sindicato deixasse de lado o assistencialismo e passasse a ser um agente na luta para a melhoria das condições de vida dos mineiros e de suas famílias. À Escola Sindical caberia o papel de formação política, ministrando cursos, preparando lideranças, contribuindo para que os trabalhadores se tornassem agentes de sua própria transformação. Entretanto, não se deve assimilar facilmente o discurso da nova diretoria, nem tampouco “denunciar” as antigas como “assistencialistas”, pois, às vezes, algumas práticas mantêm-se, independentemente da troca de direção.

A ESM se constituiu a partir de seis finalidades básicas:

- 1) Realizar cursos, seminários, debates, para a formação política e sindical dos mineiros e aqueles a que o Sindicato se destina;
- 2) Contribuir na formulação/sistematização de uma política sindical mineira a partir das orientações dadas pelos próprios mineiros e seus dirigentes sindicais;
- 3) Estar junto aos mineiros nas suas mobilizações, campanhas salariais, campanhas de filiação, assessorando naquilo que for solicitado;
- 4) Promover e realizar atividades culturais, de comunicação e imprensa aos mineiros;
- 5) Contribuir na capacitação dos dirigentes sindicais, lideranças de base e iniciantes na luta sindical, na produção dos próprios meios, instrumentos e recursos utilizados: na comunicação inter-minas; na comunicação direção/base; na comunicação sindicato/sociedade civil;

¹⁵² Projeto da Escola Sindical Mineira. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁵³ Ibidem.

6) Organizar, através da pesquisa e investigação participante, um centro de dados na Sede da Escola Sindical, para oferecer aos mineiros subsídios necessários para a formulação de sua política e administração sindical.¹⁵⁴

Os princípios metodológicos para a concretização dos objetivos da ESM foram resultantes das discussões entre a equipe de assessoria do CEDIP e o sindicato dos mineiros. De maneira resumida, era esta a linha metodológica da escola:

- 1) A metodologia adotada será participante e democrática. A Escola é dos mineiros, não para os mineiros; a educação não é para os mineiros serem educados, mas é auto-educação, autoconsciência dos meios e dos fins da política e ação sindical;
- 2) O segundo princípio é partir sempre da prática, da experiência dos próprios mineiros. O que se busca com essa metodologia é criarem-se as condições de romper com as atuais formas de consciência e existência no sentido da descoberta e criação de novas condições de existência e consciência (anti-capitalista); essa postura metodológica que parte da práxis histórica dos dominados, que são dominados, mas não desejam permanecer dominados ou dominar, tem como objetivo opor-se àqueles elementos de vanguarda, supostamente portadores de idéias revolucionárias, científicas ou verdadeiras, trazidas de fora para dentro do movimento dos trabalhadores;
- 3) Finalmente, “nossa metodologia parte da constatação de que: existem lutas e conflitos, contradições e antagonismos entre classes e dentro das próprias classes trabalhadoras; existem diferentes vontades e consciência de classe; existem diferentes propostas metodológicas e teóricas (que chamamos diferentes elucidações da realidade)”.¹⁵⁵

Nos aspectos metodológicos da ESM, alguns elementos chamam a atenção. Primeiramente, a formação político-sindical deveria partir das experiências da própria realidade dos trabalhadores e, a partir de uma educação participante e democrática, se criarem as condições para a tomada de uma “nova consciência” anti-capitalista. Também se opunham aos “elementos de vanguarda”, ou seja, a uma suposta instituição de classe que “revelasse” o caminho a ser trilhado pelos trabalhadores. Propunha, antes, transformação interna, auto-educação, transformação para um papel atuante na esfera política e na ação sindical.

Os princípios metodológicos admitiam também que, além de um antagonismo entre as classes, existiam disputas e conflitos no interior da própria classe trabalhadora, indicando que havia uma heterogeneidade no campo da política, dentro do movimento sindical e nas próprias experiências vividas.

A escola funcionou inicialmente na sala 23 do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, na Avenida Getúlio Vargas, 52. Na parte organizacional, tinha um Conselho de Direção, do qual faziam parte o presidente do CEDIP, José Paulo Teixeira, o presidente do Sindicato dos

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Ibidem.

Mineiros, José Paulo Serafim, dois assessores do CEDIP e dois mineiros indicados pela diretoria do sindicato. Essa divisão de responsabilidades na ESM representava também uma disputa política muito clara entre o Centro e o Sindicato em relação ao modelo de formação sindical que os trabalhadores deveriam receber.

Os cursos oferecidos pela ESM variavam de acordo com o grau de atuação dos militantes e se dividia em 3 blocos principais:

- 1) Cursos para iniciantes: HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL (Curso sobre a visão histórica do movimento); A SOCIEDADE EM QUE VIVEMOS - NÍVEL 1 (Estudo do capitalismo);
- 2) Cursos para militantes: A SOCIEDADE EM QUE VIVEMOS - NÍVEL 2 (Aprofundamento da sociedade capitalista com análise de conjuntura/estrutura); ESTADO, PARTIDOS E SINDICATOS (Curso sobre liberdade e autonomia sindical); ORGANIZAÇÃO E LUTA NO LOCAL DE TRABALHO (Curso sobre gestão operária);
- 3) Cursos para militantes e dirigentes sindicais: POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO SINDICAL (Problemas estruturais do sindicalismo brasileiro); EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO (Estudos sobre as diferentes correntes e propostas do sindicalismo).¹⁵⁶

Os cursos da Escola Sindical Mineira podem ser entendidos no contexto dos cursos de formação sindical da CUT. Uma das preocupações da Central, no início de suas atividades, foi a formação sindical, o que determinou a criação da Secretaria Nacional de Formação, em 1984, no I CONCURT (Congresso da CUT)..

Segundo a versão da CUT, a data de início das atividades de formação sindical é 1987, fato que corresponde também ao início das atividades de duas das principais escolas que realizavam a formação da militância cutista: o Instituto Cajamar, de São Paulo, em 1986, e a Escola Sindical 7 de Outubro, de Belo Horizonte, em 1987.¹⁵⁷

A versão oficial da CUT para o início das atividades de formação foi questionada por Paulo Sérgio Tumolo, que constatou que as políticas de formação começaram a partir de 1984 e, mesmo antes desse período, já havia uma grande quantidade de entidades do movimento social organizadas, e que entre outras tarefas faziam a formação de muitos militantes, inclusive da CUT,¹⁵⁸ Ainda segundo Paulo Tumolo, os programas de formação tiveram dois nascimentos. Um, da própria prática, ou seja, das demandas do próprio movimento sindical cutista, particularmente pelas oposições sindicais. A Secretaria de Formação deveria oferecer a essas oposições o suporte necessário não apenas em sua luta

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação*: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. p. 139.

¹⁵⁸ Idem, p. 141.

para a “derrubada” dos “pelegos” e conquista dos sindicatos, mas, principalmente, depois de apoderarem-se deles. Por outro lado, a formação não poderia ficar à mercê das demandas e exigiam-se cursos de formação básica que abarcavam questões como o modo de produção capitalista, a história do movimento operário e sindical, a luta de classes, o socialismo, etc.¹⁵⁹

Tal contexto, tanto no que se relaciona à construção de um *novo sindicalismo*, bem como os cursos de formação baseados nas “cartilhas” da CUT puderam ser observados no CEDIP e sua relação com os sindicatos locais. As vitórias das oposições sindicais do Sindicato dos Vestuaristas, em 1985, dos mineiros de Criciúma, em 1986, e do Rio Maina, em 1988, impulsionaram muito as atividades de assessoria e formação realizadas pela equipe do Centro, principalmente após a criação da Escola Sindical Mineira.¹⁶⁰

A inauguração da Escola Sindical ocorreu no dia 2 de maio de 1987, às 19h, no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A aula inaugural, principal atividade do dia, contou com a participação do metalúrgico e ex-presidente cassado da Comissão de Fábrica da Ford de São Bernardo do Campo, José Lopes Feijó. O tema exposto pelo convidado foi *A importância da formação política e sindical dos trabalhadores*.¹⁶¹ No dia seguinte, houve debate com Feijó, também na sede do sindicato, sobre a temática, *A organização dos trabalhadores no local de trabalho*.¹⁶²

2.5 – Os cursos

As atividades de formação política e sindical, desenvolvidas pelo CEDIP, já eram realizadas antes da criação da Escola Sindical Mineira. Muitos dos cursos destinados aos mineiros também eram oferecidos aos vestuaristas e calçadistas. As oposições, a partir do momento em que se estabeleceram nos sindicatos, contribuíram diretamente na demanda dos cursos que o CEDIP realizou. A consolidação de uma Escola Sindical Mineira era o reflexo da vitória eleitoral da maior categoria de trabalhadores da cidade. E passou, desse modo, a centralizar a maioria das atividades de formação política., juntamente com o CEDIP.

¹⁵⁹ Idem, p. 149-150.

¹⁶⁰ O Sindicato dos Mineiros de Criciúma até hoje não é filiado à CUT. Entretanto, vários integrantes do CEDIP que atuavam junto à Escola Sindical, fizeram parte da formação da CUT regional/sul, como João Paulo Teixeira, José Paulo Teixeira e Valdeci da Silva, presidente do Sindicato dos Vestuaristas, eleito em 1985.

¹⁶¹ Convite para aula inaugural da ESM, CEDOC, arquivo do CEDIP.

¹⁶² Ibidem.

No informativo do Centro de abril de 1987 – portanto, antes da inauguração da ESM – verifica-se o cronograma de cursos propostos para aquele ano, que incluía, além dos cursos da Escola Sindical, a formação de vestuaristas e calçadistas. O cronograma ficou assim definido:

ABRIL:

Dias 02-09-16-23: Cursos Intensivos de Formação Sindical para Vestuaristas e Calçadistas. Todas as quintas-feiras, às 18:30 horas (duração de seis meses, 10 vagas por curso, atingindo 240 pessoas).

Dia 30: Curso de Aprofundamento para Vestuaristas e Calçadistas.

MAIO:

Todas as quintas-feiras do mês: Cursos Intensivos de Formação Sindical para Vestuaristas e Calçadistas.

Última quinta-feira do mês: Curso de Aprofundamento para Vestuaristas e Calçadistas.

Dia 02: FUNDAÇÃO DA ESCOLA SINDICAL MINEIRA, com presença do companheiro Feijó, ex-presidente cassado da Comissão de fábrica da Ford/SBC e outros convidados.

Dia 12: A partir deste dia, todas as terças-feiras, aula na escola Sindical Mineira, dentro do Curso Básico de Sindicalismo, destinado especificamente aos mineiros (duração de três meses - 90 vagas distribuídas em três turnos).

Dia 16-17: Curso de Imprensa Sindical destinado a mineiros e vestuaristas. (duração de 12 horas - 20 vagas - Assessoria do CAMP/RS e CEDIP).

Dia 23-24: Curso sobre Legislação e Convenção coletiva (40 vagas - 12 horas de duração - Assessoria: Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e CEDIP).

Dias 8-9 e 10: Curso básico de sindicalismo (40 vagas-duração 14 horas - Assessoria: Reconstrução Operária/SP e CEDIP).

Dias 25 a 29: Curso de comunicação e expressão (duração 40 horas - 40 vagas - Assessoria: Reconstrução Operária/SP e CEDIP).

Dias 30-31: Curso de comunicação e expressão específico para os mineiros de Criciúma, dentro do programa da Escola Sindical Mineira (40 vagas - duração de 12 horas - Assessoria: Reconstrução Operária/SP e CEDIP).

JUNHO:

Dias 6-7: Curso sobre Administração Sindical (40 vagas - duração de 12 horas - Assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e CEDIP).

Dias 20-21: Curso de sindicalismo Rural (40 vagas - duração de 12 horas - Assessoria: Instituto Vianey/Lages, Projeto Universidade na roça e CEDIP).

Dias 13-14: Curso de formação de lideranças comunitárias (30 vagas - duração de 12 horas - Assessoria: CEDIP).

JULHO:

Curso: “Os primeiros passos do marxismo” (40 vagas - 45 horas/aula - 3 semanas de duração, todos os dias. Assessoria: CEDIP). Professores convidados: Éder Sader (USP), Joana Maria Pedro (UFSC), Célio Spíndola (UFSC) e José Paulo Teixeira (FUCRI)¹⁶³.

No cronograma de formação política e sindical proposto pelo CEDIP, alguns aspectos são relevantes. Primeiro, a atenção dada à categoria dos vestuaristas e calçadistas, que contavam com cursos intensivos de formação sindical todas as quintas-feiras, mesmo após a inauguração da Escola Mineira. Os mineiros, por suas vez, recebiam cursos básicos de sindicalismo às terças-feiras, o que assegurava o funcionamento semanal da escola. Além

¹⁶³ Informativo CEDIP, abril de 1987, n. 10, ano 3. p. 2-3. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

dos cursos mais longos, com aulas semanais, havia aqueles com poucas horas/aula, incluindo temas como imprensa sindical, administração sindical, legislação, sindicalismo rural.

Percebe-se na realização desses cursos um amplo diálogo do CEDIP/ESM com outros centros de formação. Participaram como colaboradores organizações de São Paulo, Porto Alegre e Lages. Por último, entre os cursos propostos, dois deles chamam a atenção: o de formação de lideranças comunitárias e de “primeiros passos do marxismo”. O primeiro indica que o CEDIP tinha a preocupação com uma formação que fosse além da esfera sindical. Ou seja, a luta política na instituição de classe e nos locais de trabalho deveria se estender aos locais de moradia e às associações de bairro. O segundo curso dava suporte teórico para a compreensão da realidade do trabalho no qual estavam inseridos. A temática do curso ultrapassava os aspectos técnicos de administração e legislação sindical, por exemplo, abordando os fundamentos teóricos do marxismo. O destaque do curso, além do conteúdo, era o quadro de professores universitários, incluindo Eder Sader, da USP, e Joana Maria Pedro e Célio Spíndola, da UFSC.

Tudo leva a crer que nos primeiros meses de atuação da Escola Sindical os cursos desenvolvidos tiveram bons resultados. O curso sobre imprensa sindical teve como produto final a produção do informativo *Outras Palavras*. Conforme o editorial:

O Curso de Imprensa Sindical promovido pelo CEDIP/Criciúma, com assessoria de jornalistas do CAMP, ocorrido nos dias 16 e 17 de maio, na Escola Sindical Mineira, se constituiu num espaço de reflexão e troca de experiências entre os participantes. O Curso foi importante, pois nos incentivou a produzir melhor os materiais (Boletins, panfletos, etc) dos Sindicatos. A partir de agora, com a formação das Comissões de Imprensa nos Sindicatos e o trabalho prático, surgirão novas necessidades e outros encontros como esses irão acontecer.¹⁶⁴

Além dos mineiros, o curso incluiu outros segmentos que atuavam nos movimentos sociais; entre o pessoal, da chamada “turma boa” estavam “Marisa, Marga e Valdeci, do vestuário; Clair e Dorval do Cedip; Regina, professora; Nilzo, escriturário; Jaqueline, movimento de mulheres dos mineiros; Juares da PJ.”¹⁶⁵ A Escola Sindical também atuou com sucesso junto à oposição mineira do Rio Maina, antes da vitória nas eleições sindicais em 1988. O *Jornal dos Mineiros*, de março de 1988, noticiava o curso de sindicalismo realizado no dia 24 de janeiro:

¹⁶⁴ *Outras Palavras*. Informativo produzido pelos participantes do Curso de Imprensa Sindical. 17/maio, n.01, 1987. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

Dia 24 de janeiro os membros da chapa de oposição dos mineiros do Rio Maina fizeram um curso de sindicalismo na Escola Sindical Mineira. O curso, que teve assessoria da equipe do CEDIP, foi sobre o papel do sindicato e as correntes sindicais. A reflexão girou em torno de como deverá ser a atuação da oposição, caso venha a conquistar o sindicato do Rio Maina. O Sindicato dos Mineiros de Criciúma serviu como exemplo. Foram vistos tanto os exemplos positivos como os negativos.¹⁶⁶

Nota-se que o curso tratou da possível vitória da oposição mineira do Rio Maina. A referência era o sindicato dos Mineiros de Criciúma, que havia vencido as eleições em 1986. A temática, recente, dava destaque ao debate sobre as diversas correntes sindicais e o papel do sindicato, ressaltando a experiência recente de Criciúma, inclusive nos aspectos negativos. O curso de sindicalismo foi complementado com o curso de fiscais, sendo decisivo na vitória da oposição no Rio Maina, evitando as temidas fraudes.¹⁶⁷

As avaliações internas do CEDIP também apontam a satisfação com os resultados obtidos com os cursos de formação realizados pela Escola Sindical. Num curso de dois dias sobre legislação e administração sindical, por exemplo, as diretorias de dois sindicatos participaram intensamente, ressaltando um documento, demonstrando uma preocupação dos dirigentes em se qualificar cada vez mais para os desafios que a luta sindical exigia.¹⁶⁸

Mas a avaliação também revela que existiam conflitos entre a equipe de formação do CEDIP e a direção do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, problemas internos que inviabilizaram a efetivação completa da proposta inicial da ESM. Entre os problemas levantados encontra-se a falta de vontade política dos dirigentes do sindicato em relação aos cursos de formação. A falta de interesse se justificava pelas constantes lutas em que os trabalhadores estavam envolvidos.

Certa vez o CEDIP preparou um curso ao qual apenas compareceram os membros da própria equipe de formação.¹⁶⁹ Percebe-se apenas uma versão dos acontecimentos, a do Centro. Possivelmente, os mineiros também possuíam as suas razões para priorizar as lutas em detrimento da formação – aspectos que para o CEDIP eram inseparáveis. Os mineiros também eram “acusados” de terem vícios em suas práticas, como a centralização de trabalho, a não-divisão de tarefas, o ativismo exacerbado, a preferência por atividades com resultados imediatos. Por isso, a formação sindical ficaria sempre em segundo plano¹⁷⁰.

¹⁶⁶ *Jornal dos Mineiros*, n. 03, março de 1988. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ Avaliação CEDIP, sem data. CEDOC, Arquivo do CEDIP. O documento em questão é uma avaliação das atividades do Centro, que incluía a Escola Sindical Mineira. O documento não é datado, mas tudo indica que deve ser posterior ao ano de 1989.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 2.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

O CEDIP admitia que às vezes cometia equívocos em relação à metodologia adotada nos cursos, o que, possivelmente, gerava algumas desavenças entre Centro e direção sindical. Segundo o documento de avaliação:

Sempre buscávamos preparar os trabalhos em conjunto com as lideranças dos destinatários e levando em conta esta questão da necessidade. Mas, apesar disso, em alguns momentos a equipe de formação propunha cursos que na sua avaliação eram fundamentais para as lideranças e que no entanto não iam ao encontro das necessidades que eles estavam sentindo. Esse descompasso é perceptível em algumas atividades, que acabavam não tendo o resultado esperado.¹⁷¹

Levando em conta que o CEDIP mantinha relações com diversos movimentos sociais da cidade, e que a ESM atendia a demanda de grande parte deles, era quase impossível que não houvesse disputas internas, por conta da pluralidade de lideranças populares que existiam em Criciúma.

Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, as disputas internas vieram à tona rapidamente. Muitos integrantes do CEDIP e dos movimentos popular e sindical eram da base municipal do PT, assim, “nos momentos eleitorais acirrava-se a disputa interna no partido, e por osmose atingia todo o movimento. Em 88 (...) a equipe do CEDIP foi alvo de várias queimações, de sectarismo por parte de outras posições do PT e isso interferiu diretamente no trabalho do Centro, que ficou em determinados momentos paralisado frente tanta intempérie”.¹⁷²

Os depoimentos de ex-integrantes do CEDIP demonstram que havia uma disputa interna pela hegemonia no PT de Criciúma. Os grupos em disputa seriam, de um lado, os “intelectuais” – grupo de José Paulo Teixeira, do CEDIP – e de outro, o grupo dos “mineiros”, maior sindicato da cidade – liderado por José Paulo Serafim. As disputas prejudicavam o bom andamento das atividades desenvolvidas pelo CEDIP e pela Escola Sindical Mineira, levando a direção do CEDIP a abrir as atividades para além do movimento sindical, ampliando o leque de demandas a outros setores da sociedade civil. As eleições gerais de 1989 cessaram o sectarismo e as posições antagônicas das lideranças deram lugar à cooperação em prol de um ideal maior, a vitória de Lula para a presidência da república e a conquista de novos direitos.¹⁷³

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Idem, p. 3. As disputas internas e os conflitos envolvendo o CEDIP e o PT serão discutidos no terceiro capítulo.

¹⁷³ Ibidem.

As lembranças de João Paulo Teixeira, ex-membro do CEDIP e do PT, são um bom indicativo dos acirrados conflitos que se deram no interior da Escola Sindical Mineira e do PT. Para ele, o CEDIP serviu como trampolim que impulsionou o projeto político pessoal da principal liderança dos mineiros, José Paulo Serafim:

... enquanto o Zé Paulo Serafim precisou do Zé Paulo Teixeira, precisou do CEDIP, precisou da Pastoral da Juventude, da Pastoral Operária, a hora que ele descobriu que ele podia fazer um caminho dele independente dos outros, ele simplesmente ignorou o Zé Paulo Teixeira, o CEDIP, ignorou tudo(...) A hora que o Zé Paulo Serafim e mais alguns mineiros ali cresceram, amadureceram politicamente, começaram a usar o CEDIP, usar a estrutura do próprio sindicato em favor de seus projetos pessoais, ignoraram o projeto coletivo, um projeto maior e começaram a construir o seu projeto.¹⁷⁴

Fica evidente a discordância de João Paulo Teixeira quanto ao caminho trilhado pelo ex-companheiro de lutas José Paulo Serafim. Há no depoimento certa decepção em relação ao desfecho de uma trajetória de militância, iniciada coletivamente, mas desviada pela ambição pessoal do grupo ligado aos mineiros. Foi no CEDIP, nos cursos de formação e na vitória da oposição sindical que a carreira de José Paulo Serafim teve início. Quando começou a ganhar espaço também no PT, despontando como liderança, os conflitos se tornaram mais explícitos.

Em relação à Escola Sindical, como já foi ressaltado, em muitos casos os mineiros “deixavam a formação em segundo plano”, priorizando os resultados mais imediatos. O desfecho da escola é emblemático nesse sentido, pois preparava os mineiros para determinadas lutas, para o “mano a mano”:

... como termina a escola sindical mineira? Qual é principal atividade da escola de formação mineira? Uma academia de karatê. Então, para ser mineiro, para ser liderança mineira, tinha que saber lutar, tinha que saber bater, se defender, agredir, tinha que saber morder. Não importava mais o conteúdo político, o entendimento político, a compreensão, a leitura da sociedade, isto não valia. Não, eu faço, eu mando, eu decido e quem tiver fora disso, nós quebramos, esta é a conceituação...¹⁷⁵

Possivelmente, a criação de uma academia de karatê numa escola de formação política tivesse a ver com as constantes lutas que os mineiros enfrentaram após a vitória da oposição sindical. As constantes greves e, conseqüentemente, os diversos conflitos com a polícia, fizeram com que a preparação física, a autodefesa se tornasse essencial para as demandas imediatas que o sindicato exigia. Portanto, fazia todo o sentido, nesse contexto, o

¹⁷⁴ João Paulo Teixeira, entrevista citada.

¹⁷⁵ Idem.

aprendizado do karatê. Ainda, o “saber bater”, “se defender”, “saber morder”, dizia respeito à própria condição de trabalho do mineiro, ou seja, um trabalho predominantemente masculino, em que se exigia a força física, a valentia, a coragem de “baixar a mina”; portanto, seria um processo contínuo na manutenção da identidade social daquele grupo de trabalhadores.

Terezinha Volpato, em seu estudo sobre os mineiros de Criciúma, entende que a construção da identidade social dos mineiros resulta de um processo histórico contínuo e inacabado. Para ela, a atribuição de categoria diferenciada aos mineiros, numa relação com outras categorias profissionais, é sempre remetida ao espaço de trabalho. É a mina que lhe confere a identidade social. Outra característica que é atribuída pela autora à identidade mineira é a relação desses trabalhadores com o corpo. Segundo Volpato:

O conceito de robustez é imediatamente associado ao corpo do mineiro. Origina-se no passado, quando o processo de mineração era totalmente manual. (...) É necessário que o mineiro “seja forte”; que “ele deve ganhar bem” porque “o mineiro tem que comer bem, porque senão ele não agüenta o pesado”;... “porque se não forceja, não consegue nada embaixo da mina”... “o cara aí tem que fazer muita força e se arrebenta todo...”, são expressões usadas ao relatarem seu trabalho.¹⁷⁶

Na construção de sua identidade social, a dimensão da gradativa debilidade do corpo atravessa a história da formação do mineiro e permanece, atualmente, como uma marca física, objetiva, acentuada pela representação ideológica generalizada de que as práticas de trabalho nas minas são extremamente cansativas.¹⁷⁷

Seja de que forma for, a experiência da Escola Sindical Mineira¹⁷⁸ foi decisiva para os futuros caminhos que o CEDIP trilhou. Os conflitos internos fizeram com que o Centro ampliasse sua área de atuação, buscando o diálogo com outros atores da sociedade civil.

¹⁷⁶ VOLPATO, T. G. op. cit.,

¹⁷⁷ Idem, p. 83.

¹⁷⁸ As fontes que encontrei não explicitam o ano exato em que terminou a Escola Mineira. Tudo leva a crer que, a partir de 1989, ela passou a não existir mais, embora os cursos de formação política e sindical continuassem a ser oferecidos pelo CEDIP.

2.6 – O CEDIP e o Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas

O Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas foi outra frente em que o CEDIP atuou de forma direta, tanto com os cursos de formação, quanto com a confecção do informativo do sindicato, *O carretel*.

Em 14 de dezembro de 1987, o CEDIP terminava um projeto de formação político-sindical para os vestuaristas e calçadistas. A proposta de formação visava o biênio 1988-1989, e tinha a finalidade de ampliar os cursos que já haviam sido realizados em 87. Esse sindicato tinha características específicas, motivo que dificultava a atuação do CEDIP, exigindo ainda mais da equipe de formação.

A base territorial do sindicato abrangia diversos municípios do sul do estado (Criciúma, Nova Veneza, Içara, Siderópolis, Araranguá, etc.). Por esse motivo, era necessária maior estrutura material e financeira para atingir todas as localidades. A categoria, além de estar espalhada por diversos municípios, estava dispersa em pequenas e médias indústrias. Isso dificultava a organização e a mobilização, e além da dispersão o controle patronal sobre os trabalhadores(as) nessas fábricas era muito maior. Feito na maioria das vezes pelos próprios proprietários, esse controle – e a conseqüente repressão de qualquer tentativa de organização – inibia e bloqueava o trabalho sindical.

Outra especificidade é que a categoria se formara recentemente, com grande expansão das indústrias de vestuário e calçados na década de 1970 e, por isso, não possuía uma antiga tradição de luta e organização (sua primeira greve foi em 1979). Assim, existia um reduzido número de lideranças da categoria que tinham passado por experiências de lutas e que fossem referenciais para outros trabalhadores na fábrica. Era uma categoria formada em sua maioria por jovens e mulheres, nesse sentido, a submissão na fábrica era reforçada pela submissão em outras esferas da vida social desses trabalhadores(as), como na família ou na escola. Por isso, era comum e muito acentuado o machismo, não sendo raros nas fábricas os casos de abusos sexuais contra as mulheres, por parte de patrões e encarregados.

A maioria da diretoria sindical não tinha uma experiência de atuação, já que se organizaram de maneira clandestina, na época das eleições sindicais, para evitar a repressão

patronal. Não existia no sindicato uma estrutura financeira suficiente para respaldar as atividades sindicais, o que provocava constantes crises financeiras.¹⁷⁹

O CEDIP participou de maneira direta na vitória da diretoria do sindicato dos vestuaristas e calçadistas em 1985 e, no ano seguinte, o Centro havia iniciado uma série de cursos sobre a *História do Movimento Operário e Sindical no Brasil* voltados a essas categorias¹⁸⁰. Mas foi somente a partir de março de 1987 que o CEDIP passou a desenvolver um Programa de Formação Sindical efetivo, estendendo-o como um trabalho permanente de formação, articulado em diversas etapas e atividades, com objetivos a cumprir conforme fossem as necessidades da categoria. Vale lembrar que no período de atuação em 1987 o Curso de Formação dos Vestuaristas funcionava simultaneamente com a formação dada aos mineiros pela Escola Sindical.

Conforme consta no projeto para o biênio 88-89, em 1987 os cursos constantes do Programa de Formação se estenderam às seguintes fábricas:

Tabela 2 – Fábricas e número de participantes do Programa de Formação de 1987

FÁBRICA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Calcutá (Criciúma)	5
Crifênix (Criciúma)	10
Damyller (Criciúma)	7
Criminalhas (Criciúma)	4
Stampa (Criciúma)	30
Lady (Criciúma)	8
Twist (Siderópolis)	10
Trento (Siderópolis)	27
Total de fábricas = 8	Total de participantes = 101.

Fonte: Projeto de Formação Sindical. Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma/SC. CEDIP-Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/SC. 1988-1989

Aparentemente, os cursos de formação atingiram um número bastante razoável de trabalhadores(as) e fábricas, incluindo outros municípios como Siderópolis. Mas, levando em conta que eram empresas de pequeno e médio porte, me parece que foi uma experiência importante, servindo de base para ampliação dos participantes, que era um dos objetivos para os anos de 1988-89. Essa hipótese é comprovada no projeto do Programa de Formação:

¹⁷⁹ Projeto de formação sindical. Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma/SC. CEDIP-Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/SC 1988-1989. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁸⁰ Ibidem.

Os resultados do Programa de Formação, nessa fase de experiência em 1987, foram muito bons. Houve uma boa aceitação por parte dos trabalhadores, maior organização da categoria, o Sindicato tem sido mais procurado, enfim, o Programa de Formação dos Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma e região têm contribuído concretamente na organização e mobilização da categoria.¹⁸¹

Vale ressaltar que, além do conteúdo de formação recebido nos cursos, os trabalhadores conseguiram no campo prático maior organização da categoria. Existiu, conforme o documento, maior procura ao sindicato e uma grande aceitação das atividades propostas pela equipe de formação do CEDIP.

As fichas de participação no Programa de Formação de 1987 também são reveladoras dos principais problemas que os trabalhadores(as) enfrentavam em seus locais de trabalho. Na empresa Calcutá, de Criciúma, por exemplo, da qual cinco funcionários participaram do Programa, as principais reclamações eram: “salário baixo, muitas horas trabalhadas, falta de higiene no refeitório, desvalorização do trabalhador, roubos entre as trabalhadoras, muito calor e trabalho cansativo, vigilância dos patrões para maior produção”.¹⁸²

Nas empresas Crifênix e Stampa, ambas de Criciúma, que tiveram um total de 40 participantes, as queixas eram em relação ao refeitório pequeno, banheiro dentro da fábrica, encarregado injusto e agressivo, baixos salários, muita hora extra, não registro do salário total na carteira de trabalho, patrão autoritário, pouca ventilação.¹⁸³

Já na empresa Twist, de Siderópolis, que contou com 10 participantes, além dos problemas apontados nas outras empresas, houve denúncias das péssimas condições de higiene da fábrica como o aparecimento de ratos e baratas, o fogão em péssimas condições de uso, ausência de faxineira, pouco tempo para o lanche, discriminação e poucos banheiros.¹⁸⁴

Durante a realização do Curso Introdutório, percebe-se que existiam problemas comuns em todas as empresas. Baixos salários, péssimas condições de higiene, autoritarismo de patrões e encarregados, não cumprimento das leis trabalhistas. Essas denúncias são um bom indicativo de que o sindicato estava tentando se organizar a fim de combater essas práticas abusivas.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Programa de Formação dos Vestuaristas e Calçadistas. Ficha do Curso Introdutório. CEDOC, Arquivo do CEDIP. Não encontrei nos arquivos as fichas das outras fábricas que participaram deste curso.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

Os resultados, embora satisfatórios em 87, não escondiam as dificuldades que deveriam ser superadas para o projeto futuro. Segundo a proposta de Formação para 88 e 89, as principais dificuldades a serem superadas eram as de cunho material e pessoal. Com relação à estrutura das aulas, faltavam salas de aula adequadas, recursos pedagógicos, textos e cadernos de educação popular, bem como material escolar para os alunos. Existia também carência de pessoal para trabalhar no Programa de Formação que, por suas características, exigia no mínimo dois professores com dedicação exclusiva e cinco monitores em tempo parcial para a sua concretização prática. Além disso, sobre determinados temas, havia a necessidade de se trazer convidados e/ou assessores de outras cidades.¹⁸⁵

Apenas a superação dessas dificuldades garantiria o bom andamento e o desempenho das atividades de formação, sua eficácia e abrangência, contribuindo para a maior organização e mobilização da categoria. Nesse sentido, a partir da experiência anterior do Curso Introdutório, o Programa de Formação dos Vestuaristas e Calçadistas foi montado aos poucos, pela equipe composta de membros do CEDIP e do Sindicato. Os objetivos propostos pelo novo projeto de Formação eram :

- a) Contribuir para que os trabalhadores tenham condições de compreender de maneira coerente e articulada a realidade em que vivem e trabalham, ajudando-os – através desse conhecimento – a transformar essa realidade; b) Incentivar a organização dos trabalhadores a partir do local de trabalho, contribuindo dessa maneira para a construção de um novo sindicalismo: de base, autônomo e democrático; c) Formar monitores da própria categoria, capazes de desenvolver – a médio prazo – os módulos iniciais do Programa, e –a longo prazo – o Programa em seu conjunto, havendo dessa maneira a reprodução do trabalho e as condições para que a própria categoria desenvolva o Programa de Formação; d) Formar lideranças intermediárias entre a base e a direção, capacitadas para fazer a ligação entre o Sindicato e a categoria, para que ocorra uma dinamização do trabalho sindical.¹⁸⁶

O Programa partia de uma compreensão da realidade na qual estavam inseridos os trabalhadores para, em seguida, transformar essa realidade. A construção de um *novo sindicalismo* era parte desse projeto, que já havia começado com a vitória da oposição sindical. Deveriam ampliar o diálogo entre base e direção, dinamizando e democratizando as demandas dos operários. O Programa visava, ainda, a formação de monitores que fossem capazes de desenvolver internamente a formação sindical, fazendo com que o sindicato passasse a “andar com suas próprias pernas”, não dependendo mais de “elementos externos”, como o CEDIP.

¹⁸⁵ Projeto de formação sindical. Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma/SC. CEDIP-Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/SC 1988-1989. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁸⁶ Ibidem.

O Programa teria várias atividades, como a elaboração e divulgação do boletim *O Carretel*, cursos específicos, reflexões sobre as lutas da categoria, debates, palestras e outras. Ao final do mesmo, de cada turma que concluísse todos os módulos, algumas pessoas seriam treinadas para exercer o papel de monitores. E, de acordo com o interesse dos participantes, os alunos continuariam se reunindo por fábrica, discutindo seus problemas e procurando coletivamente as soluções. O CEDIP acompanharia essas reuniões, incentivando a organização dos trabalhadores a partir do local de trabalho.¹⁸⁷

2.7 – *O Carretel*: um órgão informativo dos trabalhadores

A partir de dezembro de 1985, logo após a vitória da oposição sindical dos vestuaristas, passou a circular entre as diversas fábricas têxteis de Criciúma e municípios vizinhos o boletim informativo *O Carretel*. A publicação era uma atividade desenvolvida pela equipe de informação do CEDIP em parceria com a direção sindical recém-eleita. O pequeno livreto de distribuição gratuita sofreu pequenas mudanças ao longo de sua existência¹⁸⁸.



Figura 4

Fonte: *O Carretel*, n. 1, 1985. Arquivo do CEDIP – CEDOC.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Foram encontrados no arquivo do CEDIP, em Criciúma, apenas os exemplares 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11.



Figura 5

Fonte: *O Carretel*, n. 7, 1987. Arquivo do CEDIP – CEDOC.



Figura 6

Fonte: *O Carretel*, n. 8, 1987. Arquivo do CEDIP – CEDOC.

No exemplar número 1, aparecia na capa, logo abaixo do nome do periódico, a frase “Informativo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário de Criciúma”. Como existe uma lacuna entre os números 4 e 6, não é possível dizer ao certo quando esse subtítulo se alterou, mas, a partir do número 7, circulava com o nome “Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçado de Criciúma”. Na tiragem seguinte, além de contemplar os calçadistas, o informativo abarcava também a região sul do estado. Aparecia como *O Carretel: Informativo do Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma e Região*.

O pequeno boletim que passou a circular em dezembro de 1985, somente em Criciúma, foi crescendo e se espalhando à medida em que o sindicato se organizava e se fortalecia. Tanto é que *O Carretel* passou a fazer parte das atividades dos programas de

formação desenvolvidos pelo CEDIP em parceria com a direção do sindicato. No Programa de Formação de 1987, o Centro elaborou e distribuiu aos trabalhadores os números 6, 7, 8 e 9, cada um com uma tiragem de 2500 cópias, tratando de diversos temas de interesse da categoria.¹⁸⁹ Os exemplares reproduzidos em mimeógrafo a tinta deixavam muito a desejar, pois não possuíam a qualidade esperada.

O Carretel era entendido pela equipe de formação do CEDIP como um instrumento de informação e, principalmente, de formação. Através dele, além informações do interesse da categoria, tratava-se de temas que possibilitavam uma elevação da consciência crítica dos trabalhadores.

No Projeto de 1988 estava previsto que o boletim de formato 29 cm x 16 cm não fosse mais impresso em mimeógrafo, e passasse a ser reproduzido em gráfica. Foi calculado um aumento da tiragem de 2500 para 5000 exemplares, com um custo total de CZ\$ 360.000,00.¹⁹⁰ Em relação ao conteúdo, a grande maioria dos temas foi direcionada à atividade sindical, com denúncias sobre a antiga direção, campanhas para aumentar as filiações, informações sobre as greves, além de notícias sobre o que acontecia nos sindicatos das outras cidades do sul do estado.

A partir do número 6, o *O Carretel* teve duas colunas permanentes, a “Linhas e Fios” e a “Boca no Trombone”. A primeira trazia denúncias de maus-tratos cometidos por patrões e encarregados nas diversas empresas. A segunda seguia a mesma linha, porém, trazia também informações sobre os cursos de formação, serviços oferecidos pelo sindicato, etc.

Muitas das denúncias que circulavam diziam respeito ao assédio cometido por patrões e encarregados às mulheres, que eram a maioria nas empresas de confecção e calçados. N’*O Carretel* de agosto de 1986 a coluna “Linhas e Fios” denunciava: “CANTADA: Na Scala calçados o próprio dono dá cantada nas trabalhadoras. Ao cantar uma moça grávida se deu mal; ela denunciou no Sindicato. Resultado: ele dispensou a moça e ela está recebendo seu salário sem trabalhar”.¹⁹¹

Já em uma empresa de malhas de Criciúma, o sindicato botou a “boca no trombone”: “GRACINHAS”: Na Crimalhas as mulheres estão reclamando de um tal de CLAUDIONOR que é encarregado: Ele vive dizendo ‘gracinhas’ para as trabalhadoras. Só que elas não vão ficar quietas. Hoje é só denúncias, amanhã vamos agir de outras maneiras’.¹⁹²

¹⁸⁹ Projeto de formação sindical. Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma/SC. CEDIP-Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/SC 1988-1989. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *O Carretel*, nº 4, agosto de 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

¹⁹² *O Carretel*, nº 7, agosto de 1987. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

Um ponto em comum entre essas denúncias era a forma de ridicularizar os responsáveis pelos assédios. Eram colocadas em evidência expressões do tipo “cantada”, “gracinhas”, “valentão”, apontando geralmente nomes de patrões e encarregados pelo meio do texto. As colunas procuravam deixar claro para os infratores que, diante os acontecimentos, o sindicato já estava ciente da situação e que se a falta de respeito continuasse, providências seriam tomadas imediatamente. Outra característica é o linguajar simples e direto, o que facilitava a compreensão de temas mais complexos, como a política e os direitos dos trabalhadores. O direito ao vale-transporte foi desta forma abordada, dezembro de 1987:

O que é o Vale-Transporte: Todos os trabalhadores que precisam usar Ônibus para ir até o local de trabalho, têm direito ao vale-transporte, mesmo que more em outra cidade. Se você gasta mais de 6% do seu salário com passagem de ônibus, tem direito ao Vale-Transporte, pois a quantia que ultrapassar o 6% a EMPRESA TERÁ QUE PAGAR. Para você entender melhor vamos dar um exemplo:

-Salário da costureira: Cz\$ 3.534,93.

-6% do salário: Cz\$ 212,09. Então, a costureira não pode gastar mais do que Cz\$ 212,09 em passagem. No caso, a costureira, se gastar mais que esse valor, tem direito ao Vale-Transporte.¹⁹³

O exemplo da costureira expõe de maneira clara a lógica de funcionamento do vale-transporte, traduzindo números e porcentagens em situações cotidianas vividas pelos funcionários(as).

A linguagem simples era acrescida de charges e desenhos, figuras que traduziam a importância da união dos operários para reivindicar melhores condições de trabalho e maiores salários. As ilustrações abaixo revelam o uso desse recurso:



Figura 7

Fonte: *O Carretel*, n. 7, 1987. Arquivo do CEDIP – CEDOC.

¹⁹³ *O Carretel*, nº 9, dezembro de 1987. CEDOC, arquivo do CEDIP.



Figura 8

Fonte: *O Carretel*, n. 7, 1987. Arquivo do CEDIP – CEDOC.

A Fig. 7 mostra a união que os operários deveriam ter. As faixas do desenho indicam as reivindicações, as principais bandeiras de lutas dos trabalhadores. No destaque, há uma faixa contendo os dizeres *greve geral*, que representava uma das armas de luta do sindicato. Na última faixa, na parte superior direita do desenho, a bandeira da CUT, indicando a filiação do sindicato dos vestuaristas e calçadistas à Central. Na Fig. 8 aparecem dois trabalhadores conversando. Esse desenho se insere na propaganda dos cursos de Formação Política promovidos pelo CEDIP. O operário da direita explica, tira dúvidas e convoca seu companheiro a participar dos cursos, ampliando seu conhecimento e melhorando a organização do sindicato.

Sem dúvida, a experiência do informativo foi muito importante para a melhoria da comunicação e organização de vestuaristas e calçadistas. N' *O Carretel*, puderam expressar suas indignações, sua angústias, lutas e vitórias. Puderam reclamar das péssimas condições de trabalho, dos assédios, informando o que acontecia nos locais de trabalho. Reivindicaram, em várias páginas, o aumento salarial, o cumprimento das leis trabalhistas, discutiram política, divulgaram informações de cursos e serviços oferecidos pelo CEDIP e pelo Sindicato. Foi um boletim simples em sua forma, mas de grande valor na comunicação e luta dos trabalhadores(as).

2.8 – O CEDIP e a utilização dos recursos audiovisuais

2.8.1 – Alguns esclarecimentos

A palavra vídeo geralmente é utilizada de forma genérica, para representar praticamente qualquer objeto e atividade ligados à tecnologia de gravação de som e imagem. O aparelho eletrônico gravador e reproduzidor de imagem é chamado de *videoteipe*, que utiliza, dependendo do modelo, fitas para gravação de duas polegadas (quadruplex), uma polegada, $\frac{3}{4}$ de polegada (U-Matic), meia polegada (VHS, Betamax, Vídeo 2000) ou Super-8 mm. Quando o videoteipe utiliza-se de fita magnética dentro de um cassete plástico, é chamado *videocassete*, independentemente do formato da fita: U-Matic, VHS, Betamax ou Super-8 mm, todos incompatíveis entre si.

A fita magnética (o teipe) também é denominada pelo não-especialista de *videocassete*; no caso do aparelho, o nome é abreviado para *vídeo*. Desse modo, a palavra *vídeo* representa tanto o aparelho de videoteipe como também a fita magnética. Quando o aparelho de videocassete é acoplado a uma câmera, produzindo sons e imagens originais, também é denominado *equipamento de vídeo*. Por possibilitar a criação de programas fora das emissoras de TV, a palavra *vídeo* traz consigo uma conotação de atividade, de processo, de produção e veiculação de mensagens. Nesse sentido, “fazer vídeo” quer dizer produzir programas utilizando equipamentos eletrônicos, para a TV ou para a exibição em qualquer circuito ou aparelho individual.¹⁹⁴

Luiz Fernando Santoro apresenta uma ampla definição do conceito de vídeo:

Enfim, chamaremos de vídeo **não os equipamentos**, mas o processo de **transmissão de mensagens gravadas em fitas magnéticas**, produzidas eletronicamente com o uso de um videocassete. Isso pode ser feito para públicos de diferentes amplitudes, do indivíduo ao grupo, ou até mesmo ser transmitido pela televisão, ainda que originalmente não tenha sido produzido com esse objetivo, como acontece com as películas cinematográficas¹⁹⁵.

Outro termo muito utilizado no contexto do movimento de vídeo popular é a palavra *audiovisual*. Segundo Henrique Pereira Oliveira, os textos que envolvem essa temática praticamente não mencionam a estreita relação dessa prática com a utilização de eslaides/*slides* nas atividades de comunicação e educação popular, embora a história dessas

¹⁹⁴ SANTORO, L. F. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989. p. 17.

¹⁹⁵ Idem, p. 19. Grifos meus.

duas práticas apresentem diversos pontos em comum.¹⁹⁶ Se atualmente o termo *audiovisual* possui um sentido bastante amplo, capaz de abarcar cinema, TV, vídeo, CD-ROM, etc., até meados dos anos 80, o audiovisual tinha um sentido preciso: *seqüência de eslaides para projeção com som sincronizado*.¹⁹⁷

2.8.2 – A criação da ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular

O movimento de vídeo popular no Brasil constituiu-se em um momento de ascensão de diversas formas de mobilização social. A luta pelo término do regime militar foi um dos focos de convergência dos diversos movimentos sociais no final da década de 1970, luta que culminou com as grandes manifestações pelas *Diretas Já*, em 1984, reivindicando o restabelecimento das eleições diretas para presidente. Em decorrência do clima de mobilização que marcou a década de 1980, os equipamentos de produção e exibição de vídeos passaram a ser cada vez mais utilizados como um instrumento nas atividades de educação e comunicação realizadas por entidades que atuavam em movimentos sociais, em especial os sindicatos e entidades civis sem fins lucrativos.¹⁹⁸

Luiz Fernando Santoro destaca uma série de fatores que permitiram o surgimento do vídeo popular no Brasil: o interesse pela democratização dos meios de comunicação que surgiu no início dos anos 1980 por toda a América Latina, e especialmente no Brasil; o surgimento de uma série de movimentos populares reivindicatórios e de oposição ao governo; a influencia da televisão, que atingia mais de 100 milhões de brasileiros; a vitória dos partidos de cunho mais democrático, a partir de 1982, nos grandes centros urbanos, o que possibilitou maior espaço de participação e transformação social, mas sem que isso fosse refletido nos meios de comunicação; a atuação das escolas de comunicação e de seus egressos na luta pela democratização das comunicações; o aumento das possibilidades de aquisição de aparelhos de videocassete, seja em função do início da sua produção no Brasil, seja pela facilidade de compra através do contrabando; e o apoio de entidades financiadoras do exterior, especialmente ligadas à Igreja Católica, que passaram a financiar a aquisição de equipamentos de vídeo por entidades ligadas a educação e comunicação popular.¹⁹⁹

¹⁹⁶ OLIVEIRA, H. L. P. op. cit., capítulo 1: O movimento de vídeo popular no Brasil.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ SANTORO, op.cit. p. 62-63.

Pode-se dizer que o movimento de vídeo popular no Brasil teve grande impulso a partir da realização de um curso de capacitação em vídeo, promovido em julho de 1983, pelo Núcleo de Estudos de Memória Popular do ABC, ligado ao Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo. O curso teve como tema *O vídeo como instrumento de animação cultural e intervenção social* e era destinado a comunicadores populares que já utilizavam ou pretendiam utilizar o vídeo em suas atividades.²⁰⁰

Como resultado do curso, os participantes decidiram formar um coletivo para documentar o CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora). O grupo se autodenominou Videoclat. O Congresso, que durou três dias e deu origem à CUT, gerou 16 horas de gravação. O material bruto sobre a criação da CUT foi editado em um vídeo de 35 minutos e distribuído pelas diversas regiões do país, sendo exibido em sindicatos, associações, empresas e comunidades eclesiais de base.²⁰¹

Antes da criação da ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular), ocorreram mais dois importantes eventos na área: o I Encontro Nacional de Audiovisual e Vídeo-Cassete para Evangelização no Meio Popular e Grupal, que aconteceu em Teixeira de Freitas, na Bahia, entre 20 e 29 de janeiro de 1984, e o Encontro dos Grupos Produtores de Vídeo no Movimento Popular, realizado no Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, entre os dias 14 e 16 de setembro do mesmo ano.²⁰²

Em dezembro de 1984, surgia a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular (ABVMP), aglutinando cerca de cinquenta grupos que produziam vídeo no país. Posteriormente, o nome da Associação foi redefinido, sendo suprimida a expressão *no Movimento*. Eram seus objetivos: “o intercâmbio e troca de informações entre os associados, entidades e associações; defesa dos direitos (inclusive autorais); promoção de cursos, seminários e encontros; apoio à realização de projetos entre associados; além de estimular e valorizar a divulgação do vídeo junto aos movimentos populares”.²⁰³

Desse modo, o vídeo passou a ocupar um lugar de destaque no registro dos movimentos populares, pois entre suas características mais importantes estavam a agilidade, o fato de ser imediato e a conseqüente atualidade. A possibilidade de retorno imediato,

²⁰⁰ Idem, p. 64.

²⁰¹ Idem, p. 65.

²⁰² Idem, 65-67.

²⁰³ Produtores de vídeo popular já tem Associação. In: *Vídeo Popular*, nº 3, 1985, p.1. apud: OLIVEIRA, H. L. P. op. cit., capítulo 1.

permitindo abordar acontecimentos que ainda estavam “quentes”, aparecia como um primeiro valor que qualificava o vídeo como instrumento de intervenção na luta política.²⁰⁴

2.8.3 – Audiovisuais para a educação e o VHS nos registros da história local: uma prática do CEDIP

O CEDIP possuía um catálogo de *audiovisuais (eslaides + fita cassete)* que eram emprestados aos sócios e às entidades filiadas ao Centro, em dia com as mensalidades. Os empréstimos tinham que ser feitos com antecedência, pois havia uma grande procura por esses recursos. Sempre que fosse possível, o CEDIP disponibilizava uma pessoa para assessorar nas apresentações e discussões que aconteciam em seguida.²⁰⁵ A lista do Centro continha cerca de 30 títulos, cada qual com seu resumo e informações adicionais, como o número de eslaides, roteiro de utilização e se continha áudio ou não. Os conteúdos eram variados: Correntes Políticas da CUT, Como Funciona a Sociedade, Movimento Operário, História da Igreja, Capitalismo, Saúde das Mulheres, América Latina, Movimentos de Bairro, Comunicação Popular, Educação, Meio Ambiente e Democracia.²⁰⁶

Por se tratar de um recurso que auxiliava na educação, ao tomarem emprestado o material, os educadores recebiam uma série de instruções para o melhor aproveitamento didático. Entre as orientações: fazer uma projeção prévia, para verificar a *sincronia entre imagem e som* e o conhecimento do conteúdo do material; procurar informações sobre o tema a ser tratado; antes de projetar o material, explicar ao grupo o tema a ser tratado, buscando motivar o mesmo para as questões que o recurso propõe; após a projeção, fazer uma reconstrução coletiva do conteúdo; por fim, uma reflexão do conteúdo tratado, estimulando a atividade através de perguntas.²⁰⁷

Parte dos recursos financeiros do CEDIP provinha de financiamentos externos de grupos católicos europeus.²⁰⁸ O dinheiro era liberado mediante a realização e concretização de projetos na área da educação popular, motivo de os recursos audiovisuais estarem sempre inseridos nos planejamentos futuros e atividades desenvolvidas relatadas pelo CEDIP. No pedido de co-financiamento de fevereiro de 1985: “As atividades de documentação, arquivamento, **projeção de slides**, de cobertura e assessoria aos movimentos

²⁰⁴ OLIVEIRA, H. L. P. op.cit. capítulo 1.

²⁰⁵ *Catálogo de audiovisuais*, CEDIP, 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Os financiamentos serão abordados ao final do capítulo.

populares e sindicais, tem sido feitos, embora de modo muito precário, graças a dedicação voluntária de alguns associados e membros da diretoria do CEDIP.²⁰⁹

Já no Projeto de Manutenção do Centro para 1988 a 1990, essa prática aparece entre as atividades desenvolvidas na área de comunicação popular: “Comunicação audiovisual: O CEDIP possui alguns recursos audiovisuais sobre diversos temas (História da Igreja, História do Sindicalismo, Educação Popular Ecologia, Constituinte, como Funciona a Sociedade, etc.) que temos colocado a disposição das entidades e movimentos sociais”.²¹⁰

Além dos eslaides utilizados principalmente para as atividades de educação e formação, o CEDIP foi responsável pelo registro em vídeo de parte da história dos movimentos sociais em Criciúma nas décadas de 1980 e 90. Entretanto, grande parte dessas fitas ainda encontra-se em estado bruto, ou seja, não passaram por processo de edição. O que nos faz refletir sobre o uso do conceito de vídeo popular. Para Luiz Fernando Santoro, ele visava incluir diversas práticas que o caracterizavam como tal e que indicassem a diversidade de vínculos que os grupos produtores mantinham com os movimentos populares:

- [a] a produção de programas de vídeo por grupos ligados diretamente a movimentos populares, como por exemplo, os sindicatos e associações de moradores e movimento dos Sem-Terra;
- [b] a produção de programas de vídeo por instituições ligadas aos movimentos populares para assessoria e colaboração regular, como grupos da Igreja, a FASE, o IBASE, centros de defesa dos direitos humanos, entre outros;
- [c] a produção de programas de vídeos por grupos independentes dos movimentos populares, que por iniciativa própria elaboram-nos sob a ótica e a partir dos interesses e necessidades desses movimentos, que são por fim o seu público mais importante;
- [d] o processo de produção de programas de vídeo, com a participação direta de grupos populares em sua concepção, elaboração e distribuição, inclusive apropriando-se dos equipamentos de vídeo;
- [e] o processo de exibição de programas de interesse dos movimentos populares, produzidos em vídeo ou utilizando-o como suporte, a nível grupal, para informação, animação, conscientização e mobilização.²¹¹

Henrique Luiz Pereira Oliveira aponta em sua tese de doutorado que há autores que discordam da formulação proposta por Santoro. Entre eles, Cássia Pereira, que considerou “questionável conceituar vídeo popular aqueles trabalhos produzidos sob a ótica e a partir dos interesses dos movimentos populares sem uma participação efetiva dos movimentos sociais na produção”. A autora defende a idéia de que as produções realizadas por

²⁰⁹ *Projetos de Trabalho e Pedido de Co-Financiamento*. Fevereiro de 1985. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²¹⁰ Projeto de manutenção do CEDIP 1988-1990. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²¹¹ L. F. SANTORO, op. cit., p. 60-61.

intelectuais que tematizam o popular, que trazem críticas ao sistema vigente e estão fora das “mídias” não caracterizam o vídeo popular, mas sim, o vídeo alternativo.²¹²

Esse debate é importante para ressaltar que apenas uma parte pequena do material de vídeo produzido pelo CEDIP se enquadra nesses conceitos. Ali, houve a produção de programas e documentários. Para algumas fitas, foram elaborados roteiros e o material bruto passou por um processo de edição, constituindo-se assim, na concepção de Cássia Pereira, em vídeos alternativos, pois feitos por um grupo de intelectuais sem a efetiva participação dos movimentos sociais no produto final.

Dentre os vídeos estão: *Massa Falida: A História em Nossas Mãos*, sobre o processo de falência da Companhia Carbonífera Araranguá (CBCA), em 1987; *Águas de Março*, referente ao caso dos 145% de reajuste da Companhia Carbonífera Próspera; e o documentário sobre a cooperativização da CBCA.²¹³

O Centro não possuía estrutura adequada para a realização de programas, se dedicando na maior parte do tempo ao registro “bruto”²¹⁴ dos acontecimentos ligados aos movimentos sociais. Em seu catálogo, no que se refere às fitas de vídeo: “Todo o material deste setor está sem condições de ser emprestado, por grande parte do material não ter sido produzido em forma de documentário, sendo, portanto, material de cenas brutas, devido a falta de estrutura para elaborá-los”.²¹⁵

Desse modo, o Centro estava impossibilitado de exibir e fazer circular a grande quantidade de material que tinha em seus arquivos. Outro problema a ser levado em conta é o fato de somente pessoas liberadas pelo CEDIP terem acesso aos meios de produção de vídeo. Isso indica que os principais protagonistas das lutas sociais não podiam registrar os acontecimentos conforme a sua perspectiva, pois ficavam dependentes dos técnicos cedidos pelo Centro e à margem dos conhecimentos específicos de manuseio da câmera de vídeo.

De acordo com o catálogo:

Quem pode usar a câmera?

O operador de vídeo liberado pelo CEDIP para esta função;

Os membros do CEDIP que tem conhecimento do funcionamento da câmera;

Quem não pode usar a câmera?

Na falta dos citados acima, está impossibilitado o empréstimo da mesma.²¹⁶

²¹² PEREIRA, Cássia Maria Chaffin Guedes. *O circo eletrônico*. TV de Rua: a tecnologia na praça pública, São Bernardo do Campo, 1995. Instituto Metodista de Ensino Superior, Faculdade de Comunicação e Artes. Dissertação (Mestrado), 1995, p. 82-86. Apud: OLIVEIRA, H. L. P. op. cit., capítulo 1.

²¹³ Acervo de fitas VHS. Centro de Documentação da UNESCO.

²¹⁴ Quando me refiro a “bruto”, significa que as fitas não passaram por um processo de edição de imagens.

²¹⁵ *Catálogo de audiovisuais*, CEDIP, 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²¹⁶ *Ibidem*.

As fitas VHS com material bruto formam um amplo acervo documental sobre parte da memória dos movimentos popular e sindical da cidade de Criciúma nas décadas de 1980 e 90. Atualmente, essas fitas encontram-se arquivadas no Centro de Documentação (CEDOC) da UNESCO, em Criciúma.

Entre os diversos registros destacam-se os de confrontos entre a PM e os mineiros; a visita do governador Pedro Ivo Campos à Criciúma em 1987; cenas do subsolo da CBCA; protestos de mineiros em Brasília; reuniões internas do CEDIP; greve dos bancários; congresso dos trabalhadores do vestuário em 1989; assembléia do sindicato dos ceramistas; dos servidores públicos; protesto dos aposentados na BR-101, em Içara; Congresso da CUT; vinda de Lula à Criciúma em 1989.²¹⁷

Vale ressaltar que, embora o CEDIP tivesse uma ligação mais direta com mineiros e vestuaristas e calçadistas, não deixou de registrar os diversos acontecimentos envolvendo as demais categorias de trabalhadores da cidade, os aposentados e a CUT. No início da década 1990 o CEDIP firmou um convênio com a ABVP. Segundo um relatório de avaliação do Centro, em agosto de 1992 foi realizado um curso de Comunicação Popular, que contou com a presença de 18 participantes e, após sucessivos contatos com a ABVP, foi aprovado o projeto de Videoteca, a partir do qual o CEDIP/ABVP colocava à disposição dos associados e entidades interessadas cerca de 40 títulos de filmes e documentários *alternativos*²¹⁸. A quantidade de vídeos aumentou bastante, pouco tempo depois. Em um folheto informativo do CEDIP, provavelmente de 1994, entre as atividades programadas para o ano seguinte estava a Videoteca Popular:

A Videoteca Popular constitui-se num dos projetos do CEDIP, em parceria com a ABVP. A Videoteca permite acesso à produção de vídeos alternativos, instrumento riquíssimo para ser utilizado em trabalhos de formação, caminhando rumo a democratização das informações. Diversas entidades da sociedade civil poderão ter acesso a Videoteca Popular: Movimentos populares e sindicais, Escolas, Universidades, Igrejas, Partidos Políticos, Clubes de serviços, etc.

O acervo contém mais de 70 títulos que abordam as mais diferentes problemáticas como: meninos de rua; violência urbana; meio ambiente; sexualidade; movimento negro; mulheres; história do movimento popular-sindical; entre outros.

O sistema de empréstimo funciona como nas videolocadoras. Para ter acesso às fitas da Videoteca Popular faça sua inscrição no CEDIP.²¹⁹

²¹⁷ Ibidem. A lista completa das fitas de vídeo encontra-se nos anexos.

²¹⁸ Relatório 1992-1995. A história do CEDIP. CEDOC, Arquivo do CEDIP. Grifo meu.

²¹⁹ O que é o CEDIP? Centro de Educação, Informação e Pesquisa. Organização Não-Governamental. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

Percebe-se que o intuito do convênio firmado entre o CEDIP e a ABVP era disponibilizar o material para democratização das informações aos vários segmentos da sociedade civil. As temáticas se expandiram para além dos mundos do trabalho e do sindicalismo, e passavam a discutir também problemas como a violência urbana, o movimento negro, o movimento das mulheres, a questão dos meninos de rua, meio ambiente e a sexualidade, ampliando os conhecimentos para diversas áreas. A forma de empréstimo, semelhante ao das videolocadoras, facilitava a circulação do acervo disponível.²²⁰

2.9 – O CEDIP e os movimentos de bairro em Criciúma

O trabalho de assessoria do CEDIP não se limitava ao movimento sindical. Embora esse fosse o principal interlocutor das atividades que o Centro realizava, os movimentos de bairro também faziam parte das demandas sociais da instituição na década de 1980. No dia 30 de agosto de 1986, o CEDIP promoveu um seminário no qual procurou avaliar “o movimento de bairro em Criciúma” e as tentativas de formar uma Federação ou União das organizações de bairro. O evento contou com a presença e colaboração dos assessores “Zanirati e Idiana, do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) de Porto Alegre”.²²¹

Do seminário participaram lideranças comunitárias de alguns bairros da cidade (Vila Manaus, São Francisco, Operária Nova, Vila Francesa, Ceará, São Sebastião e Vila Zuleima). Os trabalhos iniciaram com a apresentação dos participantes e em seguida foram apresentadas questões para reflexão e discussão em plenária: *Como se formaram as organizações de bairro?; O que estão fazendo e como foram as tentativas de formar a Federação das organizações de bairro?*²²²

Percebe-se, a partir da primeira discussão, que as organizações de bairro passaram por dois processos de criação. Algumas surgiram da ação de políticos, partidos ou do próprio Estado. Nesse processo, a entidade não nasceu da necessidade dos moradores, mas surgiu da necessidade de políticos, partidos e do Estado de controlá-las e usá-las em épocas eleitorais.²²³ Outros, foram criados a partir das reivindicações de moradores, das suas lutas por melhores condições de vida e da tomada de consciência. Nesse sentido, o depoimento de

²²⁰ Infelizmente, não consegui identificar nos arquivos do CEDIP a lista de títulos disponíveis na Videoteca Popular. Mas, é bem possível que grande parte desses vídeos fossem produções de diversos estados brasileiros que faziam parte do arquivo central da ABVP, em São Paulo.

²²¹ *Resultados do Seminário sobre Movimentos de Bairro*. Um relato das discussões e conclusões do Seminário promovido pelo CEDIP. p. 2. CEDOC. Arquivo do CEDIP.

²²² *Ibidem*.

²²³ *Ibidem*.

João Paulo Teixeira, morador e liderança comunitária da Vila Manaus desde o final da década de 1970, é bastante esclarecedor:

... eu vim morar aqui na Vila Manaus e as condições dessa comunidade eram extremamente precárias. Tinham em torno de 300 famílias, hoje são em torno de 940. Quando eu vim, no finalzinho dos anos 70, 79 início dos 80, tinham aqui em torno de 300 famílias, que viviam sem água, sem luz, sem estrada, sem ônibus, sem serviços nenhum, sem nenhuma atenção do Estado, do poder público principalmente municipal. (...) Bom, então eu atuava aqui na Vila Manaus, tinha um trabalho de motivação da comunidade, de organização da comunidade. Organizamos um grupo de jovens aqui, do grupo de jovens nós organizamos os grupos de reflexão que eles chamavam na época, hoje são grupos de família. Nos grupos de família, à luz do evangelho, também a gente refletia a problemática dirigida pela comunidade. Com isso, a comunidade foi despertando pra necessidade de se organizar. Surgiu ai a necessidade de a comunidade ter uma entidade que pudesse representar toda a comunidade independente de religião...²²⁴

As discussões do seminário também revelaram que já houve em Criciúma uma experiência anterior de Federação de Bairros. Era uma organização controlada pela prefeitura, na época dirigida pelo PDS. “A Federação não passava de um ‘aparelho’ usado pela prefeitura e pelo PDS para controlarem o movimento comunitário. Com a vitória do PMDB, nas eleições de 1982, extinguiu-se a Federação”.²²⁵

Nesse ponto, é importante se ter o cuidado para não reproduzir o discurso do CEDIP, já que não tive acesso a informações e fontes que esclarecessem o real contexto em que surgiu e se extinguiu a Federação de Bairros criada pela prefeitura do PDS. E, também, porque João Paulo Teixeira tende a supervalorizar, a partir da própria memória, a sua participação na organização sócio-política do bairro em que vivia, a Vila Manaus. Fazendo isso, deixou de ressaltar o papel de outros agentes na construção daquele momento histórico.

De volta ao seminário sobre movimentos de bairro, após um dia inteiro de reflexões, os participantes chegaram a uma conclusão unânime: tinham que se articular. Essa articulação deveria existir para que as organizações trocassem experiências sobre as formas de conduzir as lutas, discutindo a necessidade ou não de uma Federação ou União, o seu processo de construção e a unificação das lutas que já estavam acontecendo.²²⁶ Também foram discutidos critérios para a melhor articulação dos movimentos de bairro. Eram eles:

²²⁴ TEIXEIRA, João Paulo. Entrevista citada

²²⁵ *Resultados...* p. 4. O prefeito na época mencionada era Altair Guidi, derrotado nas eleições de 1982 por José Augusto Hülse do PMDB, que governou até 1988.

²²⁶ Idem, p. 5.

- a) Prática comum: Deve-se ter uma prática de construir o movimento, organiza-lo no dia-a-dia do bairro. A luta deve ser decidida e encaminhada com todos os moradores, criando formas de participação que possibilitem aos moradores assumirem a luta em suas mãos;
- b) Visão comum do movimento comunitário: Deve-se ter a visão de que o movimento comunitário não é só para reivindicar, mas também para transformar a sociedade. Deve-se ter a compreensão de que o movimento de bairro é independente e autônomo.²²⁷

Os critérios escolhidos estabeleciam alguns pontos que deveriam ser seguidos e pensados por todos os participantes do movimento. O movimento tinha, antes de mais nada, que ser autônomo e independente. E essa autonomia teria que ser construída no dia-a-dia dos bairros, com a participação coletiva dos moradores. A idéia era transformar a realidade na qual viviam e não apenas reivindicar melhorias urbanas. Essa transformação social passava pela concretização da Federação, na qual cada bairro, articulado com os demais, buscava a troca de experiências, as melhorias necessárias para uma transformação social mais ampla.

O CEDIP participava das articulações através dos seus trabalhos de assessoria, procurando contribuir para que a iniciativa tivesse sucesso. O seminário foi organizado nesse sentido, procurando contribuir para a organização e politização dos movimentos comunitários em Criciúma. Na avaliação do Centro, o evento alcançou um resultado satisfatório, ou seja, gerou discussões, troca de experiências e uma proposta de articulação em que os movimentos de bairro passariam a ter uma importância maior dentro dos movimentos sociais na cidade.²²⁸

O CEDIP desenvolvia atividades de educação popular envolvendo diversos bairros da cidade e planeja a apresentação do audiovisual desenvolvido pelo Centro sobre as condições de vida e saúde dos mineiros, passando de bairro em bairro, onde se encontrava grande concentração de trabalhadores.

Estamos apresentando este recurso pedagógico e na medida do possível formando GRUPOS DE DISCUSSÃO em vários bairros, principalmente nos que possuem grande concentração de mineiros. Pensando nisso, procuramos realizar em cada bairro, no mínimo, quatro reuniões. (...) Nos bairros onde não há concentração de mineiros, está sendo realizada uma única apresentação. (...) Para dar continuidade ao trabalho, pretendemos buscar articular os grupos de discussão formados com outros movimentos, qual seja, oposição sindical, Pastoral Operária e outros de luta em defesa da vida e por melhores condições de trabalho²²⁹.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem. Na avaliação do CEDIP e na avaliação dos demais integrantes do seminário, será que isso foi válido? Não cabe, nesse momento do trabalho uma resposta, mas acho importante o questionamento para que não se corra o risco de reproduzir o discurso do Centro.

²²⁹ Projeto de co-financiamento: Johan Konings/Bélgica. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

Percebe-se que o objetivo final desse projeto não envolvia apenas os grupos de discussão nos bairros. A idéia central era buscar ampla articulação dos movimentos populares, da Pastoral Operária, as oposições sindicais e outros setores que estivessem envolvidos na luta por melhores condições vida para os trabalhadores.

O conjunto do audiovisual era composto de 152 eslaides, acompanhado de fita cassete, com duração de 35 minutos. Trazia à tona a problemática vivida pelos mineiros da região sul de Santa Catarina, incluindo a degradação ambiental, as doenças e as péssimas condições de habitação e salário, resultantes da atividade de exploração do carvão. Nesse sentido, no lançamento do audiovisual, estiveram presentes vários mineiros da oposição sindical, membros da comissão de saúde, grupos de reflexão, Pastoral Operária e da Juventude e a Central Única dos Trabalhadores. Após a apresentação dos eslaides, ocorreu “um amplo debate”, “rico e participativo”, em que representantes de diversas comunidades se manifestaram em favor da apresentação do audiovisual. Entre os interessados, representantes do Rio Maina, São Simão, São Sebastião, Mina do Toco, Mina do Mato, Maria Céu, Próspera, entre outros.²³⁰

A exibição do audiovisual era feita em parceria entre o CEDIP e os interessados. O Centro oferecia o material de divulgação como convites e cartazes e as entidades copromotoras ficavam responsáveis pela divulgação nos bairros.²³¹ A articulação dos diversos segmentos no campo dos movimentos sociais passava também pelo trabalho de conscientização da opinião pública, que já vinha sendo realizado pelo CEDIP. Num relatório de atividades de fevereiro de 1985, percebe-se a preocupação que com relação à saúde dos trabalhadores. Entre as atividades previstas a curto prazo estava:

Projeto contra a pneumoconiose:

- formação de uma equipe técnicas e profissionais especializados;
- formação de monitores e agentes das comunidades (com a ajuda das associações de Moradores, Sindicatos e Pastorais Populares);
- trabalho de conscientização junto à opinião pública, mediante conferências, projeções de eslaides, etc.;
- trabalho de reivindicação e de combate á pneumoconiose, à insegurança do trabalho e á poluição em nível das empresas e autoridades competentes²³².

Mais uma vez, era assinalada nas intenções do CEDIP uma parceria entre os diversos atores sociais de Criciúma. A preocupação com a saúde dos trabalhadores e o trabalho de

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

²³² Projetos de trabalho e pedido de co-financiamento. Fevereiro de 1985. CEDOC, arquivo do CEDIP.

conscientização deveria ser desenvolvido em parte por monitores e agentes das próprias comunidades, mas contando com a ajuda das associações de moradores, sindicatos e Pastorais.

O aparato intelectual era apenas uma faceta do envolvimento do Centro com as organizações de bairro. A outra era o suporte logístico, os recursos materiais que o CEDIP disponibilizava para que as associações de bairro pudessem “caminhar com suas próprias pernas”, buscando informações e suprimindo as demandas conforme as necessidades. João Paulo Teixeira recorda a importância do Centro como aglutinador dos movimentos sociais em Criciúma:

...um papel fundamental, eu coloquei como papel fundamental porque o CEDIP durante um bom tempo foi uma referência pra todas as pessoas que atuavam no movimento social, sindical, pastoral, popular. Foi um espaço importante, teve um papel importantíssimo durante um bom período. Foi uma pena a gente não ter dado oportunidade àquele centro de formação e documentação popular, foi uma pena, mas ele contribuiu, ajudou, imagine só nós que atuamos no movimento popular, não temos estrutura nenhuma, não temos telefone à disposição, não temos microcomputadores, não temos nada. Na época era xerox, era copiadora, mimeógrafo. Naquele período, uns quinze anos para trás eram esses recursos que a gente usava muito, não tinha nada, tinha carência de material, de conteúdo mesmo para refletir e o CEDIP oportunizava isto, então se vinha um texto fazendo uma análise de conjuntura, se havia algum texto, algum intelectual que contribuiu com alguma coisa, por exemplo, na época da Teologia da Libertação – Leonardo Boff (...) então o CEDIP pegava este material, reproduzia e distribuía para as pessoas, distribuía para as lideranças. A gente tinha acesso a informações importantes e assim, no tempo presente, cada momento vinha uma contribuição.²³³

Atuação em movimentos populares não era fácil. A falta de estrutura física e material era obstáculo que atrapalhava a dinâmica e o bom funcionamento dessas organizações. Assim, o CEDIP era visto como a principal referência, pois, além de centralizar demandas, ainda disponibilizava recursos. Telefone, serviço de fotocopiadora, mimeógrafo, material para debate e análise de conjuntura, textos para reflexão, eram todos colocados à disposição, contribuindo de forma direta nas lutas sociais.

A participação do CEDIP nos movimentos comunitários não foi de todo pacífica. O principal problema apontado era uma inclinação do Centro para o lado sindical que, diferentemente das associações de moradores, já contava com uma estrutura para a realização de projetos. Era também um fator que facilitava a obtenção de recursos financeiros junto às organizações internacionais. João Paulo Teixeira falou de maneira clara sobre esse problema:

²³³ TEIXEIRA, João Paulo. Entrevista citada.

...antes de o CEDIP encerrar suas atividades eu me afastei. Eu e outras pessoas nos afastamos do CEDIP, porque a gente fazia uma idéia um pouco diferente do papel do CEDIP. Não sei se posso entrar já nessa história? A meu ver o CEDIP dava uma prioridade para o movimento sindical, embora os integrantes, as pessoas que faziam parte do CEDIP reconhecesse que não tivesse no movimento popular uma visão utilitarista e até reformista do movimento popular e principalmente do movimento (...) E nós então, que éramos um grupo de pessoas mais ligadas ao movimento popular fazíamos uma reflexão interna no CEDIP da necessidade do CEDIP também se voltar um pouco mais para os movimentos sociais, para os movimentos populares. Não que devesse abrir mão do movimento sindical, mas na mesma medida que atua no movimento sindical também atuasse, também tivesse aberto que permitisse influência do movimento popular dentro do CEDIP e isto não acontecia, pela razão muito simples: o movimento sindical tem uma estrutura, um aparelho que poderia permitir que o CEDIP contribuísse ou ajudasse no desenvolvimento do sindicato, do movimento sindical, enquanto que o movimento popular era o primo pobre da história, não tinha nada para oferecer. Tinham as pessoas que trabalhavam voluntariamente, como trabalhamos até hoje são 20 e tantos anos de luta e sempre fizemos trabalho voluntário, de extrair o resultado, a gente pode dizer que muita coisa tem por fazer, mas se deu o passo importante, eu analiso assim que a maior dificuldade do CEDIP foi não ter entendido a importância do movimento popular...²³⁴

Alguns pontos são bastante relevantes. A maior interação do Centro com os sindicatos levou à saída de alguns integrantes, entre eles João Paulo Teixeira, um dos sócios-fundadores. Esses conflitos revelavam a heterogeneidade que existiam entre seus integrantes, com evidente influência externa do movimento sindical na estrutura interna do Centro.

Essas constatações são confirmadas por José Paulo Teixeira, ex-presidente do Centro, no livro *Cidade Escola*. Ele afirma que entre 1983 e 1987 o CEDIP viveu sua “fase sindical”, confirmando o que foi destacado por João Paulo Teixeira. “Podemos dizer que este foi um período influenciado pelo ‘novo sindicalismo’, com o foco nas ações sindicais, motivo pelo qual algumas lideranças ligadas aos movimentos populares de bairro e pastoral se afastaram do Centro”.²³⁵

Entretanto, essa aproximação com o movimento sindical, principalmente com os mineiros, se dissolvida na medida em que disputas políticas internas do PT começavam a aparecer, a partir de 1988 – quando o partido elegeu seus primeiros vereadores em Criciúma.²³⁶

²³⁴ TEIXEIRA, João Paulo Teixeira. Entrevista citada.

²³⁵ TEIXEIRA, J. P. *Cidade Escola: encontro da Pólis com a Paidéia*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 109.

²³⁶ Essa discussão será desdobrada no capítulo 3.

2.10 – O CEDIP, a Igreja e os recursos financeiros

É muito clara a ligação do CEDIP, desde a sua fundação em 1983, com setores mais progressistas da Igreja Católica em Criciúma. Isso se explica em parte pela experiência de militância de grande parte de seus integrantes na organização dos movimentos sociais na cidade, a partir do final da década de 1970. Essa ligação possibilitou contatos com outros centros de educação popular e o intercâmbio de seus sócios, e favoreceu a captação de recursos do exterior. Os serviços de clipagem e informação, que geralmente envolviam o recorte diário de notícias de diversos veículos de comunicação de todo o país, e a produção de boletins e informativos do próprio Centro sempre traziam informações e notícias que envolviam a Igreja e a Teologia da Libertação.

Em 1984, quando o frei franciscano Leonardo Boff foi acusado de heresia pela Sagrada Congregação para a Doutrina e Fé (antigo Tribunal do Santo Ofício) no Vaticano, o CEDIP montou um dossiê contendo informações desde o início do processo até o seu desdobramento.²³⁷ Para a montagem do dossiê, o Centro se baseou em revistas e jornais de circulação nacional, como *Isto é Senhor*, *Veja*, *Folha de São Paulo*, etc.



Figura 9 – Capa do dossiê *Quem Tem Medo da Teologia da Libertação?*

Fonte: Arquivo do CEDIP – CEDOC. s/d

²³⁷ Leonardo Boff, um dos principais pensadores da Teologia da Libertação na América Latina, foi acusado de heresia e se defendeu das acusações no dia 7 de setembro de 1984. Na ocasião, o frei respondeu a questões relacionadas ao seu livro *Igreja, carisma e poder*, que, na visão do Vaticano continha mensagens subversivas e de fundo marxista. Quem o interrogou na ocasião foi o Cardeal Joseph Ratzinger, atualmente, Papa Bento XVI.

QUEM TEM MEDO da
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO?

DOSSIÊ
ELABORADO PELO
CE DIP - CRICIÚMA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR

ÍNDICE

PÁGINAS 1 a 9 - O Julgamento da Teologia da Libertação
10 a 15 - O Documento do Vaticano
16 a 26 - A Defesa da T.d.L. feita pelos próprios Teólogos
27 a 28 - O "braço-direito" do VATICANO
29 a 34 - A Posição de alguns Bispos
35 a 39 - A opinião (análise) de alguns intelectuais
40 - A posição do CONSELHO MUNDIAL das IGREJAS - CMI
41 - Após o julgamento: AGORA SE FALTA O POVO "JULGAR"...

Figura 10 – Sumário do dossiê *Quem Tem Medo da Teologia da Libertação?*
Fonte: Arquivo do CEDIP – CEDOC. s/d

As próprias colagens contidas na capa já respondiam à questão do título, ou seja, os mais preocupados com uma Igreja ligada “à esquerda” na América Latina eram o Papa João Paulo II, de um lado, e os Estados Unidos, de outro, representados pela águia. Abaixo da águia vê-se um guerrilheiro levantando uma arma, representando “as lutas contra a opressão e a miséria impostas pelas forças conservadoras e imperialistas aos latino-americanos” .

Outro exemplo de atividades em apoio aos ideais da Teologia da Libertação foi a campanha em favor do Prêmio Nobel da Paz para Dom Paulo Evaristo Arns, em 1989. No boletim *Movimento Vivo*, um artigo escrito por Nilzo Felisberto destaca esse propósito:

A poucos dias da escolha do prêmio Nobel da Paz de 1989, adeptos da candidatura de D. Paulo E. Arns continuam movimentando a campanha de apoio ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, pelo reconhecimento a seu trabalho permanente em defesa dos direitos humanos e da paz entre os povos da América Latina (...) Em Criciúma e região o movimento foi assumido e está sendo coordenado pelo CEDIP, que está mobilizando setores da Igreja, colégios e entidades de classe em torno de uma ampla campanha de coleta de assinaturas, cartas e moções de apoio. (...) Para nós, o Nobel da Paz para D. Paulo significa o fortalecimento de suas posições dentro da própria Igreja e uma resposta enérgica às constantes investidas dos conservadores e um não às violências praticadas contra os seres humanos, seja na forma de tortura, fome, desemprego, etc.²³⁸

Era uma campanha nacional, que envolvia diversos setores da sociedade como a própria Igreja, escolas e entidades de classe. Assumir a responsabilidade de organizar essa

²³⁸ Nobel da Paz para D. Evaristo. *Movimento Vivo*. n. 5, ano 1. Agosto/Setembro de 1989.

campanha em Criciúma significa que o CEDIP conseguia articular, de maneira eficiente, os vários segmentos do campo social e político da cidade que se identificavam com ele, servindo como um órgão central nessa campanha.

O auditório São José, anexo à Igreja Matriz de Criciúma era utilizado como espaço de discussão política na cidade. Quando ocorreram os primeiros debates, em 1989, sobre a nova Lei Orgânica de Criciúma, diversos setores dos movimentos sociais se juntaram para refletir sobre os destinos do município. Nessa ocasião, a imprensa noticiou:

O auditório São José, ao lado da Igreja matriz, será palco amanhã, das 08h30min as 12 h, da I Plenária Popular Pró Lei Orgânica de Criciúma. O evento que objetiva mobilizar as forças vivas do município preocupadas em garantir a participação popular na elaboração de novas leis que regerão os destinos de Criciúma, a partir do próximo ano, é promovido pelo Movimento Pró-Lei Orgânica, integrado pela sub-seção da OAB no município, Centro de Educação, Informação e Pesquisa CEDIP, Secretaria do Diocesano de Pastoral, FUCRI, Professores Associados do Sul Catarinense, Loja Maçônica Presidente Roosevelt n.2, Paróquia São José e Comissão Diocesana de Leigos.²³⁹

Fica evidente uma ampla articulação do Movimento Pró-Lei Orgânica com as diferentes “forças vivas” da cidade, dentre elas justamente o CEDIP e a Igreja, representada de maneira geral pela Paróquia São José. O principal objetivo era garantir a participação popular no debate sobre as leis que regem o município, por isso também a colaboração de setores da OAB.

Como resultado da primeira reunião, a Comissão Pró-Lei Orgânica encaminhou um documento ao presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal, Valberto Arns. A moção entregue pedia que as comissões elaborariam a Lei Orgânica ouvissem todos os interessados, como educadores, sindicalistas, economistas, movimentos populares. Pediram no documento que as sessões na Câmara fossem públicas e noturnas e também a presença de vereadores nos bairros para discutirem a questão.²⁴⁰

As principais fontes de recursos do CEDIP eram dois grupos católicos, um belga e outro holandês. Os recursos eram liberados mediante projetos que o Centro apresentasse e desenvolvesse na área de educação popular e formação sindical, que envolviam centenas de trabalhadores. Grande parte da estrutura do CEDIP foi montada na segunda metade da década de 1980, quando foi contemplado com a ajuda exterior por algumas vezes.

²³⁹ *Tribuna Criciumense*, 07/10/1989, p.1. Arquivo Histórico de Criciúma.

²⁴⁰ *Tribuna Criciumense*, 14/10/1989. p. 3. Arquivo Municipal de Criciúma.

A relação com outros centros populares também foi de suma importância para que os contatos com as entidades internacionais fossem bem sucedidos. Uma dessas instituições era o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), de São Paulo. De acordo com Dorval do Nascimento

... nós tínhamos um contato bastante próximo com o CPV de maneira especial com o centro popular (...) era quase que um modelo, eu creio e ao mesmo tempo um centro que também nos apoiava bastante, por exemplo, o contato que eu lembro, o contato para este financiamento externo por exemplo foi feito a partir do CPV e inclusive eu lembro quando veio o cheque administrativo em dólar do exterior, para nós trocar este cheque, nós trocamos em São Paulo a partir do contato do CPV, fomos no CPV, o CPV tinha um esquema com casa de câmbio, eles que encaminharam e fizeram todo este trâmite para nós, então a gente tinha uma proximidade muito grande com o CPV.²⁴¹

Percebe-se no depoimento de a rede de relações. Existia uma burocracia até que os valores chegassem à conta do CEDIP. O cheque administrativo, com valores em dólar só pôde ser trocado em São Paulo, em uma casa de câmbio que era de confiança do CPV, que foi quem fez todo o trâmite legal.

A Diocese de Tubarão também era um importante aliado do CEDIP na busca dos recursos para a realização dos seus projetos. Em carta enviada ao padre belga Johann Konnigs, em 20 de julho de 1984, o bispo diocesano de Tubarão, Dom Osório Bebbber, ressaltava a importância do Centro para o desenvolvimento da região:

Reverendíssimo Padre,

De posse de toda a identificação do CEDIP-Criciúma, venho, por meio desta carta, declarar a todas as pessoas ou Identidades que o desejarem que esta Organização é do meu conhecimento e funciona em Criciúma, município pertencente ao território da minha Diocese. Estou informado dos objetivos que se propôs e as descrições feitas conferem com a realidade de Criciúma.

A realidade carbonífera é tão lastimável e precária que tudo o que se puder fazer para minorar os males causados será um grande benefício para a comunidade.²⁴²

A carta fazia parte dos anexos do pedido de co-financiamento – provavelmente o primeiro que o CEDIP fez, já que fora criado em setembro de 1983 – e esse pedido de auxílio financeiro era de junho de 1984. Outro ponto relevante que se percebe no documento é a legitimidade que a Igreja dava ao trabalho que o Centro realizava até aquele momento. Como contribuía para a melhoria da realidade local, “lastimável e precária”, precisava ter continuidade.

²⁴¹ NASCIMENTO, Dorval. Entrevista citada.

²⁴² Projeto de co-financiamento Johan Konnigs/Bélgica. Anexo II. CEDOC, arquivo do CEDIP.

Em 1985, o CEDIP fez outro pedido de co-financiamento para continuar seus projetos; o resultado foi satisfatório. Segundo uma carta redigida pelo presidente José Paulo Teixeira à entidade financiadora, em 23 de maio de 1986: “Em primeiro lugar gostaríamos de comunicar-lhe nossa profunda gratidão pela contribuição que os amigos da Bélgica deram ao nosso Centro no ano de 1985. Graças à ajuda de vocês, o CEDIP pôde desenvolver várias atividades, uma vez que outras entidades financiadoras não haviam dado resposta ao nosso pedido de ajuda”.²⁴³

Com a ajuda, foi possível realizar alguns cursos de Educação Popular, elaborar um informativo do Centro, um audiovisual para a chapa de oposição sindical na categoria dos vestuaristas e calçadistas, além de um audiovisual sobre as condições de vida e trabalho dos mineiros da região carbonífera.²⁴⁴

A partir de 1986, uma entidade holandesa também passou a enviar recursos. Em 19 de novembro de 1985, foi firmado um contrato entre o CEDIP e a CEBEMO (organização católica para co-financiamento de programas de desenvolvimento), para o co-financiamento do projeto de trabalho do Centro. Em 20 de janeiro de 1986, foi repassada a quantia de CZ\$ 149.454,68 ao CEDIP²⁴⁵, o equivalente a cerca de 150 salários mínimos da época. Nos anos que se seguiram, mais alguns contratos foram firmados entre o Centro e o grupo holandês. Nilzo Felisberto relatou o apoio financeiro que obtiveram para desenvolver o projeto da Escola Sindical Mineira:

...após a eleição sindical, nós começamos a desenvolver um forte projeto, que se chamava Escola Sindical Mineira. A Escola Sindical Mineira era um projeto conjunto com o Sindicato dos Mineiros, fruto dessa vitória na eleição sindical, que era um projeto financiado por um organismo internacional da Holanda chamado CEBEMO. Era esse o financiamento, vinha destinado às atividades de formação para a categoria dos mineiros, mas sempre fazia intercâmbio com outras categorias sindicais.²⁴⁶

A eleição sindical a que Nilzo Felisberto se refere é a de 1986, quando a Chapa da Oposição Sindical Mineira foi vencedora.

Os recursos vindos da Holanda foram direcionados para a criação da Escola Sindical; entretanto, como salientou o entrevistado, o alcance do projeto acabou chegando a outras categorias, como vestuaristas e calçadistas.

Nas cláusulas de outro contrato de co-financiamento entre CEDIP e CEBEMO, assinado em setembro de 1988, fica evidente a ênfase no trabalho de educação popular-

²⁴³ Carta encaminhada à Wim Rock-Konings, 23 de maio de 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ Relatório Financeiro, CEDIP, 05 de maio de 1986. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²⁴⁶ FELISBERTO, Nilzo. Entrevista citada.

sindical direcionada aos mineiros. Além dos cursos de formação, o contrato também previa cursos de alfabetização e atividades culturais destinadas às mulheres dos mineiros e aos mineiros aposentados.²⁴⁷

Uma boa parte dos recursos previstos para serem repassados serviria para que o Centro se equipasse. Nesse sentido, estavam na lista para serem adquiridos um mimeógrafo à tinta, um videocassete Panasonic G-9, uma câmera de vídeo Panasonic G-5, bancos escolares e móveis. O restante serviria para pagar despesas com viagens de professores, ajuda de custo para monitores, despesas com fitas de vídeo (VHS), pagamento de funcionários e aluguel da sede. A quantia estimada no contrato era de Cz\$ 4.150.953,70, cerca 400 salários mínimos da época.

Quanto às pessoas que se dedicavam ao Centro e à realização dos seus projetos, algumas “vestiam a camisa” e “arregaçavam as mangas”, mas nem todos trabalhavam o tempo todo como voluntários, sem remuneração. Nos pedidos de co-financiamento sempre aparecem os gastos com recursos humanos. Em 1984, o CEDIP previa o trabalho de 3 pessoas, com dedicação integral. A cada ano que passava, o número de funcionários também aumentava. No pedido de co-financiamento dos anos 1988-1990, o CEDIP previa a contratação de 1 administrador, 1 coordenador de arquivo, 1 coordenador de imprensa, 1 auxiliar de documentação, 1 operador de equipamentos de imprensa, 1 datilógrafo e 3 monitores.²⁴⁸

Para que os recursos fossem liberados, o contrato previa algumas exigências que deveriam ser atendidas pelo CEDIP. Entre as condições gerais impostas pela CEBEMO estavam a apresentação de relatórios semestrais e um relatório final ao término do contrato, referentes à execução dos projetos; durante um período de dois anos após o término do financiamento, o Centro deveria ainda apresentar um relatório anual de suas atividades.²⁴⁹

Essas exigências significavam que mesmo após a perda de vínculo com o órgão financiador a entidade beneficiada continuaria seu caminho de atuação política. E foi o que aconteceu com o CEDIP até 1998, quando fechou de vez as suas portas. O que se pretendeu demonstrar até o momento foi a formação e a trajetória de militância política de um centro de educação popular na década de 1980. A auto-imagem construída pelo CEDIP em seu estatuto o descrevia como uma entidade civil, sem fins lucrativos, atuando independentemente de religião, partidos políticos e do Estado. Tais características foram

²⁴⁷ Contrato de co-financiamento CEDIP/CEBEMO, 1988. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²⁴⁸ Projeto de manutenção do CEDIP, 1988-1990. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

²⁴⁹ *Ibidem*.

ressaltadas por Maria da Glória Gohn, ao afirmar que a educação popular foi uma demanda presente em vários movimentos sociais organizados. A autora aponta ainda para a impossibilidade de um movimento social puro, homogêneo. Segundo ela: “Para nós, não existe movimento social puro, isolado, formado apenas de participantes populares, da base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo demandatário. Externos no sentido de pertencerem a outra categoria social, mas existe uma base de coesão ideológica comum que cria laços de afinidade e objetivos únicos”.²⁵⁰

As fontes levantadas indicam uma atuação conjunta do CEDIP com os movimentos de bairro, as Pastorais da Igreja, as oposições sindicais e o Partido dos Trabalhadores, funcionando como um órgão articulador desses movimentos, atendendo suas demandas, principalmente as de formação política e educação popular. Seria o Centro um projeto político de alguma corrente interna do PT? Os conflitos internos do PT refletiam no cotidiano de entidade?

A resposta é afirmativa para ambas as questões. Em primeiro lugar porque o grupo que fundou o PT em Criciúma, em 1981, foi o mesmo que articulou e formou o CEDIP, em setembro de 1983. O PT, em seu início, buscava inserção política e representatividade nos movimentos sociais²⁵¹, período em que as oposições sindicais ainda não haviam se constituído em Criciúma. Nesse contexto, o CEDIP, que centralizava as articulações políticas dos diversos movimentos sociais, passou a desenvolver projetos junto às oposições sindicais da cidade. As sucessivas vitórias dessas oposições a partir de 1985 foram fundamentais para o que viria em breve. Em 1986, com a vitória da Oposição Sindical Mineira, tanto o CEDIP quanto o PT assumiram uma função estratégica na política de Criciúma, pois passaram a desempenhar um papel de oposição muito forte aos grupos empresariais da região.

O PT ganhava espaço frente ao PMDB, até então o principal partido de oposição da cidade. Ao mesmo tempo, o CEDIP se estruturava a partir dos recursos financeiros recebidos para a realização de projetos, principalmente com a categoria dos mineiros, um forte reduto eleitoral do PT. Na medida em que o partido ia crescendo e o CEDIP cada vez mais centralizava as demandas de formação político-sindical da região, os conflitos também iam se tornando mais visíveis. Desse modo, ficou muito clara, tanto na documentação pesquisada, quanto nas entrevistas realizadas, uma disputa interna no PT, a partir de duas lideranças ou “correntes internas”: de um lado, os “intelectuais”, que atuavam no CEDIP e

²⁵⁰ Idem, p. 49-50.

²⁵¹ TEIXEIRA, J.P. *Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico*. Ed. Do autor, 1996. p. 24-25.

tinham como principal nome José Paulo Teixeira; de outro, o grupo “dos mineiros”, liderado pelo presidente do sindicato à época, José Paulo Serafim.

As disputas no PT se manifestavam com mais intensidade nos períodos eleitorais, e foram decisivas para a mudança de postura do Centro na década de 1990. Os projetos do Centro passaram por mudanças, deixando “de lado” o movimento sindical e se engajando mais nas atividades acadêmicas, intervindo inclusive na historiografia local, possibilitando outras leituras da cidade. Perceber os conflitos internos que envolviam o CEDIP e o PT, a mudança de foco das atividades do Centro na década de 1990, a sua interferência na historiografia de Criciúma e por que fechou as portas são questões que pretendo responder no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A “FASE ACADÊMICA” DO CEDIP: CONFLITOS INTERNOS E A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MILITÂNCIA NA DÉCADA DE 1990

Nas eleições municipais de 1988, Altair Guidi, do PDS, venceu com uma margem pequena de votos Eduardo Pinho Moreira, do PMDB, sendo novamente eleito prefeito de Criciúma. Na disputa para a Câmara Municipal, o PT elegeu 2 vereadores, na primeira vitória eleitoral do partido na cidade – José Paulo Teixeira e Antônio Sérgio de Lima, o Gringo.²⁵² Nesse contexto, José Paulo Teixeira afastou-se da presidência do CEDIP e passou a se dedicar ao mandato de vereador, coordenando a Comissão de Educação, Meio Ambiente e Cidadania da Câmara.²⁵³

O processo eleitoral de 1988 foi significativo na história do CEDIP, na medida em que as disputas internas se tornaram mais visíveis no Partido dos Trabalhadores. Tanto os petistas ligados ao Centro, quanto os militantes ligados ao movimento sindical, principalmente o mineiro, tinham projetos políticos bem definidos. O CEDIP possuía uma proposta de educação e formação político-sindical, adequando os trabalhadores à sua metodologia de atuação; e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma já estava bem estruturado desde a vitória da oposição sindical, em 1986. Essas disputas em torno de um projeto político no PT se consolidaram quando um representante de cada segmento se elegeu para a Câmara Municipal.

3.1 – As eleições municipais: o “senso comum” dos conflitos

Em um relatório de atividades do CEDIP é possível identificar, num pequeno histórico do Centro, os principais problemas enfrentados pela entidade em meados de 1988. A principal dificuldade relatada dizia respeito aos conflitos partidários e eleitorais que vieram à tona após as eleições. Como desdobramento desses conflitos, segundo o documento, várias iniciativas do CEDIP, como a Escola Sindical Mineira, cursos de formação e assessoria foram boicotados. Mesmo assim, o Centro continuou algumas atividades, apoiando a chapa de oposição dos servidores municipais, produzindo vídeos sobre o movimento operário-sindical mineiro, realizando a I e a II Semana da Memória Mineira e debates sobre as “esquerdas e a eleição presidencial de 1989”.²⁵⁴

²⁵² Dados do TRE, Eleições Municipais, Criciúma 1988. Diretório Municipal do PT de Criciúma.

²⁵³ TEIXEIRA, J. P. *Cidade Escola...*p. 109.

²⁵⁴ Relatório 1992-1995. CEDOC, Arquivo do CEDIP.

Parte desses conflitos mencionados nos relatórios do CEDIP talvez se explique pelo fato de que o grupo político a ele ligado não fosse maioria no PT. A tendência majoritária do Partido em Criciúma, a chamada *Articulação* era formada principalmente por mineiros ligados ao sindicato, presidido por José Paulo Serafim.

Diferentes projetos políticos para a cidade começavam a vir à tona. Na pesagem das propostas, a balança tendia ao lado sindical, que continuava ligado à pastoral popular, à “ideologia da mineração”²⁵⁵ e a uma estratégia de confronto mais direto quanto a capital e trabalho. No CEDIP, eram discutidas propostas ligadas a um projeto de diversificação social da economia, de cidadania, de autonomia, defesa do meio-ambiente e valorização da cultura e comunicação.²⁵⁶

Ainda hoje, passados alguns anos, percebe-se nas entrevistas com ex-integrantes do Centro que eram comuns os conflitos envolvendo o CEDIP e o Sindicato dos Mineiros. Nilzo Felisberto mencionou a eleição de 1988. Para ele, nos momentos eleitorais os antagonismos se tornavam latentes. Um exemplo diria respeito à utilização das verbas destinadas à Escola Sindical Mineira. Para ele, os mineiros possuíam uma concepção equivocada:

...eles tinham uma leitura equivocada. A atividade do CEDIP, os recursos vindos para o CEDIP, como esses recursos eram destinados a uma Escola de Formação Mineira, e os mineiros tinham uma forte vinculação com o Partido dos Trabalhadores, alguns achavam que a gente deveria disponibilizar aqueles recursos também para outras atividades, não exclusivamente para a Escola, então havia um conflito muito grande nesse sentido realmente.²⁵⁷

As divergências internas do PT de Criciúma envolvendo mineiros e membros do CEDIP acabavam respingando nos projetos que o Centro desenvolvia com o sindicato. Nilzo Felisberto afirmou que a oposição ao grupo político vinculado ao Centro não se dava mais apenas no partido, nas instâncias partidárias; segundo ele, ela teria começado “a se dar ao nosso formato de formação”, “por que o pessoal do CEDIP pôde produzir esses cursinhos de formação e nós do próprio Sindicato não podemos chamar fulano de tal para dar um curso para nós?”²⁵⁸

²⁵⁵ A idéia de “ideologia da mineração” foi defendida por José Paulo Teixeira em seu livro *Os Donos da Cidade*. Para ele, a relação entre mineiros e mineradores seguia uma lógica de interesses. Partindo da realidade de que a indústria carbonífera era subsidiada pelo estado e, tinha o Estado como o principal consumidor, ambos jogavam para obterem vantagens classistas. Mineiros pressionavam os mineradores para obterem melhores salários, que, por sua vez pressionavam o Estado para que aumentasse o preço do carvão, a fim de repassá-los aos trabalhadores.

²⁵⁶ TEIXEIRA, op.cit. p. 110.

²⁵⁷ FELIZBERTO, Nilzo. Entrevista citada.

²⁵⁸ Ibidem.

Dorval do Nascimento revelou que para ele a grande contradição do Centro era a se ver como uma entidade autônoma, suprapartidária, mas ao mesmo tempo extremamente comprometida com o PT. Disse que o apoio dado a José Paulo Teixeira, na eleição de 1988, por integrantes do CEDIP, foi motivo de constantes críticas por parte de outros setores do Partido dos Trabalhadores. Segundo Dorval, “setores do PT que eram nossos adversários viam o Centro muito mais como um aparelho de apoio da nossa corrente, em especial do Zé Paulo Teixeira, do que como um Centro efetivamente de assessoria popular”.²⁵⁹

Outro problema apontado por ele, com relação à disputa interna do partido era que, muitas vezes, essas tensões atingiam o conjunto das pessoas que atuavam no CEDIP. Ele revelou que havia na instituição pessoas que não tinham afinidade política com o grupo ligado a José Paulo Teixeira e que por isso às vezes acabavam “discutindo, reclamando, debatendo este tema”.²⁶⁰

Giani Rabelo foi mais enfática ao descrever os conflitos envolvendo o PT em Criciúma. Para ela, na medida em que o partido foi se fortalecendo na cidade é que “começam os atritos com o Movimento Sindical”, e, junto com eles, as dificuldades em levar adiante alguns projetos do CEDIP. Segundo ela, havia claramente duas grandes lideranças dentro do PT naquela época, o “Serafim e o Zé Paulo Teixeira”.²⁶¹ E esse binômio estava muito claro na maneira de se proceder dentro do partido, ou seja, “para muitos, era ganhar a eleição independente da forma, e para nós [grupo ligado ao José Paulo Teixeira] não, se é para fazer a mesma coisa, então pra que a gente está aqui?”. O objetivo, segundo Giani, era o mesmo, “mas o jeito de alcançar esse objetivo era visto de forma diferente e a gente começou a se desentender”.²⁶²

João Paulo Teixeira, um dos fundadores do PT em Criciúma e ex-integrante do CEDIP e da Pastoral Operária, lembrou que a idéia inicial era “a de um partido de massas, aberto, plural, que garantisse a diferença de opinião. Isso era uma defesa dentro do PT, aliás, no começo do PT, existiu um debate, uma reflexão muito forte, muito grande porque ele se organizava em correntes internas”. O objetivo de um partido como o PT, segundo João Paulo Teixeira “era a transformação, a mudança da sociedade, era a inversão de valores, a distribuição de renda, distribuição de riquezas, salário justo”. Entretanto, esses ideais de transformação da sociedade foram aos poucos sendo substituídos por uma idéia de “calendário eleitoral”, ou seja, o partido em Criciúma, a partir das primeiras vitórias em 1988,

²⁵⁹ NASCIMENTO, Dorval. Entrevista citada.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ RABELO, Giani. Entrevista citada.

²⁶² Ibidem.

passou apenas a se concentrar no planejamento eleitoral, gerando uma série de conflitos internos no partido²⁶³.

Na eleição de 88, por exemplo, João Paulo Teixeira, ao mencionar as vitórias dos candidatos do PT a vereador na cidade, deixa muito claro o antagonismo que passou a existir a partir daquela eleição em diante. “O primeiro a se eleger foi o José Paulo Teixeira, como vereador, e o Antônio Sergio de Lima, o Gringo. O Zé Paulo, ligado a nós, ao CEDIP, o pessoal, fruto da caminhada de lutas, e o Gringo fruto do ‘esquema’ do Zé Paulo Serafim”.²⁶⁴ Entretanto, ele não mencionou que no meio da “caminhada de lutas” estavam os mineiros, estava o Serafim e que foi, portanto, nesse processo que tanto o CEDIP quanto o Sindicato dos Mineiros se estabeleceram como forças políticas na cidade.

Se por um lado o Centro era acusado de aparelhar e favorecer o grupo político ligado a José Paulo Teixeira, nada mais “natural” que o sindicato também fosse acusado, por pessoas ligadas ao CEDIP, de uso da máquina sindical para a “construção de um projeto político pessoal do Serafim”.²⁶⁵

Em relação ao conteúdo das entrevistas, algumas considerações são importantes, como o lugar de onde os entrevistados falam. Todos eles fizeram parte do CEDIP e eram filiados ao PT; conseqüentemente, embora trabalhassem em conjunto com Sindicato dos Mineiros, eram de uma ala do partido ligada a José Paulo Teixeira. Talvez por esse motivo, todos mencionaram que as disputas partidárias atrapalhavam o bom andamento da relação CEDIP/Sindicato dos Mineiros.

Outro ponto relevante é que em todas as entrevistas, a eleição de 1988 aparece como um momento em que as disputas ficaram claras. . Nesse sentido, ao apresentarem suas versões da história, os entrevistados isentavam seus companheiros do CEDIP e de parte do PT de qualquer culpa relacionada a brigas e desentendimentos partidários. Ou seja, para ele, os causadores de transtornos foram, na sua grande maioria, pessoas do grupo político ligado ao Sindicato dos Mineiros e a seu presidente, José Paulo Serafim.

Quando os entrevistados mencionaram os conflitos existentes no PT, ficou clara a divisão de grupos. De um lado, “os intelectuais do CEDIP”, centralizadores das demandas de formação político-sindical na cidade; de outro os “trabalhadores”, na sua maioria mineiros que recebiam a formação. Entretanto, o não-dito traz uma série de revelações. Por exemplo, o

²⁶³ TEIXEIRA, João Paulo. Entrevista citada.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Ibidem. As entrevistas que realizei foram todas com pessoas que fizeram parte do CEDIP e do PT de Criciúma. Infelizmente, não consegui concretizar entrevistas com pessoas ligadas ao Sindicato dos Mineiros para ouvir o outro lado da história. Nesse caso, algumas investidas foram feitas a fim de entrevistar José Paulo Serafim, mas o máximo que consegui foi uma conversa sem o registro em fita magnética.

apoio dado pelo CEDIP às oposições sindicais possibilitou que os sindicatos passassem a se tornar mais autônomos, após as vitórias eleitorais. Desse modo, criavam certa independência das propostas do Centro, questionando inclusive algumas atividades que eram realizadas em conjunto. A independência da direção sindical mineira em relação ao Centro trazia também ao PT uma concepção e uma estratégia de luta diferente, vistas pelos “intelectuais” como equivocadas. Por esse motivo talvez é que os mineiros fossem acusados de boicotar as atividades que o CEDIP realizava em conjunto com o seu Sindicato.

As entrevistas não revelam o lado positivo desses conflitos. Até 1986, a única opção política “mais à esquerda” na cidade era o PMDB; após 1988, o PT passou a ter um importante papel de oposição na cidade. E a consolidação do partido em Criciúma passou pela articulação dos movimentos sociais no final da década de 1970. Nesse sentido, os entrevistados tendem a supervalorizar o próprio papel político; mas o processo de construção de uma forte oposição na cidade na década de 1980 foi fruto de uma caminhada conjunta de movimentos de base, oposições sindicais e intelectuais do CEDIP.

Ao que tudo indica, foram os constantes embates entre tendências do PT que fizeram com que o CEDIP trilhasse outros caminhos a na década de 1990. Nesse sentido, a partir de 1991, o Centro tomou iniciativas para de profissionalizar suas atividades e dialogar com outros setores da sociedade civil. Contando com um grupo de voluntários, deslocou seus projetos da área sindical para o setor da comunicação popular e dos debates políticos.²⁶⁶

Antes de retornar às atividades sob uma “nova roupagem”, o Centro passou por um período de grandes dificuldades. Entre os principais problemas apontados encontram-se a substituição das pessoas que estavam à frente da entidade, o esgotamento do financiamento internacional e a inviabilização de novos projetos, a saída de funcionários (pois o CEDIP não tinha mais como pagá-los) e a redução da contribuição dos sócios. Em face desses problemas, o Centro fechou as portas durante alguns meses em 1990. Em outubro do mesmo ano, um novo grupo do CEDIP contratou um funcionário para trabalhar durante meio período, recebendo dos sócios meio salário mínimo. A partir daí, houve uma renovação das pessoas atuantes no Centro e novas equipes de trabalho foram reorganizadas.²⁶⁷

Na transição de 1990 a 91, algumas atividades foram desenvolvidas. As oficinas de comunicação, os debates sobre ética e democracia, os seminários sobre alfabetização e o

²⁶⁶ TEIXEIRA, op. cit, p. 111.

²⁶⁷ Avaliação CEDIP, sem data. CEDOC, Arquivo do CEDIP. Muitos dos antigos fundadores do Centro pararam de atuar por opções pessoais. Nesse contexto, outras pessoas passaram a fazer parte e a se dedicar ao CEDIP, fazendo com que o Centro exercesse atividades até o final da década de 1990, quando fechou de vez.

Mercosul e a criação da ACAP – Associação Criciumense de Acompanhamento Parlamentar foram resultados de um esforço conjunto nessa nova fase.²⁶⁸

É importante perceber que foi a partir dessas mudanças – tanto de ação quanto de relações – que o CEDIP passou a se auto-representar como ONG (Organização Não-Governamental).²⁶⁹ Pela ótica da sociologia, é justamente a partir da idéia de refluxo e do processo de institucionalização dos movimentos sociais no final dos anos 1980 que uma série de ONGs passaram a ser criadas. Segundo Paulo Meksenas, o processo e a dinâmica das lutas no seio do capitalismo contribuíram, em muitos casos, para a institucionalização dos movimentos sociais que se converteram em organizações não-governamentais. Noutros contextos, ocorreu o contrário: questões e temas das lutas sociais foram propostos pelas ONGs e, posteriormente, encampadas por movimentos sociais.²⁷⁰

Para Giani Rabelo, ex-integrante do CEDIP, o termo passou a fazer parte dos discursos do Centro a partir de meados dos anos 90. Disse não lembrar com exatidão quando isso começou, mas se recordou de uma reunião em que “nós, membros do CEDIP, expressamos nossas dúvidas sobre essa denominação e, na ocasião, o Zé Paulo Teixeira explicou o porquê e o que isso significava”. Segundo ela, ser uma ONG naquele momento significava ter um novo status, ou seja, uma outra identidade, com possibilidades de maior articulação e reconhecimento. “Fomos assimilando essa nova denominação sem muita discussão e ela passou a fazer parte das nossas falas naturalmente”.²⁷¹

O Centro se “modernizou”, buscou um “novo status”. Não poderia mais ser aquela entidade de assessoria político-sindical, restrita às lutas sindicais e à conquista dos trabalhadores da década de 1980. Teria então que se expandir, buscar outros parceiros na sociedade civil e profissionalizar suas ações. A dialética dos conflitos entre trabalhadores e patrões, observados nos discursos do CEDIP na década de 1980, foi substituída pela idéia de “cidadania cultural”, e questões ligadas ao meio-ambiente passaram a fazer parte do cotidiano e da nova identidade da instituição.

²⁶⁸ TEIXEIRA, op. cit., p. 113.

²⁶⁹ Não é objetivo desta dissertação fazer uma discussão sobre o significado e o papel das ONGs. Entretanto, o conceito aqui utilizado é entendido no seu contexto específico, a partir do que foi ressaltado por Giani Rabelo em entrevista a mim concedida em 23 de abril de 2006.

²⁷⁰ MEKSENAS, P. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 153.

²⁷¹ RABELO, Giani. Entrevista citada.

3.2 – O Núcleo de Estudos da Cidade e a revista *Retratos da Cidade*.

Em dezembro de 1994, foram realizadas duas assembléias para decidir o futuro do CEDIP. Na primeira, foi organizado um grupo de trabalho que ficou responsável por apresentar novas propostas para o Centro. Buscavam-se alternativas para o projeto ou, como “alguns desejavam, declarar sua inviabilidade”.²⁷² O grupo se reuniu e na segunda assembléia apresentou a proposta de criação do Núcleo de Estudos da Cidade. Desse modo, o CEDIP continuaria como uma entidade mediadora e mantenedora, em nível institucional, de diversos projetos que envolvessem o Núcleo recém-criado. Embora houvesse os que enfatizassem as dificuldades históricas e as políticas do Centro – motivo pelo qual sugeriram a “morte” do CEDIP – na assembléia final, a maioria dos presentes decidiu pela continuidade da instituição.²⁷³

O Núcleo de Estudos da Cidade surgiu como o principal projeto do CEDIP e como um espaço interdisciplinar para a troca de informações, conhecimentos, experiências e desenvolvimento de novos projetos relacionados à cidade. Os novos integrantes do Centro entendiam a cidade “como um lugar privilegiado para a criação, ampliação e conquistas de direitos, ou seja, pensavam a cidade a partir da cidadania”. Por esse motivo o conceito foi escolhido como uma categoria estratégica nos estudos do Centro, tendo em vista “a construção da cidade e da cidadania democrática”.²⁷⁴

Mas o que significava *cidadania* naquele momento? Para Maria Célia Paoli, desde a década de 1980, o conceito ocupa um dos centros de pensamento social e político brasileiro. A autora aponta que a noção retalhada de cidadania passou a pautar um primeiro desafio histórico, a passagem das formas recorrentemente autoritárias de governo para uma democracia ampliada. E que também define a tragédia do processo neoliberal em curso que visa a desregulamentação público-estatal da economia de mercado, cujo funcionamento, agora cada vez mais livre de limitações públicas, aprofunda e sedimenta os mecanismos de exclusão social e política tradicionalmente presentes na história da modernização do país.²⁷⁵

Desse modo, a palavra *cidadania* passou a circular como expressão conotativa de civilidade e integração social, e, portanto, aparecendo como uma alternativa de segurança e ordem, incapaz de ser fornecida pelos tradicionais modelos autoritários e policiais de concepção e ação sobre problemas sociais, gerando, na opinião pública, uma demanda por

²⁷² TEIXEIRA, op. cit. p. 115.

²⁷³ Idem, p. 116.

²⁷⁴ O que é o CEDIP? Panfleto informativo, 1994. CEDOC, arquivo do CEDIP.

²⁷⁵ PAOLI, M. C. op. cit., p. 376.

responsabilidade apenas secundariamente dirigida ao governo. De fato, essa demanda foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra *solidariedade* tornou-se no senso comum a disposição altruísta de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, quase um sinônimo de *cidadania*²⁷⁶

De fato, foi o que aconteceu. Os discursos de enfrentamento entre capital e trabalho, os pronunciamentos inflamados das campanhas eleitorais nos sindicatos, um linguajar simples e direto, uma leitura das relações sociais pela ótica marxista e os cursos de formação político-sindical nos moldes das cartilhas da CUT desapareceram do “novo” CEDIP. O contexto de privatizações e o desmonte do complexo carbonífero que fez diminuir consideravelmente o número de mineiros, o rompimento de acordos para projetos com o sindicato da categoria – resultantes dos conflitos internos no PT –, o fim dos financiamentos internacionais, o uso da “nova” terminologia (ONG), juntamente com a renovação dos integrantes foram fatores essenciais para esse novo discurso sobre cidadania.

A influência acadêmica foi outro fator que redefiniu a nova fase do CEDIP. No início da década de 1980, quando o Centro se constituiu, apenas seu principal articulador, José Paulo Teixeira, possuía curso superior – era formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Os demais integrantes eram, em sua maioria, jovens estudantes secundaristas num contexto de abertura política, fim da ditadura, formação do PT, “novos movimentos sociais” e do “novo sindicalismo”. Passados doze anos, muita coisa mudou, muitos daqueles secundaristas já freqüentavam cursos de pós-graduação. Por tal motivo é que o Núcleo entendia-se como um “espaço interdisciplinar”, e seu discurso também se tornava mais “profissional”, menos militante. Entre os fundadores do Núcleo observa-se os seguintes nomes e formação: Alcides Goularti Filho, economista e mestrando em geografia na UFSC; Carlyle Bezerra de Menezes, engenheiro de minas; Giani Rabelo, assistente social e mestranda em educação na UFSC; Heraida Cyrelli Paupp, assistente social; José Paulo Teixeira, sociólogo e mestrando em sociologia política na UFSC; Lucy Cristina Ostetto, historiadora e mestranda em História na UFSC e Márcia Fantin, antropóloga e doutoranda em antropologia na USP.

Nessa nova fase, os membros do Núcleo de Estudos da Cidade passaram a se reunir a cada quinze dias na sede do CEDIP ou em “algum lugar previamente combinado”. Formado em 1994, o Núcleo tinha como principais projetos para 95: a organização de um banco de dados com informações (teses, monografias, dados, livros, recortes, vídeos) e toda a literatura

²⁷⁶ Idem, p. 377.

sobre a questão da cidade, especialmente Criciúma e região; o lançamento dos *Cadernos da Cidade*, em que seriam publicados artigos, ensaios, sinopses, resenhas dos integrantes do Núcleo e de outros pesquisadores; e, por último, a realização do 1º Ciclo de Debates sobre a Cidade, previsto para novembro, quando Criciúma “completará 70 anos de emancipação política”, reunindo pesquisadores e estudiosos sobre a questão da cidade.²⁷⁷

Essa outra leitura da realidade, feita por um CEDIP mais acadêmico, observava a “cidade como *locus* principal da invenção democrática”; para os seus integrantes, era necessário “pensar a cidade para construir cidadanias”. Tinham em mente que o país se tornaria diferente quando as cidades deixassem de ser meros municípios ou divisões administrativas do estado e se tornassem – mais do que “um espaço de exploração e acumulação de riquezas com base na violência contra o meio ambiente e exclusão dos direitos a cidadania – a base de um projeto nacional alternativo, justo e democrático”.²⁷⁸ A revista *Retratos da Cidade*, lançada em 1995, nos traz fortes indícios dessa nova fase que o Centro construiu na década de 1990, marcando definitivamente a sua “fase acadêmica”.

3.2.1 – Uma revista e a nova face do CEDIP

Em 1995, foi lançado o primeiro número de *Retratos da Cidade*: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade–CEDIP. Os textos reunidos na revista eram “recortes” de pesquisas, monografias e projetos defendidos “por membros do Núcleo e foram escritos para subsidiar outros pesquisadores, agentes públicos e cidadãos interessados em pensar a cidade para além de seus contornos territoriais e do imaginário das elites locais”.²⁷⁹

Possuía um Conselho Editorial e uma Comissão de Redação. O primeiro era formado pelos seguintes nomes: Alcides Goularti Filho, Carlyle B. de Menezes, Giani Rabelo, Glády M. de Carvalho, Heraida Raupp, José Paulo Teixeira, Julio César Pujol, Lucy Ostetto, Magali Montagner, Márcia Fantin, Maria Rocha e Maris Densk. Na Comissão, se repetiam os nomes de, Alcides, Giani, José Paulo, Julio César e Maria Rocha compunham a Comissão.

Os seis artigos que totalizavam a revista foram escritos pelos integrantes do CEDIP/Núcleo de Estudos da Cidade e tratavam de temas como a diversificação econômica da região sul, a eco-mineração, as questões que envolviam o poder local e as elites e a idéia de cidade. O conceito de cidadania, tão debatido pelos integrantes do Centro naquele momento,

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ TEIXEIRA, op.cit. p. 117.

²⁷⁹ *Retratos da Cidade*: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP. Número 1, Criciúma, 1995. A revista não passou do primeiro número.

era um ponto central de discussão nos artigos que, fragmentos de monografias, dissertações e teses, limitavam o alcance do grande público, por possuírem um linguajar “rebuscado” e demasiadamente acadêmico.

3.2.2 – *Os artigos: uma síntese dos debates contemporâneos da cidade*

O texto produzido por Márcia Fantin, “Nos labirintos da cidade”, era um fragmento de seu projeto de doutorado em curso na USP. A autora propunha “olhar a cidade nas suas entranhas, colocando o foco nos que fazem e constroem a cidade, nos usos de seus espaços, nas relações estabelecidas entre os vários atores da cidade, nos significados emergentes”. Para ela, a cidade não deveria ser olhada na sua totalidade. Era necessário recortá-la e “escolher entre as encruzilhadas e labirintos do viver na cidade buscando perceber a circularidade cultural presente nos diferentes espaços”.²⁸⁰ No artigo, não aparecem nomes, não existem homens nem mulheres, apenas reflexões teóricas sobre o lazer – “fragmento da cidade” escolhido pela autora para tecer seus comentários baseados em diversos teóricos sobre o assunto.

Seguindo a mesma reflexão, há o artigo de Lucy Ostetto, “Criciúma: cidades ocultas para além da capital do carvão”. A autora fez uma breve reflexão sobre as maneiras possíveis de se ver a realidade. Para ela, “novos olhares sobre a cidade nos permitem enxergar além do concreto armado, além dos restos de pirita deixados por um capitalismo insano; além do real aparente”. Lucy Ostetto sugere que somente um estudo em que se queira “enxergar a pluralidade e a diversidade que compõe este espaço da cidade levará em conta as histórias dos bairros e mais: o cotidiano vivido pelas famílias de mineiros que estão excluídos deste discurso e desta história”.²⁸¹

Já Alcides Goularti Filho escreveu “As articulações urbano-industriais do setor do vestuário na região carbonífera”. O texto parte de sua dissertação de mestrado em geografia na UFSC, procura demonstrar o processo de diversificação econômica pelo qual passou o sul catarinense a partir de meados da década de 1970, destacando a indústria do vestuário como uma das que mais absorveu a mão-de-obra na região, por conta do declínio da principal atividade, a mineração.

²⁸⁰ FANTIN, M. Nos labirintos da cidade. In: *Retratos da Cidade: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP*. Número 1, Criciúma, 1995. p. 7-8.

²⁸¹ OSTETTO, L.C. Criciúma: cidades ocultas para além da capital do carvão. In: *Retratos da Cidade: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP*. Número 1, Criciúma, 1995. p. 25-26.

Giani Rabelo completou a análise de Alcides Goularti no que se refere à indústria do vestuário. Em seu artigo, a autora discutiu a modernização tecnológica implantada na indústria têxtil do sul do estado. Para ela, a modernização tecnológica seria “tanto a introdução de máquinas de base microeletrônicas, quanto a organização da produção e gestão do trabalho”. E, nesse contexto, cria-se um cenário confuso em que, de um lado, os empresários discursam sobre a modernidade em busca de uma empresa enxuta, com trabalhadores polivalentes e flexíveis; e de outro, trabalhadores com baixos salários, ritmo intensificado, más condições de trabalho, sem direitos trabalhistas e desvinculados do movimento sindical.²⁸²

“Modernidade, ética e eco-mineração”, de Carlyle Menezes, é uma discussão em torno de valores éticos em que “a qualidade vida dos trabalhadores, de suas famílias e da comunidade sejam objetivos centrais onde devam estar fundamentados todo o desenvolvimento da sociedade”.²⁸³ O artigo, assim como os demais da revista, também é um fragmento. Era parte da monografia do autor, que seria apresentada no curso de especialização em Qualidade e Produtividade, na UNISUL de Tubarão. Fica evidente em seu texto a importância do tema; em outras palavras, ao analisar o contexto econômico e ambiental da região sul de Santa Catarina, após dezenas de anos de atividades de mineração concluiu: “constatamos a falta de planejamento e definição de políticas públicas consistentes para o setor, numa região onde os níveis de degradação ambiental e de desemprego, estão entre os piores do país”.²⁸⁴ Ao denunciar a degradação provocada pela mineração, Carlyle trazia à tona questões relacionadas ao meio-ambiente que, na década de 1980 não faziam parte do discurso do CEDIP.

Por último, o texto que encerra a revista, de autoria de José Paulo Teixeira. É sem dúvida o artigo mais denso, pois, como expôs o próprio autor, são “breves anotações teóricas e metodológicas”. O foco central de sua análise gira em torno das “percepções e significados de poder e de local”. O autor utilizou-se de modelos explicativos da sociologia e classificou o poder local em três divisões: o poder político, o poder social local e o poder econômico. Desse modo, para ele, as elites se utilizam dessas várias formas de poder para se perpetuarem como grupos mandatários na cidade. Em contrapartida, é por causa dessa concepção elitista que, “em dados momentos históricos, surgem do interior da sociedade civil atores emergentes,

²⁸² RABELO, G. O trabalho arcaico no moderno mundo da moda: In: *Retratos da Cidade*: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP. Número 1, Criciúma, 1995. p. 21-24.

²⁸³ MENEZES, C. T. B. de. Modernidade ética e eco-mineração. In: *Retratos da Cidade*: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP. Número 1, Criciúma, 1995.p. 19.

²⁸⁴ Idem, p. 18.

isto é, indivíduos e grupos sociais que passam a reivindicar e/ou conquistar parcelas de poder social, são os movimentos sociais”. São, portanto, o outro sujeito coletivo da história de nossas cidades e do país.²⁸⁵

As mudanças que ocorreram ao longo da história do CEDIP não foram apenas resultados de conflitos e disputas partidárias que se explicitaram no final da década de 80. Elas expressam também as próprias alterações que estavam em curso na cidade de Criciúma. Assim sendo, os artigos publicados em *Retratos da Cidade* discutiam os problemas que o município estava enfrentando em meados da década de 1990.

A nova filosofia do CEDIP, baseada no debate interdisciplinar, também aparecia de maneira bastante clara. Criciúma, naquele momento, não era mais a “capital do carvão”, a exploração do mesmo estava em declínio, outras indústrias começavam a ganhar espaço, fazendo com que a economia local se diversificasse. Nesse contexto, os “olhares” sobre a cidade também se modificavam e o discurso ambiental da ECO Rio-1992²⁸⁶ começava a ganhar espaço nos debates, fazendo com que o próprio CEDIP deixasse de ser uma entidade de assessoria popular-sindical para se tornar uma ONG.

Outro fator importante presente na revista é a idéia de maturidade de seus integrantes. Se nos anos 80 a militância e a vontade de “mudar o mundo” serviam de motor para o jovem grupo de assessores e formadores políticos, na década seguinte muitos desses participantes já haviam constituído família, já eram profissionais bem sucedidos e “pesquisadores”. Muitos deles freqüentavam cursos de pós-graduação, fazendo da razão a ferramenta de suas análises. As críticas à nova realidade pela qual Criciúma estava passando eram muito mais fundamentadas em leituras e pesquisas e muito menos militante e emotiva como nos “tempos da abertura democrática”.

3.3 – Os artigos do *Jornal da Manhã*: um espaço de pensamentos do CEDIP

Entre 1995 e 97, os debates em torno da realidade local e nacional promovidos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Cidade/CEDIP começaram a ganhar as páginas do *Jornal da Manhã*, de Criciúma. Sempre publicados aos sábados, os artigos escritos por

²⁸⁵ TEIXEIRA, J. P. Percepções e significados de poder e de local. In: *Retratos da Cidade*: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP. Número 1, Criciúma, 1995. p. 27-31.

²⁸⁶ Segundo José Paulo Teixeira, entre 1990 e 1991 o CEDIP profissionalizou suas atividades. Deslocou o eixo de atuação da área sindical para o setor da comunicação popular e debates políticos. Nesse período, o CEDIP sediou e contribuiu na criação da ACAP (Associação Criciúmensense de Acompanhamento Parlamentar) e alguns de seus integrantes estiveram representados nos fóruns da ECO-92 e na articulação das ONGs que começam a surgir nesse período. TEIXEIRA, J.P. *Cidade...*p. 111.

integrantes e colaboradores do Núcleo traziam uma série de discussões e textos de opinião sobre educação, meio-ambiente, política e economia. Muitas dessas opiniões, assim como estavam expressas em *Retratos da Cidade*, traziam consigo os frutos de pesquisas acadêmicas que alguns autores já haviam concluído. As opiniões estampadas nas colunas também complementavam os debates já publicados pela revista, com algumas vantagens: por serem publicadas em um periódico de grande circulação na cidade, os artigos tinham um alcance de leitores muito maior e a linguagem era muito mais simples que a do academicismo demonstrado em *Retratos da Cidade*, embora as temáticas fossem praticamente as mesmas.

Entre os debates publicados estava a série de artigos de economia, escritos por Alcides Goularti Filho, que nessa altura já havia concluído seu mestrado em geografia na UFSC e trabalhava como professor na UNESC e na UNISUL. O colunista propunha discussões de âmbito geral, como o neoliberalismo, a desvalorização cambial, a globalização e suas influências na economia local, finanças municipais, taxas de juros, etc. Também publicava opiniões sobre a diversificação econômica da região sul do estado relacionada principalmente à crise do setor carbonífero e à expansão da indústria têxtil.

O autor criticou a maneira pela qual os empresários da região se relacionavam com a crise do setor carbonífero. Segundo ele, no contexto de crise que se alastrava durante os anos 90, “era comum ouvir dos empresários que Criciúma passava pela pior crise econômica e de que a crise na região era maior do que a nacional”. Segundo Alcides Goularti, “tudo isso não passou de balela, pois a crise não foi atípica em Criciúma”.²⁸⁷ Conclui o artigo afirmando que a diversificação do parque industrial do sul catarinense soube muito bem administrar a crise a partir de 1988. Para o economista, o que entrou em crise foi “um modelo baseado no corporativismo empresarial, que assaltava constantemente os cofres públicos e que chorava suas mágoas junto aos sindicatos e à imprensa. Carvão, no molde como vem sendo explorado é coisa do passado”. E segue, “ainda bem! Pena que muitos ainda insistem em associar a imagem de Criciúma ao carvão. Não tem problema, afinal, saudosismo é saudável”.²⁸⁸

Dessa maneira, o CEDIP/Núcleo de Estudos da Cidade, na figura de seus integrantes, contribuía para o debate em torno das transformações econômicas e sociais pela qual Criciúma e a região sul atravessavam. As colunas também serviam como um contraponto ao discurso “oficial” que era proferido pelo empresariado, além de ser um espaço em que o CEDIP podia tornar público seus debates internos, expressando suas opiniões e reflexão sobre a cidade, principal tema de discussão da ONG.

²⁸⁷ FILHO, A.G. Carvão é coisa do passado. *Jornal da Manhã*, 27/28 de janeiro de 1996. p. 2.

²⁸⁸ Ibidem.

Acompanhando os problemas locais, uma das colunas fazia um balanço sobre “a velha tática dos mineradores”, e relacionava o discurso do empresariado com problemas referentes à questão ambiental. A realidade em questão dizia respeito às localidades de Morro Albino e Morro Estevão, áreas de proteção ambiental e que possuíam reservas para extração de carvão. Nessa disputa havia o seguinte dilema: gerar empregos ou degradar ainda mais o meio ambiente? Ou eram garantidos 480 empregos com a abertura de novas minas na região, ou era garantida a sobrevivência de 1100 famílias habitantes da região. Em 1996, numa votação histórica na Câmara Municipal, ficou decidido que a área ficaria sob intervenção da lei. Desse modo, conclui o artigo, “não podemos continuar fazendo o jogo dos mineradores. Devemos lutar pela qualidade de vida e gerar empregos menos degradantes”.²⁸⁹

O artigo explicitava um posicionamento muito claro por parte do autor e do CEDIP, do qual era integrante. Eram colocadas em evidência as discussões atuais que o Centro realizava, ou seja, aspectos que envolviam a questão ambiental e um “contra discurso” ao do empresariado local, sugerindo e se colocando a favor da diversificação econômica da região e de novas possibilidades para a cidade.

Outros colunistas também contribuía para o debate sobre o meio ambiente. Em um dos artigos, Maria Inês da Rocha indagava se a qualidade ambiental era viável. Seu texto, produzido no contexto da Quinzena do Meio-Ambiente da FUCRI/UNESC, trazia uma série de questionamentos. Para a autora, “muito nos preocupa esta passividade ou quase completa inércia da coletividade diante de problemas ambientais de tamanha envergadura”. Destacou a falta de perspectivas de soluções por parte do poder público e, mediante essa realidade, expôs a idéia de um projeto coletivo planejado e “gestado, que aponte para um futuro mais promissor”. Citou uma série de “bons exemplos” dos que atuavam em Criciúma com perspectiva, entre eles o Movimento no Morro Estevão, a própria Quinzena do Meio Ambiente da FUCRI/UNESC, a Semana de Meio Ambiente da Prefeitura e a Mostra Ecológica do SESC.²⁹⁰

O CEDIP/Núcleo de Estudos da Cidade estendia o debate sobre as questões ambientais para além das fronteiras da cidade. Em uma das colunas, um colaborador do Centro, Oswaldo Sevá Filho, do departamento de energia da UNICAMP, contribuiu com um “olhar de fora” para as discussões da realidade local. O professor da Universidade de Campinas alertava para os danos causados por anos de atividades extrativas na região sul de Santa Catarina, que traziam como resultado a “crise da água potável para o consumo e

²⁸⁹ FILHO, A.G. A velha tática dos mineradores. *Jornal da Manhã*, 20/21 de julho de 1996.

²⁹⁰ ROCHA, M. I. Qualidade ambiental: uma proposta viável? *Jornal da Manhã*, de 08 de julho de 1996. p. 2.

agricultura”. Para o estudioso, “córregos sumiram, apareceram outros; lagos ácidos e sem vida surgiram e ficaram por entre as pilhas de montes cônicos (deixado pelo monstro chamado Marion)²⁹¹ e por entre as pirâmides de rejeitos da lavagem do minério: – eis o resultado de décadas de mineração de carvão”. Alertava para o aumento da acidez da água e do solo. Encerrou o seu artigo avisando que “se tais riscos não forem combatidos já, não há futuro para a vida humana digna em várias porções deste ainda maravilhoso sul catarinense”.²⁹²

Além dos debates mais abrangentes sobre economia e meio ambiente, algumas colunas também serviam como espaço de divulgação e autopromoção do CEDIP e do Núcleo de Estudos da Cidade. Dois artigos de Giani Rabelo chamam a atenção. Um deles, chamado “Videoteca Popular”, destaca o Centro como uma ONG que durante um longo tempo desenvolveu “atividades voltadas para o estímulo ao exercício da cidadania e de formação político-cultural dos homens e mulheres a nível local e regional”.

A autora destacou que um dos principais projetos desenvolvidos naquele momento pelo CEDIP, em parceria com a ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular, era a Videoteca Popular, em funcionamento desde 1993. Segundo ela, a idéia central da videoteca era “auxiliar e reforçar a democratização da informação e da comunicação”. Ao final do artigo, Giani indicou o endereço do CEDIP e os horários em que os vídeos poderiam ser emprestados.²⁹³

O segundo artigo da autora, intitulado “Os donos da cidade”, fazia referência a um livro recém-lançado, “no último dia 28”. Tratava-se, na verdade, de uma resenha, na que a autora apenas ressaltava as qualidades da obra. Entretanto, o que chama a atenção é a autopromoção e a divulgação feitas por Giani. Segundo ela, o Núcleo de Estudos da Cidade, com o apoio da editora Insular, lançou na Fundação Cultural de Criciúma o livro intitulado *Os donos da Cidade*, de José Paulo Teixeira²⁹⁴.

Algumas observações sobre esses dois artigos são importantes. As palavras *cidadania*, *ONG*, *formação político-cultural* indicavam a nova faceta que o CEDIP estava assumindo. A profissionalização de suas atividades e projetos estava presente no discurso de que não havia mais espaço para a “luta de classes”, muito menos para a militância política de “outros tempos”. Tudo agora girava em torno da construção da cidadania no “democrático espaço das cidades”. Em segundo lugar, o “selo” do Núcleo de Estudos da Cidade no lançamento de um

²⁹¹ *Marion* é a máquina gigantesca que era utilizada na remoção de terra para a lavra de carvão, em minas a céu aberto.

²⁹² FILHO, O. S. Riscos coletivos e ambientais na região do carvão. *Jornal da Manhã*, 10 de agosto de 1996. p. 2.

²⁹³ RABELO, G. Videoteca popular. *Jornal da Manhã*, 06 de abril de 1996. p. 2.

²⁹⁴ RABELO, G. Os donos da cidade. *Jornal da Manhã*, 01 de dezembro de 1996. p.2.

livro sobre Criciúma indicava a “maturidade” do CEDIP, ao mesmo tempo em que também colocava o Centro na rota de produção de novos conhecimentos no campo das ciências sociais em Santa Catarina. A obra de José Paulo Teixeira se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a região sul do estado. Aliás, *Os Donos da Cidade* foi o primeiro de muitos trabalhos acadêmicos publicados por ex-integrantes do CEDIP, obras que serviram para renovar a historiografia local e para que novos pesquisadores fizessem uma outra leitura da “ex-capital brasileira do carvão”.

3.4 – A “fase agônica do Centro”: o encerramento de uma trajetória

A segunda metade da década de 1990 foi um período marcado pelos embates em torno do fechamento do CEDIP. Dificuldades financeiras para manter a estrutura material e pessoal, redefinição de prioridades de vida e refluxo nos movimentos sociais da cidade foram alguns dos fatores que interferiram profundamente nos rumos do Centro. Existiram, por outro lado, alguns esforços para que as atividades continuassem: o pagamento de mensalidade por parte dos sócios, ou a montagem de um sebo, aos sábados, na Praça Nereu Ramos, para arrecadar alguns recursos. As reuniões não eram mais para “discutir a vida do CEDIP, mas sim para discutir a morte, como é que iriam fazer para fechar, porque é fácil abrir uma instituição, mas para fechar é complicado”.²⁹⁵

Na memória das pessoas que ficaram até o “apagar das luzes”, o CEDIP não era mais uma entidade de luta política, ele se tornou um grande problema a ser resolvido, ou, como diriam os entrevistados, “um estorvo”. Sem dinheiro em caixa nem para pagar as contas básicas como o aluguel da sede e as contas de luz, só restava uma alternativa: fechar as portas definitivamente. Mas, ao se resolver um problema, outro se criava. O que fazer com todo o material e acervo de anos? Afinal, tudo que ali estava arquivado fazia parte da história dos movimentos sociais da cidade, da história da própria instituição e das pessoas que nela atuaram.

Até chegar onde se encontra hoje, o material do CEDIP foi guardado em diversos lugares. Parte do maquinário como mimeógrafo e filmadora foram vendidos para pagar os aluguéis atrasados. Nessa altura, parte do núcleo inicial do CEDIP, como José Paulo Teixeira e Márcia Fantin, já estavam em Florianópolis; do grupo que ficou até o final, algumas pessoas

²⁹⁵ RABELO, Giani. Entrevista citada.

já estavam trabalhando na UNESCO, o que foi muito importante para que toda aquela documentação não se perdesse.

Alcides Goularti Filho, professor do curso de economia da UNESCO, casado com Giani Rabelo, também professora na mesma instituição, conta como foi a aventura para salvar a maior parte daquele acervo. “Nós tínhamos consciência de que aquele material não podia se perder, então levamos tudo para a praia do Rincão, na casa da minha sogra, ficou tudo lá. Colocamos em baixo das camas, nos armários, só que tivemos que tirar de lá”.²⁹⁶

Da praia do Rincão, o material seguiu para a “escolinha do Ceará”, bairro da cidade, e por lá permaneceu um tempo. Toda a situação de “empurra-empurra” tornava-se cada vez mais complicada, pois corria-se o risco de perder grande quantidade de documentos. “No final, o CEDIP tava agonizando, esperneando, era um estorvo”.²⁹⁷ Foi então que, mediante um ato de doação, toda a documentação escrita e audiovisual foi entregue à UNESCO. O material em vídeo, resultado do convênio que o CEDIP tinha com a ABVP, se encontra na videoteca da UNESCO. Os documentos oficiais, folhetos, jornais sindicais, fitas brutas, documentários produzidos pelo Centro, clipagens de jornal, dossiês e projetos encontram-se no CEDOC (Centro de Documentação), ligado ao departamento de história da UNESCO, e está à disposição de estudantes e pesquisadores.

Penso que a tentativa e o êxito em “salvar” a documentação tenha sido uma das mais importantes contribuições que o CEDIP deu à sociedade, na medida em que grande parte da história dos movimentos sociais de Criciúma no período de abertura política encontra-se nos seus arquivos.

Produzida no “calor da hora”, essa documentação escrita e visual forma um rico acervo sobre a recente história social da cidade. Material que possibilitou a escrita desta dissertação, que pretendeu contar a trajetória do CEDIP como um agente histórico, percebendo que as transformações que ocorreram em Criciúma também influenciaram as suas práticas de atuação. Foram essas pessoas – com qualidades, defeitos, ambições, sonhos, utopias, mas, acima de tudo pessoas que estavam em constante conflito de idéias – que tornaram o Centro uma realidade. E mais, suas práticas moldaram uma essencial porta de entrada para a compreensão e reconstrução de um pequeno fragmento da história político-social da ex-capital nacional do carvão.

²⁹⁶ GOULARTI FILHO, Alcides. Entrevista concedida em 16/03/2005.

²⁹⁷ Ibidem.

3.5 - Qual autonomia?

O CEDIP se dizia uma entidade civil de caráter público, sem fins lucrativos, sendo uma associação autônoma politicamente, atuando independente de partidos políticos, igrejas, estado ou empresas. A idéia inicial da entidade era ser uma espécie de núcleo central que desse conta das possíveis demandas que teriam os movimentos sociais que se organizavam em Criciúma.

Partindo desse contexto, a idéia de autonomia tão destacada pela instituição em seus documentos me parece bastante discutível. Como ser autônoma, por exemplo, se vários integrantes militavam ao mesmo tempo dentro do PT, da CUT ou em movimentos de bairro? Como ser autônoma, se grande parte do financiamento que manteve o Centro nos anos 80 vinha de grupos católicos da Bélgica e da Holanda? Se o CEDIP era autônomo, por que em momentos de eleição, como em 1988, por exemplo, integrantes do Centro disputavam espaço político dentro do PT? Afinal, de que autonomia se fala?

Era uma autonomia ressaltada nos discursos, mas que na prática estava longe de acontecer. Pode até ser que num contexto político de fim de regime autoritário a idéia de autonomia tivesse uma conotação de mudança, de algo novo, autônomo no sentido de ser independente ao que estava colocado na arena política até então. Entretanto, o CEDIP possuía integrantes dos diversos segmentos (partido político, igreja, movimentos de bairro, CUT, sindicatos) o que tornavam as relações em alguns momentos foscas. Não havia uma independência de fato, o CEDIP precisava de movimentos para atender e criar demandas de formação político-sindical, para documentar atividades e ampliar sua rede de relações. Precisava da igreja para legitimar sua função social de entidade vinculada aos “de baixo” e conseguir financiamento para se manter; precisava do PT para eleger representantes na esfera pública municipal. O contrário também valia. As oposições sindicais venceram várias eleições, em parte, graças um trabalho de assessoria oferecido pelo CEDIP; movimentos de bairro produziam material informativo devido à estrutura que o CEDIP disponibilizava. Era uma via de mão dupla, uns dependiam dos outros.

A autonomia destacada nos documentos do CEDIP só se consolidava em termos discursivos, na prática ela não existia, o que percebi foi uma circulação de pessoas, projetos e interesses políticos que se misturavam nas diversas esferas, fosse no CEDIP, nos sindicatos, na CUT ou dentro do PT, fazendo dessa autonomia, algo apenas aparente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, em 2004, quando comecei de fato a ter um contato mais direto com meu objeto, percebi o quão distante estava dele. Nas primeiras visitas aos arquivos e no manuseio da documentação, aquela montoeira de papel não fazia o menor sentido ainda. Foi então que comecei a formular algumas perguntas, na medida em que me familiarizava, cada vez mais, com o acervo do CEDIP. Acredito que consegui responder uma boa parte dos questionamentos.

O primeiro deles foi descobrir quem eram as pessoas que criaram aquele Centro. Na medida em que as informações iam se cruzando e se complementando, percebi que se tratava de jovens estudantes secundaristas à época, ligados aos movimentos de Pastoral da Igreja Católica. Eles atuaram em Criciúma no período de abertura política, a partir de 1979, e alguns anos mais tarde já participavam também do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores. As entrevistas que realizei deram destaque a um nome em especial, como sendo o idealizador do CEDIP, José Paulo Teixeira, que cursava Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina.

A idéia de criar um Centro de assessoria era bem característico daquele momento histórico, sendo assim, o CEDIP foi pensado e fundado em 1983, tendo como referenciais o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), de São Paulo, e o Instituto Vianey, de Lages.

Outro ponto que permeou toda a dissertação foi a observação de quais eram as principais atividades que o CEDIP realizara ao longo de seus anos de atuação. No início, o Centro apoiou e participou ativamente na consolidação da vitória de algumas chapas de oposição sindical da cidade, com destaque para a dos vestuaristas e mineiros. Nessas ocasiões, o CEDIP ofereceu cursos de formação política a dirigentes, organizou publicações sindicais como o informativo dos vestuaristas, *O Carretel*, e o *Jornal do Sindicato dos Mineiros*, além de ter oferecido um curso fundamental para a vitória dessas oposições: um intensivo para que fossem evitadas as fraudes nas eleições sindicais.

O CEDIP também articulou, em conjunto com o Sindicato dos Mineiros, a criação da Escola Sindical Mineira, em 1987, projeto que visava oferecer formação política ao conjunto das lideranças mineiras e de outras categorias de trabalhadores da região. Grande parte dos recursos que o Centro recebia para realizar seus projetos vinha de organizações internacionais, como a CEBEMO (Organização Católica para Co-Financiamento de Programas de Desenvolvimento), da Holanda, e de um grupo católico belga, intermediado pelo Padre Johan

Konnigs, contando também com apoio da Diocese de Tubarão, da qual Criciúma fazia parte. Parte desses financiamentos serviu para que o CEDIP contratasse funcionários de expediente, pagasse seus sócios-colaboradores, comprasse uma série de equipamentos (como filmadora, máquina fotocopadora, livros e material de expediente), trouxesse palestrantes e professores de fora da cidade para oferecer cursos e mantivesse uma sala alugada no centro da cidade.

Outro aspecto que percebi ao longo da pesquisa foi a suposta idéia de *autonomia*, ressaltada a todo o momento pelo CEDIP. Nesse sentido, as fontes indicam justamente o contrário. Elas revelam que existia uma estreita ligação do Centro com os movimentos de bairro, Igreja, sindicatos e, principalmente, com o Partido dos Trabalhadores. A idéia era que a entidade funcionasse como um articulador desses setores populares, atendendo suas demandas, principalmente as de formação política e educação sindical, ao mesmo tempo em que também oferecia infra-estrutura material para atuação desses movimentos.

Foi importante perceber se o CEDIP fazia parte de um projeto político, de alguma corrente interna do PT de Criciúma, e se os conflitos gerados no interior do partido refletiam no cotidiano do Centro. A resposta afirmativa vale para as duas questões. Primeiro, porque o grupo que fundou o PT na cidade em 1981 foi o mesmo que articulou e formou o CEDIP em setembro de 1983. O partido, no seu início, buscava inserção política e representatividade nos movimentos sociais, período em que as oposições sindicais ainda não haviam se constituído em Criciúma. Nesse sentido, o CEDIP, que centralizava as articulações políticas dos diversos movimentos sociais, passou a desenvolver projetos com as oposições sindicais da cidade. As vitórias sindicais, a partir de 1985 com os vestuaristas, foram fundamentais para o que viria em breve. Em 1986, com a Oposição Sindical Mineira no comando do sindicato, tanto o CEDIP quanto o PT assumiram uma função estratégica na política de Criciúma, pois passaram a desempenhar um papel de oposição muito forte aos grupos empresariais da região.

O PT passou então a ampliar seu espaço de atuação frente ao PMDB, até então o principal partido de oposição da cidade. Ao mesmo tempo, o CEDIP se estruturava e já realizava uma série de atividades em conjunto com os mineiros, forte reduto eleitoral do PT. À medida em que o partido crescia e o CEDIP cada vez mais centralizava as demandas de formação política da região, os conflitos também se tornavam mais visíveis. Desse modo, ficou evidente uma disputa interna no PT a partir de duas correntes internas: de um lado, os “intelectuais” que atuavam no CEDIP, sendo seu principal nome José Paulo Teixeira; de outro, o grupo dos “mineiros”, liderado pelo presidente do sindicato, José Paulo Serafim.

As disputas internas do PT de Criciúma tiveram como marco as eleições municipais de 1988; de acordo com as fontes pesquisadas, isso resultou na mudança de posição do CEDIP

na década seguinte. Como desdobramento desses conflitos, várias iniciativas do CEDIP, como a Escola Sindical Mineira, cursos de formação e assessoria foram boicotados. Em grande parte da documentação levantada e das entrevistas que realizei, esses conflitos envolvendo CEDIP e Sindicato dos Mineiros foram ressaltados.

Ao que tudo indica, foram os constantes embates entre as tendências do PT que fizeram com que o Centro trilhasse outros caminhos a partir da década de 1990. Desse modo, tomou iniciativas no sentido de profissionalizar suas atividades e dialogar com outros setores da sociedade civil. Contando com um grupo de voluntários e novos integrantes, o CEDIP deslocou seus projetos da área sindical para o setor da comunicação popular e debates políticos.

Ao assumir essa nova faceta, tinha também que criar uma nova identidade, deixando de lado seu passado recente de Centro popular-sindical. Tornou-se uma Organização-Não Governamental (ONG) e, como bem ressaltou Giani Rabelo, ex-integrante do CEDIP, ser uma ONG naquele momento significava ter um “novo status”, ou seja, uma outra identidade, com possibilidades de maior articulação e reconhecimento dos vários segmentos da sociedade civil.²⁹⁸

Na nova fase, o conceito de cidadania passou a fazer parte do discurso do CEDIP, que tornava-se mais “acadêmico”. Um dos projetos em que se observou de forma clara essa mudança foi à criação do Núcleo de Estudos da Cidade, um espaço de discussões interdisciplinares, onde seus integrantes passaram a discutir a cidade por um viés mais teórico. Os resultados desses debates podem ser vistos na revista *Retratos da Cidade* e nos artigos publicados semanalmente no *Jornal da Manhã*, entre os anos de 1995 e 1996. Parte dessa mudança se explica também pelo fato de que, nos anos 80, a militância e a vontade de “mudar o mundo” serviam de inspiração para o jovem grupo de assessores do CEDIP, mas, nos anos 90, parte deles constituiu família e começou a trabalhar em suas áreas específicas de formação.

Também foram observadas nos discursos do Centro as transformações pelas quais Criciúma estava passando. Se na década de 1980 o discurso de enfrentamento entre “trabalhadores” e “patrões” se configurava como linguagem corrente nas lutas sociais, refletindo no próprio discurso da entidade, a partir dos anos 90, com o desmonte do complexo carbonífero e a redução no número de trabalhadores, questões voltadas à diversificação econômica e meio ambiente passaram a fazer parte da ordem do dia. Assim, o CEDIP passou

²⁹⁸ RABELO, Giani. Entrevista citada.

a ver a cidade como um possível campo de disputas e de busca incessante por direitos sociais, ou seja, era um espaço para se construir *cidadania*, conceito difundido naquele momento.

Por fim, além de tentar responder algumas questões que foram levantadas ao longo de todo o trabalho, esta pesquisa procurou contribuir com algumas reflexões referentes a um período muito recente da história de Criciúma. O que tentei fazer foi observar as mudanças ocorridas na cidade, através da trajetória de atuação do CEDIP, percebendo o Centro como um local de constantes disputas políticas que se refletia em outros setores de atuação desses mesmos personagens. Se obtive êxito nessa tentativa, é o (a) leitor(a) quem irá julgar.

REFERÊNCIAS

Lista de Fontes

Florianópolis

Biblioteca Pública do Estado

Diário Catarinense:

15/05/1986, 16/05/1986, 21/05/86, 23/05/86, 24/05/86

Jornal de Santa Catarina

27/01/1989

A Notícia

27/01/1989, p.07.

Criciúma

Câmara Municipal de Criciúma:

Livro Ata da 68ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de setembro de 1980.

Arquivo Histórico Municipal

Tribuna Criciumense.

07/10/1989, p. 1, 14/10/1989, p. 3.

“A velha tática dos mineradores”. *Jornal da Manhã*

20-21/07/1996.

“Qualidade ambiental: uma proposta viável?” *Jornal da Manhã*

08/07/1996, p. 2.

“Riscos coletivos e ambientais na região do carvão”. *Jornal da Manhã*

10/08/1996, p. 2.

“Os donos da cidade”. *Jornal da Manhã*

01/12/1996, p.2.

Diretório Municipal do PT

Atas de reuniões internas dos anos 1983, 84, 86 e 87.

Dados do TRE, Eleições Municipais, Criciúma 1988.

Centro de Documentação/Unesc-Arquivo do CEDIP

Ata da Pastoral da Juventude, 1979.

Nota de Apoio da Pastoral Operária. 17 de fevereiro de 1982.

Carta de Joinville.

II ENCLAT: Resoluções finais.

O Carretel, n.1, dez. 1985.

O Carretel: Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário de Criciúma/SC. n. 3, jun. 1986.

O Carretel, nº 4, ago. 1986.

O Carretel, nº 7, ago. 1987.

O Carretel, nº 9, dez. 1987.

Dossiê CBCA 1ª parte, 1987.

Ata de fundação do CEDIP.

Estatutos do Centro de Educação, Informação e Pesquisa.

Boletim Informativo UCES, n. 0, 1982.

Nota de esclarecimento, UCES.

Aluna expulsa volta às aulas, panfleto assinado pela UCES.

Projeto Escola Sindical Mineira.

Jornal dos Mineiros, n. 3, mar. 1988.

Boletim da Oposição, n. 1, jan. 1988.

De Olho Na Urna, textos de apoio, n. 2. 13 de Maio/NEP (Núcleo de Estudos Populares).

Convite aula inaugural da Escola Sindical Mineira.

Informativo CEDIP, n. 10, ano 3, abr. 1987.

Outras Palavras. Informativo produzido pelos participantes do Curso de Imprensa Sindical, , n. 1, 17 de maio de 1987.

Avaliação CEDIP, s/d.

Projeto de formação sindical. Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma/SC. CEDIP – Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma/SC, 1988-1989.

Programa de Formação dos Vestuaristas e Calçadistas. Ficha do Curso Introdutório.

Catálogo de audiovisuais, CEDIP, 1986.

Projetos de Trabalho e Pedido de Co-Financiamento. Fev1985.

Projeto de manutenção do CEDIP, 1988-1990.

Acervo de fitas VHS.

Relatório 1992-1995. A história do CEDIP.

O que é o CEDIP? Centro de Educação, Informação e Pesquisa. Organização Não-Governamental.

O que é o CEDIP? Panfleto informativo, 1994.

Resultados do Seminário sobre Movimentos de Bairro. Um relato das discussões e conclusões do Seminário promovido pelo CEDIP.

Projeto de co-financiamento: Johan Konings/Bélgica.

Projeto de co-financiamento Johan Konings/Bélgica. Anexo II.

Carta encaminhada à Wim Rock-Konings, 23 de maio de 1986.

Projetos de trabalho e pedido de co-financiamento. Fev. 1985.

Dossiê *Quem tem medo da Teologia da Libertação*. s/d.

“Nobel da Paz para D. Evaristo”. *Movimento Vivo*. n 5, ano 1, ago/set1989.

Relatório Financeiro, CEDIP, 05 de maio de 1986.

Contrato de co-financiamento CEDIP/CEBEMO, 1988.

Projeto de manutenção do CEDIP, 1988-1990.

Retratos da Cidade: caderno de artigos e pensamentos do Núcleo de Estudos da Cidade-CEDIP. n. 1, Criciúma, 1995.

Entrevistas

Dorval do Nascimento. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2004.

Giani Rabelo. Entrevistas concedidas em 16 de março de 2005 e 23 de abril de 2006.

Nilzo Felisberto. Entrevista concedida em 17 de março de 2005.

João Paulo Teixeira. Entrevista concedida em 17 de setembro de 2005.

Alcides Goularti Filho. Entrevista concedida em 16 de março de 2005.

Bibliografia

AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Florianópolis. 1991. 312f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARNS, O. (org). *A semente deu bons frutos: Criciúma 1880-1980*. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Criciúma, 1985.

ARTURI, C. S. Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T.; FRY, P. (orgs). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1996.

BOITO JR, A. (org). *Reforma e persistência da estrutura sindical brasileira*. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

BOSI, E. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz/ Editora da USP, 1987.

CAMPOS, E. C. de. *Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea-Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis. 2003. 214 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CARDOSO, R. C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, p. 17.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

COSTA, Marli de Oliveira. *Artes de viver: recriando e reinventando espaços – memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera Criciúma (1945/1961)*. Florianópolis, 1999. 206f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUNHA, M. C. P. (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ANPOCS, c1995.

ECKERT, C. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS*. Porto Alegre, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. Florianópolis, 1992. 200f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

FONTES, P. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo. In: *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

GARRIDO J. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/FAPESP/ANPUH/CNPq, v. 13, n. 25 e 26, set. 1992/ago. 1993.

GOULART FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULART FILHO, A; JENOVEVA NETO, R. *A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASMANN, S. J. (orgs). *Desenvolvimento e conflitos no meio rural*. Florianópolis: Insular, 2005.

HALL, M. M. História oral: os riscos da inocência. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, J. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEE, Kyu Yeon. *Tesouro brasileiro – Democracia: uma construção popular (1974-1984)*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

LEMONS, G. P. *Mineiros e sindicalistas em Criciúma: a greve de 1952*. Florianópolis, 2004. Trabalho de conclusão de curso (História). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

LOPES, J. B. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, B. *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

LUDVIG, V. C. *Pão e poesia: a canção na luta popular em Brusque dos anos 80 a 95*. Florianópolis, 2001. 222 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANFREDI, S. M. *Formação sindical: a história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro 1955-1988. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEKSENAS, P. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Fábio Farias. O carvão catarinense e o planejamento estatal. In: FILHO, A. G. *Ensaio sobre a economia sul-catarinense*. Criciúma: UNESC, 2003.

MOURA, A. C. *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

MUNHOZ, S. Thompson, o marxismo e o estudo dos protestos populares. In: *Esboços*. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2004.

OLIVEIRA, H.L. P. *Tecnologias audiovisuais e transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984-1955)*. 2001. São Paulo. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PAOLI, M. C. Empresas de responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B de S. *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In: SILVA, F. T; NAXARA, M. R. C; CAMIOTTI, V. C. (orgs) *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

PEREIRA, Cássia Maria Chaffin Guedes. *O circo eletrônico. TV de Rua: a tecnologia na praça pública*. São Bernardo do Campo, 1995. Dissertação (Mestrado). Instituto Metodista de Ensino Superior. Faculdade de Comunicação e Artes.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RABELO, G. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (org.) *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

REGAN, D. *Igreja para a libertação: retrato da pastoral da igreja no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (org.) *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

RUDE, G. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, R. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 19, set. 1989/fev. 1990.

SANTORO, L. F. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989.

SANTOS, M.A. *Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997.

SELL, C. E. *A virada mística: subsídios para uma análise sociológica do discurso místico da teologia da libertação*. Florianópolis, 2004. 1 v. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

SILVA, Francisco Jose Barretto da. *Conflitos de uso em área de proteção ambiental água, mineração e agricultura*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

TEIXEIRA, J. P. *Cidade Escola: encontro da Pólis com a Paidéia*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

_____. *Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico*. Ed. Do autor, 1996.

_____. *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o governo popular em Criciúma (1983-1988)*. Florianópolis: Cidade Futura, 1999.

_____. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa; vol. I. A árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

VERZA, S. B. *A educação e o saber na ação sindical: estudo de caso do sindicato dos trabalhadores Rurais de Ijuí*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação.

VOLPATO, T. G. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1984.

_____. *Vidas marcadas: trabalhadores do carvão*. Tubarão: Editora da UNISUL, 2001.

ZOLA, E. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ANEXOS



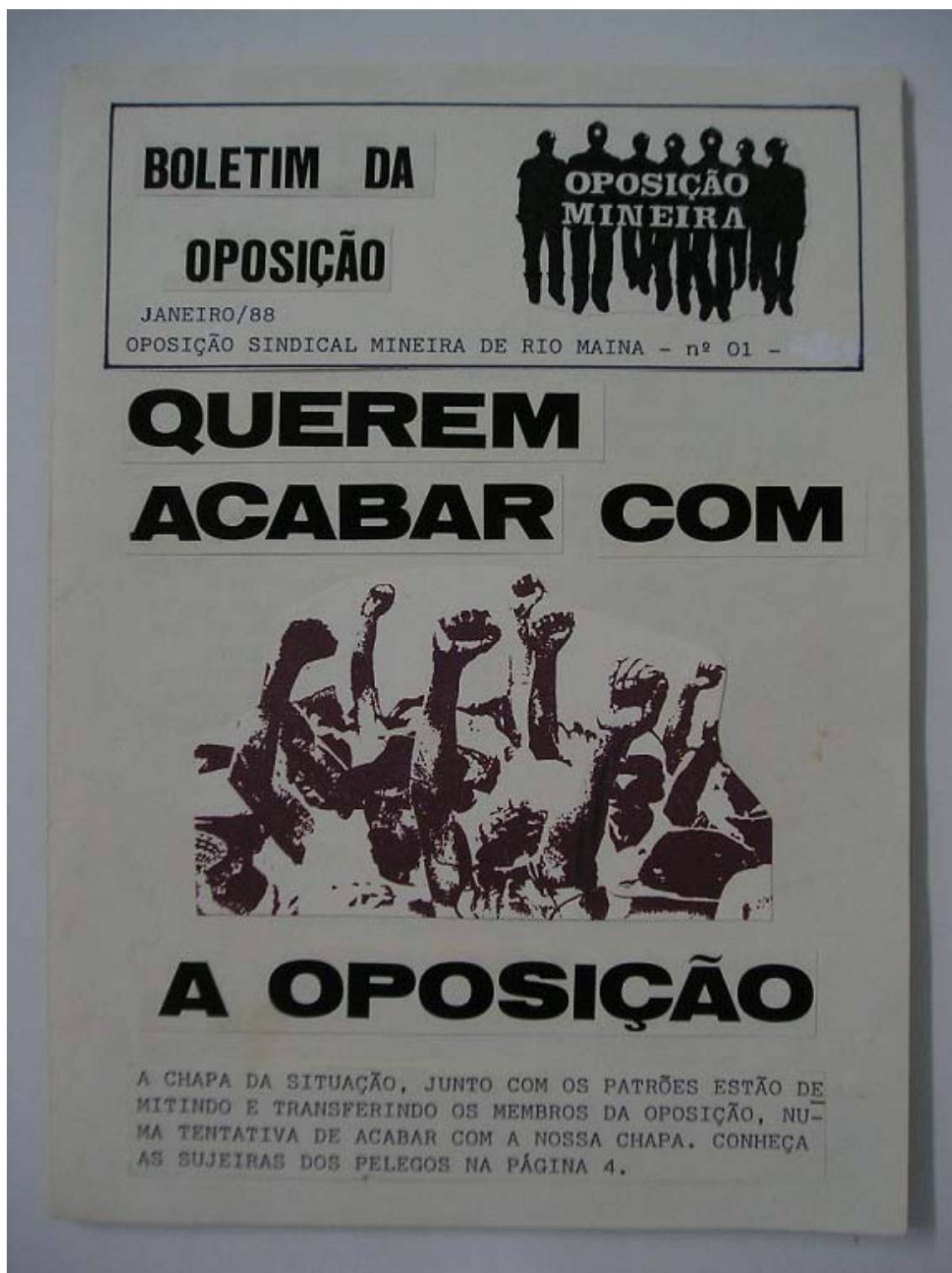
Anexo 1 - *Jornal dos Jornais*; produzido pela equipe do CEDIP.



Anexo 2 – Informativo do Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas de Criciúma, produzido pelo CEDIP.



Anexo 3 – Boletim *Movimento Vivo*, produzido pelo CEDIP.



Anexo 4 – Boletim da Oposição Sindical Mineira do Rio Maina, produzido pela equipe do CEDIP.


Convite

AULA INAUGURAL

VOCÊ ESTÁ CONVIDADO PARA PARTICIPAR DA AULA INAUGURAL DA ESCOLA SINDICAL MINEIRA QUE SERÁ REALIZADA NO PRÓXIMO DIA 2 DE MAIO, SABADO, NO SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA;

Com início as 19:00 horas.

DURANTE A AULA INAUGURAL O COMPANHEIRO JOSÉ LOPES FEIJÓ, METALURGICO E PRESIDENTE CASSADO CA COMISSÃO DE FÁBRICA DA FORD - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, FALARÁ SOBRE A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DOS TRABALHADORES.



ESCOLA SINDICAL MINEIRA

Criciúma, 27 de Abril de 1987.

ASSESSORIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL
CEDIP - SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA

APRENDER/ENSINAR UMA NOVA LIÇÃO

DEBATE COM FEIJÓ

NO DIA 3 DE MAIO, DOMINGO, ÀS 18:00 HORAS, HAVERÁ UM DEBATE COM FEIJÓ SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO LOCAL DE TRABALHO TAMBÉM NO SINDICATO DOS MINEIROS.

Anexo 5 – Convite para a Aula Inaugural da Escola Sindical Mineira.



Anexo 6 – Informativo produzido pelos participantes de curso de imprensa sindical, oferecido pelo CEDIP.



Anexo 7 – Informativo do Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma. (CEDIP).

CANTOS DO VESTUARISTA

1. O PORQUE DA LUTA

O vestuarista, porque estás na luta
 Mas o que foi que te aconteceu?
 % Foi hora extra que não te pagaram
 Ou foi o aumento que o patrão não deu? %

O vestuarista! Trabalhador!
 % Vancos en frente procurando-a união
 Que assim seremos fortes,
 Bem mais fortes que o patrão. %

2. O DIA A DIA

Aquele sapato, a calça e o calção,
 Só me deu trabalho, e deu lucro pró patrão.

Eu me levanto bem cedo
 Gasto uma grana prá chegar
 Dou duro até o meio dia
 E pego a marmita prá almoçar.

E o salário que eu ganho não dá
 E fica um rio de contas que eu tenho prá pagar
 % Com a união da nossa classe as coisas vão mudar %

3. AGORA É A HORA

Agora chegou a vez vancos lá
 Os vestuaristas vão reivindicar (bis)

Bom salário, extra pago,
 Carteira assinada, sim senhor.
 Condições de trabalho, estabilidade!
 Pois sen nada disse não vão trabalhar.